

MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Portugal e a URSS: 1974 – 1976

Leonardo José da Silva Pereira

M

2023/2024



Leonardo José da Silva Pereira

Portugal e a URSS: 1974 - 1976

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada
pela Professora Doutora Ana Sofia Matos Ferreira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2023/2024

Sumário

Declaração de honra	5
Agradecimentos.....	6
Resumo.....	7
Abstract	Error! Bookmark not defined.
Introdução	Error! Bookmark not defined.
I. Os antecedentes das relações luso-soviéticas: Portugal e a URSS num contexto	
interno e externo em 1974.....	19
O Portugal do pós 25 de Abril.....	19
Uma Nova Política Externa para Portugal	22
A URSS dos anos 70.....	27
A projeção da União Soviética no estrangeiro	31
II. 1974 – O início de uma nova amizade	35
As relações antes das relações oficiais	35
A oficialização das relações luso-soviéticas e o seu desenvolvimento	39
O interesse da URSS em Álvaro Cunhal e na situação colonial	43
A primeira Embaixada em Moscovo e os Primeiros Acordos Luso-Soviéticos	47
III. 1975 – O Primeiro Aniversário	57
A primeira visita a Moscovo	57
Cooperação bilateral e multilateral e as eleições da Assembleia Constituinte de 1975	66
O Primeiro Ano das Relações Luso-Soviéticas e as suspeitas de interferências internas ...	74
A visita de Costa Gomes à União Soviética e a questão angolana	81
IV. 1976 – Depois da agitação	93
As preocupações dos soviéticos e a cooperação cultural bilateral	93
A visita de Melo Antunes a Moscovo	96
Portugal no meio das tensões sino-soviéticas.....	102
Preocupações ou Intromissões?	104
A visita da delegação da Assembleia da República à União Soviética	105
Conclusão	109
Bibliografia e Fontes	114

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 10 de Setembro de 2024

Leonardo José da Silva Pereira

Agradecimentos

Começo por agradecer à minha família, por todo o apoio que me deu ao longo desta jornada tão intensa e por me ter incentivado a nunca desistir;

Agradeço a todos aqueles que me deram o presente de beneficiar da sua amizade desde o início da minha vida académica, destacando em particular o Francisco Morato e o Guilherme Rodrigues. Foram os momentos que passamos juntos e as nossas conversas que me deram o ânimo muitas vezes necessário;

Agradeço também ao pessoal do Serviço de Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto onde me encontro a estagiar por toda a receção e simpatia que me concederam. Em especial, agradeço àqueles com quem tive um contato diário mais direto, a Dra. Margarida Santos e o Dr. Fabiano Ferramosca do Gabinete de Arquivística, por toda a sua simpatia, auxílio e flexibilidade e também à Diretora do SDI a Dra. Isabel Leite por me ter facultado esta oportunidade;

Agradeço também aos meus colegas do Mestrado em História Contemporânea com quem tive o prazer de fazer esta caminhada ao longo destes dois anos;

Agradeço também à minha orientadora, a Professora Doutora Ana Sofia Ferreira pela sua paciência, a sua orientação, a sua disponibilidade para me ajudar com assuntos externos à Dissertação e simpatia que lhe é característica;

Por último, mas não menos importante, agradeço a Deus e ao Seu Amado Filho Nosso Senhor Jesus Cristo, que pela Sua graça e amor concedeu-me todas as forças necessárias para concluir esta fase tão fundamental da minha vida;

Resumo

O estudo daquilo que é a história da política externa portuguesa depois de Abril de 1974 possui uma centralidade maior em temas como a descolonização africana, a presença de Portugal em organismos multilaterais, como a União Europeia ou a NATO, e as ligações com os Estados Unidos da América. A bibliografia referente às relações com os países do Bloco Socialista, especialmente após a queda do Estado Novo, não se encontra muito desenvolvida. É exatamente essa escassez que esta dissertação pretende colmatar.

Escolhendo como caso de análise a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, pretendemos primeiramente observar o contexto político interno e externo dos dois países em 1974, ano em que as suas relações foram oficialmente institucionalizadas. De seguida, examinaremos se no Estado Novo existia ou não algum tipo de contatos entre os dois países e de como estes deram os primeiros passos para a sua formalização. Neste trabalho, iremos perceber os meios utilizados para o desenvolvimento deste relacionamento bilateral até 1976: as conversações, os Acordos assinados, os momentos mais altos e os mais baixos das relações bilaterais.

Procuramos também compreender se houve influência ou não de alguns partidos políticos nestas relações diplomáticas, como foram ultrapassados os seus momentos de maior tensão e apesar dessas adversidades, se tanto o Ministério dos Negócios Estrangeiros português como o soviético mantiveram sempre a estabilidade na direção tomada.

Palavras-chave: Relações Diplomáticas, Portugal, URSS, Mário Soares, Mário Neves

Abstract

The study of the history of portuguese foreign policy after April 1974 has a greater centrality in themes such as African decolonization, Portugal's presence in multilateral organizations such as the European Union or NATO and links with the United States of America. The bibliography regarding relations with the Socialist Bloc countries, especially after the fall of the Estado Novo, is not very developed. It is exactly this shortage that this dissertation aims to address.

Choosing the Union of Soviet Socialist Republics as a case of analysis, we first intend to observe the internal and external political context of the two countries in 1974, the year in which their relations were officially institutionalized. Next, we will examine whether or not there were any type of contacts between the two nations during the Estado Novo and how they took the first steps towards their formalization. In this work, we will understand the means used to develop this bilateral relationship until 1976: the conversations, the signed Agreements and also the highest and lowest moments.

We also seek to understand the results obtained from this research, thus attempting to understand whether or not there was influence of some political parties in these diplomatic relations, how they overcome their most difficult moments and despite those adversities, whether both the Portuguese Ministry of Foreign Affairs and the Soviet always kept stability in the direction taken.

Keywords: Diplomatic Relations, Portugal, USSR, Mário Soares, Mário Neves

Introdução

Os relatos das primeiras relações diplomáticas entre Portugal e a Rússia remontam ao século XVIII, quando o Imperador Pedro, o Grande, ao tentar valorizar os interesses económicos do seu país, iniciou, através da Embaixada russa em Londres, os contatos com a representação diplomática portuguesa, tentando dar-lhe assim a conhecer os benefícios que surgiriam com a intensificação de um intercâmbio cultural entre os dois Estados. As negociações bilaterais duraram cerca de 50 anos, terminando com a nomeação, a 17 de Outubro de 1778, de Francisco José Horta Machado para o cargo de Embaixador na Corte de São Petersburgo (Neves: 1986, 12).

Francisco José Horta Machado confessou que ao princípio teve alguma apreensão em assumir as funções diplomáticas em São Petersburgo, tendo em conta as informações que vinha a saber sobre o luxo exigido na corte russa, que estaria muito aquém das capacidades dos diplomatas portugueses. De facto, o Embaixador nomeado tentou atrasar ao máximo a sua chegada à Rússia, tendo primeiramente se deslocado a Londres para recolher informação sobre o país onde iria assumir funções diplomáticas, acabando por chegar a São Petersburgo um ano depois da sua nomeação. Embora se ausentasse bastante da Rússia por problemas de saúde provocados pela rigidez do clima, Horta Machado exerceu as suas funções de diplomata na corte russa por 20 anos e foi durante o seu serviço que se assinaram os primeiros acordos consulares entre Portugal e a Rússia, bem como dois tratados fundamentais: o Tratado de Neutralidade Armada, em 1782, que permitia a livre circulação nas águas dos dois países de barcos neutros transportadores de mercadorias, e o Tratado de Comércio em 1787, que possibilitou o fortalecimento do intercâmbio comercial entre os dois países (Neves, 1986: 12-13).

Entre os finais do século XIX e o princípio do século XX, as relações entre os dois países passaram por momentos de maior e menor intensidade. Embora na década de 1890 se tenham intensificado os contatos bilaterais e concluído a convenção russo-portuguesa sobre comércio e navegação (em 1895), aquando da guerra russo-japonesa,

em 1905, Portugal recusou-se a fornecer carvão e mantimentos à esquadra russa que iria passar por Lisboa em direção ao Extremo Oriente, uma vez que estava a ser pressionado por Inglaterra e temia algum tipo de represálias por parte dos japoneses em relação a Macau. Posto isto, as relações russo-portuguesas passaram por algumas dificuldades que se fizeram presentes, por exemplo, na demora dos russos em reconhecer o novo regime republicano português, o que só veio a acontecer a 30 de Setembro de 1911, a partir de uma nota do Ministro Plenipotenciário em Lisboa J. de Thal (Lopes: 2018, 38-39).

Findado este momento mais difícil nas relações entre Portugal e a Rússia, o regime da República nomeou Jaime Batalha Reis para o posto de Ministro Plenipotenciário em São Petersburgo, que já contava com 30 anos de carreira diplomática, feitos em cidades como Haia, Londres e Roma. Jaime Batalha Reis tomou posse da chefia da legação portuguesa a 8 de Novembro de 1912 e permaneceu no posto até 1918. Durante esses seis anos, queixou-se das más condições de vida em São Petersburgo provocadas pela violência política e social e agravadas com o desenrolar da I Guerra Mundial e o eclodir da Revolução de Outubro em 1917. O diplomata acabou por fugir a 8 de Abril de 1918, tendo chegado a Newcastle no dia 4 de Maio de 1918. Depois da sua saída, Portugal acabou por cessar as relações com o novo regime comunista. Entre 1924 e 1925, houve uma discussão sobre a possibilidade do reconhecimento, por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, da União Soviética como país, promovendo assim o restabelecer dos contatos até então estagnados, o que veio a ser esquecido com a instauração da Ditadura Militar, em Maio de 1926. Todavia, já nos últimos anos do Estado Novo, começou-se a estudar a hipótese de encetar contatos informais entre os diplomatas portugueses e soviéticos acreditados em capitais estrangeiras para reatar relações, que seria motivado por interesses económicos. Chegou-se a criar, em 1972, dentro da Direção-Geral dos Negócios Económicos, uma comissão responsável por estudar a viabilidade no recuperar das relações económicas entre os dois países. Contudo, a reticência de Salazar em relação ao regime comunista de Moscovo acabou por dissipar quaisquer tentativas de aproximação aos soviéticos ainda durante a ditadura. As relações diplomáticas entre

Portugal e a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) só foram oficializadas após a queda do Estado Novo, a 9 de Junho de 1974 (Neves, 1986: 13-27).

Quando entrei no Mestrado em História Contemporânea tinha já a ideia de desenvolver a minha dissertação na área da História das Relações Internacionais (RI), embora ainda não possuísse uma certeza sólida do país ou região que pretendia abordar. A União Soviética entrou no leque de possibilidades quando assisti, no contexto de uma aula do Mestrado, a uma palestra do professor Pedro Ponte e Sousa sobre a política externa portuguesa no pós 25 de Abril, tendo o professor explicado como Portugal iniciou as relações diplomáticas com os países do Bloco de Leste. O interesse suscitado por esta palestra levou-me a optar pelo tema das relações de Portugal com a URSS no período revolucionário.

Por isso, escolhi obviamente o ano de 1974 para marcar o início do estudo dessas relações por ser exatamente quando elas se principiam, uma vez que a queda da ditadura propiciou o contexto favorável para o retomar das relações diplomáticas com os países do Bloco de Leste e decidi terminar em 1976, tendo em conta que nessa altura, após as eleições para o I Governo Constitucional e a aprovação da Constituição da República Portuguesa de 1976, começava-se a assistir a uma estabilização do sistema político democrático português.

No contexto da queda da ditadura e de início do período revolucionário como o delimitar dessa investigação, esta escolha explica-se com a intenção de tentar compreender se os acontecimentos políticos ocorridos em Portugal durante esses dois anos, nomeadamente, influenciaram de algum modo a política do Ministério dos Negócios Estrangeiros face à União Soviética.

Inicialmente, pensei em analisar as relações de Portugal com a Jugoslávia e a URSS. No entanto, depois de ter analisado toda a documentação disponível no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, percebi que para os anos seleccionados as fontes relativas às relações entre Portugal e a Jugoslávia eram bastante escassas, o que por sua vez não se verificava com a União Soviética. Posto isto,

assentei a minha escolha final nas relações diplomáticas que Portugal possuía com a União Soviética entre 1974 e 1976.

Podemos dividir os principais objetivos da investigação em três grandes questões, nomeadamente: como se desenvolveram as relações entre Portugal e a URSS a partir do 25 de Abril de 1974; se estas impactaram de algum modo a política interna portuguesa; e quais as intenções de Moscovo no que dizia respeito ao PCP (Partido Comunista Português). Na primeira grande questão, aquilo que se pretendia responder centrava-se em tentar entender se existiam alguns contatos, mesmo que fossem discretos e preliminares, entre os dois países nos últimos anos do Estado Novo e, independentemente de existirem ou não, como foi o seu início oficial. Também se queria analisar as tensões e os problemas que ocorreram nos primeiros contatos e como foram debeladas.

No concertante à segunda questão, o objetivo era procurar saber se a política interna portuguesa influenciou de algum modo as relações entre Portugal e a URSS, ou se foram essas relações que, de algum modo, tiveram um papel no desenrolar dos acontecimentos políticos portugueses. A partir deste último, encaixava-se aqui um objetivo menor de entender uma possível influência dos principais acontecimentos políticos do período revolucionário no desenvolvimento dos contatos diplomáticos entre os dois países. Também se pretendia compreender os pensamentos soviéticos em relação à política portuguesa.

Por fim, não se podia fazer uma dissertação de mestrado sobre as relações diplomáticas entre Portugal e a União Soviética sem falar do PCP e no papel que este ocupava nos contatos entre Lisboa e Moscovo. Esta questão geral pretendia responder a outras mais pequenas, nomeadamente se houve de facto alguma tentativa da URSS em promover uma ascensão dos comunistas portugueses, e como eram as relações entre o regime soviético e o Partido Comunista Português, independentemente de Moscovo ter ou não essa pretensão relativamente ao PCP.

Embora exista um reportório considerável de bibliografia que estude a política externa portuguesa nos últimos momentos do Estado Novo e durante o período

revolucionário, o mesmo não é possível de se verificar relativamente às relações diplomáticas entre Portugal e a URSS, particularmente em momentos do processo revolucionário. Isso não quer dizer que ela não exista. As memórias de Mário Neves, primeiro Embaixador de Portugal na URSS entre 1974 e 1977, assumiram um papel de central importância no estudo deste tema. No seu livro *Missão em Moscovo: Experiência da Primeira Embaixada Portuguesa no País dos Sovietes*, Mário Neves detalha os primórdios das relações com a Rússia e a sua suspensão aquando da instauração do comunismo no país, em 1918, o processo de reatamento em 1974 e como se deram os primeiros passos não só para a instalação da Embaixada portuguesa em Moscovo, como da Embaixada soviética em Lisboa. É possível igualmente observar nesse mesmo livro a descrição detalhada daquilo que foram as primeiras visitas das altas entidades políticas portuguesas, destacando as dos Ministros dos Negócios Estrangeiros Mário Soares e Ernesto Melo Antunes, em 1975 e 1976 respetivamente, do Presidente da República Francisco Costa Gomes, em 1975, ou de Álvaro Cunhal, em 1974, e os primeiros acordos assinados no âmbito da cooperação bilateral. O primeiro embaixador na União Soviética Mário Neves também deu particular atenção aos encontros que teve com Andrei Gromyko, Ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, bem como as relações económicas entre os dois países durante esses anos e as preocupações da URSS com o futuro de Angola.

Apesar de não se referir propriamente às relações entre Portugal e a União Soviética logo após o seu estabelecimento a 9 de Junho de 1974, a Dissertação de Mestrado de Cristina Lopes intitulada *As relações económicas entre Portugal e a Rússia* ajuda à compreensão dos antecedentes dos contatos entre os dois países quando estes se formaram pela primeira vez no século XVIII, passando pelo século XIX até à segunda década do século XX, quando foram suspensas, tendo essa suspensão terminado em 1974. Não tendo como tema de estudo as relações luso-soviéticas em particular, o livro de José Milhazes *Cunhal, Brejnev e o 25 de Abril: Como a União Soviética não quis a revolução socialista em Portugal*, permitiu compreender os contatos fora da diplomacia oficial entre os dois países, oferecendo uma perspetiva sobre a política de Moscovo em

relação ao PCP, sendo objetivo do autor tentar comprovar como a cúpula do regime não pretendia de todo apoiar os comunistas portugueses.

Tendo em conta que o assunto desta dissertação se assenta na História das Relações Internacionais, tornou-se imperioso a consulta de bibliografia relacionada com a política externa e interna dos dois países, uma vez que ao compreender o estado interior de ambas as nações e o seu plano de jogadores no xadrez da política internacional, tornava-se possível perceber como essas realidades influenciaram as relações bilaterais.

No plano da política externa portuguesa, dividimos a bibliografia em duas seções: a primeira, naquela que dá um enfoque a questões mais particulares dos momentos finais do Estado Novo e durante o Processo Revolucionário. A segunda, num contexto mais genérico desses períodos históricos. Para a primeira seção, no que concerne ao regime salazarista, temos os discursos de José Manuel Fragoso, Embaixador de Portugal no Brasil, em 1970, sob o título *Imagem Exterior e Realidade Nacional: Aspetos de um Problema Atual da Política Externa Portuguesa*; e de Marcello Caetano, *Coordenadas da Política Externa Portuguesa: Excertos de Discursos Proferidos pelo Presidente do Conselho de Ministros Prof. Doutor Marcello Caetano*, sobre as suas linhas de orientação nos últimos anos do Estado Novo. Os escritos destas duas personalidades políticas permitiram compreender a política externa portuguesa durante a ditadura.

Já sobre o período do Processo Revolucionário, salientamos o livro de Manuel Monteiro e José Francisco Pavia, *A Política Externa nos Programas de Governo do Portugal Democrático (1974-2013)*, e o discurso de Mário Soares no Palácio das Necessidades, a 13 de Setembro de 1974, transformado em publicação com o nome *Nova Política Externa Portuguesa*, onde o então Ministro dos Negócios Estrangeiros português deu a conhecer aos jornalistas quais seriam os princípios gerais da nova política do seu Ministério. Para o entendimento mais genérico daquilo que era a política externa portuguesa nos últimos anos do Estado Novo e a partir dos primeiros momentos após a Revolução de Abril, temos *Influências externas sobre a revolução portuguesa: o papel da Europa Ocidental*, de Rainer Eisfeld em *Conflitos e Mudanças em Portugal 1974-1984*; *Os americanos na revolução portuguesa: (1974-1976)*, de Tiago Moreira de

Sá; *O 25 de Abril e a política externa portuguesa*, de Nuno Severiano Teixeira; *O 25 de Abril no contexto internacional*, de José Medeiros Ferreira; e *A questão colonial, a política externa e o 25 de Abril*, de Manuel Braga da Cruz.

Sobre a política externa soviética, temos a obra *La política exterior de la URSS*, da editora moscovita Progreso, que oferece uma panóplia abrangente daquilo que são as linhas fundamentais das relações internacionais que a União Soviética pretendia seguir com África, Ásia, Europa e a América Latina a partir da década de 1970. Também foi importante para a pesquisa o livro *História da União Soviética* de Peter Kenez, que fornece uma explicação detalhada sobre o sistema político soviético, estagnado e decadente; *O Século Soviético*, de Moshe Lewin; *A Economia da U.R.S.S. e dos EUA*, de Pierre George; e *U.R.S.S. Perguntas e Respostas*, da agência Novosti, que nos ajudam a entender o contexto económico deste país em meados da década de 70.

No respeitante à política interna portuguesa, *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)* de Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, acaba por nos conceder um contributo importante para entender o contexto em que Portugal se encontrava nos últimos anos do Estado Novo. Já no concertante à compreensão do cenário político português durante a Revolução foram importantes as obras: *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*, de Maria Inácia Rezola; *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, de Raquel Varela; *Revolução Portuguesa: 1974-1975*, coordenado por Fernando Rosas; e *Portugal e a Transição para a Democracia*, também com a coordenação do mesmo autor; *25 de Abril: Revolução e mudança em 50 anos de memória*, de Manuel Loff e Miguel Cardina; *Ensaio histórico sobre a revolução do 25 de Abril: o período pré-constitucional*, de José Medeiros Ferreira; e *Portugal: 30 anos de Democracia (1974-2004)* de Maria da Conceição Meireles Pereira e Manuel Loff.

Também se recorreu às biografias das principais figuras políticas deste período, como por exemplo Mário Soares (Soares, 2011; Vieira, 2013;) ou e António Spínola (Rodrigues,2010).

Outras obras usadas para contextualizar o papel de organizações multilaterais são *OSCE*, de João Soares; e *Portugal and the 50 years of the Atlantic Alliance: 1949-*

1999, redigida por vários autores. Termina-se esta listagem com uma breve referência a *Presidentes que Mudaram Portugal*, de Filipe Luís, usado para uma curta conjuntura da política portuguesa em 1975 no terceiro capítulo.

Para a elaboração desta dissertação, recorri à documentação existente no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e utilizei uma metodologia qualitativa. As fontes selecionadas foram alvo de uma leitura rigorosa e seguidas de um resumo do seu conteúdo central. Dividi-as em três grupos: Criadas em 1974, em 1975 e 1976, correspondendo assim ao segundo, terceiro e quarto capítulo, respetivamente.

Nem todas as fontes que integravam cada um destes grupos foram usadas para a construção do capítulo que lhe dizia respeito. Só a partir de uma segunda análise é que cheguei à conclusão de quais eram aquelas que tinham uma relação mais direta com o tema e que desse modo, integravam a escrita do capítulo. Consultei somente o Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Palácio das Necessidades, por ser o mais especializado na existência das fontes adequadas ao meu tema e por ter um inventário mais do que suficiente para efetuar as minhas pesquisas.

Os tipos das fontes eleitas dividem-se em telegramas provenientes da Embaixada de Portugal em Moscovo ou de representações diplomáticas (Consulados, Delegações Especiais e Embaixadas) portuguesas acreditadas em outras capitais estrangeiras e cujo teor implicasse as relações luso-soviéticas direta ou indiretamente; relatórios de diplomatas portugueses sobre encontros com diplomatas soviéticos; comunicados referentes às visitas de entidades políticas portuguesas a Moscovo; artigos de imprensa internacional sobre as relações Portugal-URSS e os exemplares dos Acordos bilaterais assinados entre os dois países.

Este trabalho foi estruturado em quatro capítulos: O primeiro, *Os antecedentes das relações luso-soviéticas: Portugal e a URSS no contexto interno e externo em 1974*, faz uma contextualização da política interna e externa de ambos os países no ano em que ambos oficializaram os seus contatos diplomáticos, de modo a entender como esses se desenvolveram ao longo dos dois anos seguintes.

Neste capítulo, é possível compreender como no caso português, o MFA teve na política interna um papel fundamental na condução do processo revolucionário após a queda do Estado Novo. No plano da política externa, analisamos os seus antecedentes no Estado Novo e as alterações decorridas em democracia. Para o caso soviético, observamos a existência de uma União Soviética decadente economicamente, politicamente e socialmente, com um aparelho administrativo dominado pela corrupção e estagnação e reparamos como os princípios apregoados pela União Soviética nas relações externas nem sempre eram aplicados.

Para o segundo capítulo, denominado *1974: O início de uma nova amizade*, ficamos a saber os contatos entre Portugal e a URSS antes do 25 de Abril; como os dois países começaram a preparar o início das suas relações diplomáticas após o fim do regime fascista português; sobre o estabelecimento oficial das mesmas; sobre as conversações luso-soviéticas em contextos multilaterais; e as primeiras visitas de delegações portuguesas a Moscovo; sobre a instalação da Embaixada de Portugal na capital soviética e a assinatura dos primeiros Acordos entre os dois Estados.

No terceiro capítulo, intitulado *1975: O Primeiro Aniversário*, aborda-se um dos acontecimentos mais importantes das relações diplomáticas Portugal-URSS, a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, a Moscovo, em Janeiro desse mesmo ano. Continuando a leitura, passamos a conhecer as primeiras especulações que surgiram sobre possíveis tensões nas relações entre os dois países; a importância dos intercâmbios comerciais bilaterais, a continuidade das visitas de figuras políticas portuguesas à União Soviética; como os dois países trabalhavam entre si nas organizações multilaterais; a influência das eleições para a Assembleia Constituinte nessas relações e a comemoração do primeiro aniversário destas relações; terminando com a visita do Presidente da República Portuguesa, Francisco Costa Gomes, a Moscovo, nos primeiros dias de Outubro de 1975, e os Acordos e Convénios assinados durante essa estadia do Chefe de Estado português.

Por fim, terminamos esta dissertação com o quarto capítulo *1976 – Depois da agitação*, onde observamos como apesar de haver uma estabilização das relações luso-soviéticas, ainda corriam alguns boatos sobre possíveis interferências soviéticas nos

assuntos internos portugueses. Dá-se destaque à visita do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ernesto Melo Antunes, a Moscovo, em Junho de 1976 e o início da execução do Convénio Cultural assinado entre os dois países no ano transato. Findamos a análise do capítulo com a ida de uma delegação parlamentar portuguesa a Moscovo em Novembro de 1976 e de como esta foi responsável para a estabilidade das relações diplomáticas Portugal-URSS.

I. Os antecedentes das relações luso-soviéticas: Portugal e a URSS no contexto interno e externo em 1974

O Portugal do pós 25 de Abril

Em 1974, Portugal foi alvo dum golpe militar que derrubou o regime fascista vigente desde 1933, dando assim início à institucionalização da democracia. Embora a subida ao poder de Marcello Caetano, em 1968, tenha proporcionado na elite política e económica mais liberal a esperança em renovações significativas nos setores social, político e económico, o certo é que o fracasso do novo Presidente do Conselho de Ministros em cessar a guerra colonial levou à “inevitável derrota de todo o projeto marcelista” (Macqueen: 2004, 266).

Dentro da Academia, existem várias posições sobre o papel que as Forças Armadas (FA) tiveram em impulsionar a Revolução de Abril. Maria Inácia Rezola refere no livro *25 de Abril Mitos de uma revolução* que José Medeiros Ferreira e Sánchez Cervelló partilham do pensamento de que as FA foram fundamentais em garantir a força da Revolução, embora com diferenças próprias. José Medeiros Ferreira vê as Forças Armadas como “as forças genéticas da Revolução”, de onde provinha uma transmutação com teor político, o Movimento das Forças Armadas (MFA). Este autor era assim apoiante da Tese dos “*Militares Revolucionários*”, ou seja, a ideia de que o MFA era o principal fomentador da Revolução (Rezola: 2007, 111). Por sua vez, Sánchez Cervelló considera que tenham sido maioritariamente as Forças Armadas a conduzir Portugal para a Revolução¹ (*ibidem*).

Ainda dentro das posições mais favoráveis ao papel do MFA na Revolução, destaca-se a de Fernando Rosas que atribui ao Movimento composto por Oficiais Intermédios das FA a responsabilidade em “interpretar e operacionalizar política e militarmente o descontentamento popular do mundo urbano” (Rosas: 2022, 39). A sua

¹ Cervelló não rejeitou a importância do MFA, apenas atribuiu ao Movimento e ao poder político um papel mais arbitral

tese contrasta com a de Sánchez Cervelló, na medida em que ao contrário do historiador catalão, Rosas vê o sucesso da Revolução como o fator que deu a legitimidade ao MFA para romper com a hierarquia do comando militar e sanear a maior parte dos postos superiores das Forças Armadas.

O historiador afirma que essa vitória dos oficiais intermédios levou ao aniquilar da “função do Exército e das Forças Armadas como espinha dorsal da violência institucionalizada do Estado” (*ibidem*). Essa influência dos oficiais intermédios está presente no artigo de António Costa Pinto “*Saneamentos Políticos e Movimentos Radicais de Direita*” para o livro “*Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*” onde o autor aborda a atitude do Movimento em entregar ao General Spínola uma lista com os 60 Generais das Forças Armadas que queriam ver passados à reserva por terem apoiado publicamente Marcello Caetano numa cerimónia em Março de 1974. A ação do MFA fez com que, em Outubro de 1974, 103 Oficiais da Marinha tivessem sido exonerados. No final desse ano, o número de Oficiais saneados tinha crescido para 300 em várias patentes (Pinto: 1998, 33). Como consequência, os homens que ocupavam no Estado Novo altas patentes nas Forças Armadas são dispensados dos seus postos e dão o seu lugar a estes oficiais líderes de Abril. Foi a presença dos Capitães e Majoires do Movimento que levou a uma reestruturação das FA, embora o MFA tenha passado por fragmentações em diversos grupos que divergiam entre si no caminho a tomar após a Revolução.

Por fim, também se destacam autores como António Reis que não menosprezando a ação dos militares, concedem antes alguma ênfase às elites políticas, afirmando que o decorrer da Revolução se encontra condicionado pelas posições dos vários partidos que viriam a surgir na democracia e o apoio popular que conseguiram obter (Rezola: 2007, 111-112).

É possível assim concluir que o MFA teve um papel crucial no desenvolvimento da Revolução, independentemente dos graus de importância que vários historiadores lhe possam atribuir. De facto, esse peso das Forças Armadas no sucesso dos acontecimentos de Abril verificou-se em gestos da população, que no primeiro Dia do Trabalhador celebrado em liberdade (1 de Maio de 1974), posicionou-se à frente dos

quartéis em todo o país para prestar uma homenagem aos responsáveis pelo desencadear do 25 de Abril de 1974 (Ferreira: 1990, 42).

Como foi acima referido, as Forças Armadas passaram por um processo de saneamento após a Revolução de Abril. Todavia, esse não foi o único setor do Estado a ser alvo desse tipo de intervenções. Os afastamentos no Ministério da Educação aumentaram bastante durante esse período. A Junta de Salvação Nacional (JSN) exonerou todos os reitores das Universidades e diretores de faculdades e transferiu altos quadros do Ministério. Embora tenha surgido a necessidade de se recorrer à intervenção militar nas escolas secundárias para proteger aqueles que eram vistos como colaboracionistas do antigo regime, foi nas universidades que os saneamentos receberam mais atenção e rapidez por conta da enorme pressão do movimento estudantil (Pinto: 2004, 48).

A Revolução do 25 de Abril foi igualmente responsável por uma mudança de 180 graus na economia portuguesa. Segundo Ricardo Noronha, a economia portuguesa do pós Abril de 1974 foi alvo de intervenções “técnicas” e “políticas” por influência de fatores como a crise internacional, a contestação social e a radicalização política, cujo objetivo principal passava por criar um modelo de organização económica, ao qual se atribuía na sua maioria o nome de “socialismo” (Noronha: 2022, 185). Como o autor explica, as primeiras medidas tomadas no âmbito desse processo de transição económica assentaram na nacionalização de várias empresas e na expropriação de propriedades no Sul de Portugal.

A Reforma Agrária não foi o único exemplo do processo de “política popular” (Godinho: 2024, 155) desenvolvido após o 25 de Abril. O processo revolucionário também despoletou a criação de comissões compostas por moradores e trabalhadores, o uso de casas desocupadas para habitação, a construção de novas residências, a conquista do direito à greve, à liberdade de expressão, organização e manifestação a partir de assembleias de discussão e decisão em locais como escolas, universidades, bairros e locais de trabalhos, tudo isto com o intuito de concentrar os recursos e instituições democráticas nas bases populares (*ibidem*). Entende-se assim que todos os processos consequentes do 25 de Abril tiveram como objetivo dismantelar uma série

de mecanismos e estruturas provenientes de um regime autoritário e supressor das liberdades fundamentais, permitindo a sua substituição por contexturas mais propícias de fornecer condições para o estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS.

Uma Nova Política Externa para Portugal

Com a queda do Estado Novo, o poder do Governo foi entregue à Junta de Salvação Nacional, incumbida provisoriamente da liderança do país e da marcação de eleições para uma Assembleia Constituinte (Pavia & Monteiro: 2013, 25).

Ao contrário do que acontecera com o regime republicano instaurado em 1910 que demorou cerca de um ano a ser reconhecido internacionalmente, o novo poder político português foi rapidamente legitimado pela comunidade internacional. O Brasil fez esse reconhecimento a 27 de Abril de 1974, a África do Sul a 28, a Espanha, os Estados Unidos e a República Federal da Alemanha declararam que iriam manter inalteráveis as suas relações com Portugal e o Reino Unido, depois de ter consultado a Comunidade Económica Europeia (CEE), a NATO (North Atlantic Treaty Organization) e a Commonwealth, anunciou a 3 de Maio o reconhecer do novo regime saído dos acontecimentos de 25 de Abril de 1974 (Ferreira: 2004, 143).

A Junta de Salvação Nacional divulgou a 26 de Abril de 1974 o *Programa do MFA*, que pretendia estabelecer numa nova política externa portuguesa o “alargamento e a diversificação das relações internacionais, com base na amizade e cooperação (...) expondo a sua abertura às relações diplomáticas com todos os Estados, mesmo com aqueles que até esse momento as não possuíam com Portugal” (*ibidem*).

As intenções do MFA contrastam com a política praticada nos últimos anos do Estado Novo. Segundo Pedro Aires Oliveira, o Estado Novo estava a passar nos seus últimos anos por uma fase de isolamento internacional provocada pela sua resistência à descolonização. Nas Nações Unidas, embora pudesse contar com o veto de alguns países do Ocidente no Conselho de Segurança relativamente a algumas sanções, Portugal tinha de passar pelas críticas da Assembleia Geral, pela hostilidade de

organismos como a UNESCO e ameaças de boicotes feitos por outras instituições de caráter técnico (Oliveira: 2022, 315).

Num discurso feito no Palácio das Necessidades (a sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros) a 13 de Setembro de 1974, o então Ministro Mário Soares confirmava a existência desse isolacionismo, expondo o Portugal do Estado Novo como um país que não detinha relações com países árabes, africanos, socialistas e do Terceiro Mundo. Na NATO, a dificuldade em apoiar as posições portuguesas por serem consideradas inaceitáveis no contexto internacional levou alguns dos seus países membros a pedir a saída de Portugal da Aliança Atlântica, como era o caso da Noruega ou da Holanda (Soares: 1974, 8-9).

Durante o seu curto governo, Marcello Caetano ignorava as preocupações do isolamento português na comunidade internacional e centrava a sua política externa na proteção do Ocidente perante a União Soviética e nas relações com o Brasil. A compilação dos seus discursos assim o demonstra: o último Chefe de Governo do Estado Novo temia o crescimento acentuado da influência soviética no Ocidente, descrevendo por exemplo a invasão da Checoslováquia em 1968 como o possível início duma “política de força” que podia vir a provocar ofensivas mais fortes da União Soviética ou como a crescente consolidação de bases militares e alianças no Médio Oriente e Norte de África colocava em risco a liberdade e independência dos Estados da Europa Ocidental (Caetano: 1970, 5). Por esses mesmos motivos, o então Presidente do Conselho de Ministros defendia constantemente a necessidade dos países da Europa Ocidental se unirem num contexto de solidariedade de modo a garantir um Bloco Ocidental forte o suficiente para revitalizar a Aliança Atlântica que o ditador português considerava estar a passar por uma crise nas suas estruturas e filosofia política que se não fosse resolvida, podia levar ao escalar duma nova guerra à escala global (*ibidem*, 5-6).

No que concerne ao Brasil, Marcello Caetano considerava que as relações com este país estavam acima de qualquer orientação específica dum regime político, governo ou partido, sendo um “imperativo visceral da própria Nação” (*ibidem*, 10). O Chefe de Governo via o Brasil como uma potência já detentora de influência política na comunidade mundial, com um conjunto de interesses partilhados por Portugal. O líder

português via o facto de o Brasil partilhar com Portugal a posição no Oceano Atlântico como uma vantagem para o nosso país, na medida em que o papel do litoral brasileiro como defensor do Oceano no Hemisfério Sul podia servir os interesses portugueses na proteção das colónias localizadas nessa mesma área do Hemisfério, nomeadamente Angola, São Tomé e Príncipe ou Guiné-Bissau. Marcello Caetano acreditava igualmente que os dois países eram responsáveis pela manutenção da paz internacional, por serem contra “a destruição atómica” e por apoiarem a exploração espacial desde que a mesma não se tornasse num “mesquinho processo de opressão da Terra” (*ibidem*, 12).

Existia igualmente um interesse no investimento mútuo entre empresas, indústrias e mercados, bem como o desenvolvimento de associações comuns, “desde a mais pequena casa regional, ao grande hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência” (*ibidem*, 13).

Ainda dentro da política externa do Estado Novo, podemos destacar o esforço do corpo diplomático em legitimar a manutenção das colónias, expondo em discursos a vontade que os seus nativos tinham em se manter como parte integrante do território português, dando como exemplos dessas vontades a perseguição que os goeses sofriam pelas mãos do Estado Indiano por quererem manter a nacionalidade portuguesa e os casos de jovens guineenses, angolanos e moçambicanos que tinham ido estudar para países comunistas e que se queixavam da falta de representação consular portuguesa nessas nações ou a criação da “Sociedade para perpetuação da herança portuguesa” por imigrantes cabo-verdianos em Nova Iorque (Fragoso: 1970, 17-18).

Esta posição de persistência do governo português na manutenção do império colonial em África agravava cada vez mais o seu isolamento internacional e começava a provocar danos nas relações que Portugal possuía com os seus aliados, como era o caso dos Estados Unidos que desde o início da guerra em Angola financiava a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) através da CIA e criticava publicamente a política portuguesa no continente africano (Antunes: 1992, 269) ou do Vaticano. Os contatos com este microestado, que já se encontravam fragilizados com a visita do Papa Paulo VI à Índia em 1964 que o Ministério dos Negócios Estrangeiros português via como algo promotor de injustiça e inutilidade, agravaram-se ainda mais com a receção que o Sumo

Pontífice concedeu aos representantes dos movimentos de libertação em Junho de 1970 e as críticas feitas ao “colonialismo português” no Sínodo dos Bispos em 1971, dando assim fim a um dos principais apoios morais que Portugal detinha na presença ultramarina em África (Cruz: 2019, 2).

O I Governo Provisório, empossado pelo então Presidente da República General António Spínola, decidiu distinguir em dois os conceitos de política externa e política ultramarina. Em relação ao primeiro tipo de política, estabeleceu-se o desejo em desenvolver as relações com a CEE e a criação de relações diplomáticas e comerciais com todas as nações. Já no que concerne à segunda, o novo Governo pretendia cessar o mais depressa possível os conflitos militares em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, concedendo assim às suas populações o controlo sobre os seus destinos futuros (Pavia & Monteiro: 2013, 26).

O Decreto-Lei nº 203/74 de 15 de Maio (*ibidem*, 28) determinou as linhas gerais da política externa e da política ultramarina do I Governo Provisório. A política externa fundou-se nos princípios do respeito pela independência e igualdade entre os países e a não intervenção nos seus assuntos internos, o respeito pelos tratados internacionais em vigor, mais em concreto o da Aliança Atlântica, o reforço das relações com a CEE, com a Comunidade Luso-Brasileira e a continuidade das relações mais antigas, nomeadamente com o Reino Unido, Espanha e Estados Unidos. No que concerne à política ultramarina, o Governo Provisório reconhecia que a solução para o conflito no Ultramar era “essencialmente política, e não militar”, embora se defendesse a manutenção de algumas operações com carácter mais defensivo para “salvaguardar a vida e os haveres dos residentes de qualquer cor ou credo, enquanto se mostrar necessário” (*ibidem*).

Nuno Severiano Teixeira explica que dentro do debate nos bastidores sobre a melhor solução a ser aplicada no Ultramar português, surgiram três correntes de pensamento que se destacaram: uma primeira, que ia em conta o pensamento de António Spínola e defendia uma teoria federativa. A segunda, dizia respeito à ideologia de Ernesto Melo Antunes (que foi Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1975 e 1976) e apelava a um eixo neutral em comunhão com os não-alinhados. Por fim, uma terceira

corrente com inspiração pró-soviética era representada por Vasco Gonçalves, Primeiro-Ministro dos II, III, IV e V Governos Provisórios (Teixeira: 2004, 9).

Estas diferenças ideológicas encaixavam-se em duas posições fundamentais: numa primeira, não se defendia a independência automática desses territórios, apelando antes à soberania portuguesa que deveria promover um referendo no qual se viria a decidir o futuro destino desses territórios. Na segunda posição, apoiava-se o oposto, acreditando no direito à autodeterminação e independência destes povos coloniais e numa transferência imediata da nova soberania aos movimentos de libertação que eram vistos como os seus legítimos representantes, tendo acabado por vencer a segunda posição (*ibidem*).

As opções de política externa no I Governo Provisório aparentam manter-se no II Governo Provisório, com Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros, a explicar as medidas de carácter político que o Ministério viria a tomar com o fim de atingir a autodeterminação das antigas colónias africanas, nomeadamente o reconhecimento da Guiné-Bissau como um Estado independente e as negociações para a sua entrada nas Nações Unidas. Fora de África, o Ministro reforçou a manutenção das relações tradicionais de amizade com o Brasil, seguindo aqui uma continuidade da política externa marcelista (Soares: 1974, 12-30).

Ainda na descolonização, Mário Soares explicou à imprensa que o primeiro governo do pós 25 de Abril assumiu-se como anticolonialista e antirracista e embora pretendessem atingir o cessar-fogo e a paz, permitir o regresso dos soldados portugueses à metrópole e iniciar negociações para consolidar a paz, era necessário ter em consideração as particularidades de cada colónia, de modo a ter assim em conta não só os interesses das populações africanas, como os das populações europeias residentes nesses territórios (*ibidem*, 10-11).

Destaca-se também na política externa de Mário Soares a abertura para com os países do Leste, à exceção da Albânia e da China. O Ministro dos Negócios Estrangeiros não explicou o porquê de a aproximação à Albânia estar suspensa, mas no que concerne à China justificou-se pelo ceticismo que o governo chinês tinha nas primeiras diligências

relativamente ao esforço da descolonização em África, embora se comesçasse a registar um aumento da compreensão por parte dos chineses da problemática portuguesa (*ibidem*, 21).

A URSS dos anos 70

A União Soviética de 1974 era um país que se encontrava numa situação bastante diferente em comparação aos seus anos de grande crescimento. Por exemplo, entre 1958 e 1965 o índice da produção industrial na URSS registou um aumento de 84%, tendo sido ultrapassado somente pelo Japão (George: 1975, 16).

Para além do crescimento industrial, o país encontrava-se na vanguarda das realizações científicas e técnicas na segunda metade da década de 1950 bem como da exploração espacial, tendo os Estados Unidos como principal oponente (*ibidem*, 14).

Todavia, na primeira metade da década de 1970, não tinha surgido ainda uma renovação dos métodos político-económicos praticados desde a fundação do país, o que por sua vez levava o Estado a não conseguir aplicar reformas necessárias como a descentralização, regionalização ou mudanças na direção das empresas (*ibidem*, 15).

Esta ideia é defendida por Peter Kenez, que no seu livro “*História da União Soviética*” (2007, 289), no qual explica como a economia planificada e centralizada só funcionava se conseguisse servir as necessidades suficientes da nação à época, nomeadamente a melhoria do nível de vida da população e o poderio militar no contexto da sua política externa. Com o crescimento económico, surgiram novas preocupações, a que as estruturas existentes não estavam capacitadas para responder e embora os líderes que se seguiram a Krushev pretendessem continuar com as reformas económicas necessárias, havia divergências dentro do governo central de qual seria a melhor maneira para o fazer: se por um lado Alexei Kosygin era defensor do investimento na produção de bens de consumo, Leonid Brejnev preferia o aumento da produção agrícola (*ibidem*, 290). Porém, tal como o autor refere, Brejnev e os seus aliados não aceitavam que a agricultura soviética possuía um atraso estrutural e que

para garantir o crescimento tão desejado era preciso abandonar o sistema antigo de quintas coletivas. Para contornar esses entraves, decidiram simplesmente apostar no aumento do investimento em vez de tomarem medidas para resolver os problemas crónicos desse setor.

Embora o investimento tenha de facto aumentado, a agricultura continuou a ser um dos maiores obstáculos que os planificadores da economia soviética tinham de ultrapassar. A melhoria do nível de vida da população fez com que esta comesse a procurar alimentos com melhor qualidade. A procura por carne e produtos lácteos superou a oferta e obrigou o Estado a importar determinados produtos dos Estados Unidos (por exemplo, cereais) para libertar o seu peso na produção agrícola e assim investir mais atenção na criação de gado. Mesmo com o poder central a usar das suas reservas de moeda cambiável para melhorar a alimentação do povo soviético, a escassez de certos produtos continuava a predominar (*ibidem*). A indústria também não era poupada a esta estagnação económica. Embora Alexei Kosygin tentasse reformar esse setor, o seu insucesso foi semelhante ao das tentativas de mudanças estruturais na agricultura. O estado de atraso da economia soviética em comparação com as economias ocidentais e as do sudeste asiático que estavam a emergir nessa década foi um dos fatores que levou ao fracasso do investimento na indústria como a possível solução para o crescimento da União Soviética. Entre outros fatores igualmente cruciais podemos destacar a existência de operários bastante improdutivos e a falta de incentivos para com os diretores das fábricas de os poder despedir, o peso enorme da população empregada no setor agrícola e as baixas taxas de natalidade no país (*ibidem*, 292).

Poderá ter sido este desequilíbrio entre a oferta e a procura que levou ao surgimento duma “economia de sombra”. Segundo Moshe Lewin, a inflação crescente não foi acompanhada de uma subida proporcional dos salários, o que levou com que a população se visse forçada a procurar outras fontes de rendimento para além daquele que já recebiam. Neste tipo de economia mais clandestina concentravam-se todas as atividades que embora não constituíssem um problema legal, não integravam a economia oficial estatizada (Lewin: 2007, 398). Ao que tudo indica, apesar do atraso da

economia planificada, a “economia de sombra” conseguiu promover uma melhoria no nível de vida da população. A situação habitacional melhorou bastante, a compra de bens de consumo aumentou consideravelmente e a ideia de que possuir certos bens numa comunidade era considerado aquilo que distinguia as posses económicas de uns e de outros, nomeadamente a qualidade do seu alojamento ou o facto de se possuir ou não um automóvel, passou a decrescer consideravelmente. No entanto, este progresso nas condições de vida dos habitantes soviéticos era em muitos casos feita à custa do uso excessivo e desregulado dos recursos naturais da União Soviética (*ibidem*, 402-403).

Se entre os autores analisados existe a concordância que a economia soviética se encontrava numa fase menos positiva, os escritos oficiais do poder central tentavam demonstrar o exato oposto. Através da sua imprensa, o Governo do país publicava dados que expunham uma economia crescente, como era o caso da produção industrial a aumentar em cerca de 80% face aos EUA em 1975, comparando com 12,5% em 1913 ou a subida nas colheitas médias anuais de cereais em 30,4% num período de dez anos, entre 1965 e 1975, com previsões que num espaço de cinco anos² iria aumentar para 40 milhões (Novosti: 1977, 36-37, 54).

Não era somente a economia que sofria com uma paralisação no seu desenvolvimento. O regime e a sua máquina burocrática estavam num estado de fraqueza enorme. Os líderes soviéticos dos anos 70 eram homens que possuíam alguma formação a nível político e técnico adquirida na década de 1920 com uma carreira construída unicamente no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) a partir da década seguinte. A rotatividade nos cargos mais importantes não era promovida, o que levava a uma continuidade nessas funções dos funcionários mais incompetentes (Kenez: 2007, 285).

Começava assim a predominar a ideia do “socialismo real e vigente”, ou seja, de que o socialismo pretendido com a Revolução de Outubro não era possível de se atingir e como tal, o estado da União Soviética na década de 1970 era o máximo a que esta

² As previsões do Governo previam igualmente para o mesmo período temporal o aumento da produção de aço em 27,2 milhões de toneladas e do petróleo em 149,2 milhões

ideologia poderia alguma vez chegar. Neste “socialismo real”, dominavam os privilégios da classe política e a burocracia grandiosa e complexa. O poder estava concentrado na *nomenklatura*, ou seja, no conjunto de titulares de cargos na administração pública que mesmo estando em minoria no que toca ao número de membros se comparado com o Partido Comunista (a *nomenklatura* possuía cerca de 500.000 membros, enquanto que o Partido detinha 19.000.000 pessoas) detinham a influência suficiente para governar a nação e usufruir dos mais variados privilégios restritos a grande parte da população, nomeadamente acesso a lojas exclusivas, casas de fim de semana, possibilidade de viajar para o Ocidente e regressar ao país com produtos lá comprados sem qualquer tipo de entrave e a hipótese de colocar sem quaisquer obstáculos os filhos nas escolas com os processos de admissão mais difíceis (*ibidem*, 285-286).

Já no que concerne à burocracia, não era somente o poder central em Moscovo que possuía Ministérios. O mesmo ocorria nas repúblicas da União Soviética. Por sua vez, também todos os setores da economia soviética possuíam em variadas ocasiões mais do que um Ministério. O Congresso do PCUS funcionava como um sistema feudal, onde aquando da tomada de posse dum novo dirigente, este nomeava os seus amigos mais próximos para os lugares chave, que por sua vez apontavam também aqueles que lhes eram mais íntimos como seus subordinados (*ibidem*, 286).

De um modo geral, pode-se concluir que o sistema se encontrava doente e necessitava, segundo Lewin, de reformas na burocracia e duma revolução que promovesse a transição para uma economia mista com o objetivo de combater a pobreza da mão de obra e o declínio económico, o que só seria possível sob condições políticas também elas revolucionárias. Todavia, tal não chegou a acontecer nesse período porque, em primeiro lugar, isso implicaria à própria burocracia fazer a sua reforma (o que não se encontrava disposta) e em segundo, uma revolução no corpo político que forçasse a máquina burocrática a fazer essa transição para uma economia mista implicaria um fim dos princípios comunistas, visto que criava as condições para o país se abrir à iniciativa individual (Lewin: 2004, 407-408). Mas foram essas mesmas reformas que, por muitos pensadas como o necessário para a revitalização do país, acabaram por levar ao colapso da União Soviética na década de 1990.

A projeção da União Soviética no estrangeiro

A ótica soviética via o socialismo como responsável por trazer um novo modelo de organização social mais justo e que servia para acabar com a exploração entre os homens. Deste modo, as relações externas da URSS deviam assentar nesses princípios, promovendo os interesses fundamentais dos povos e abrindo o caminho para a criação dum futuro melhor para a humanidade. Os objetivos da política externa soviética passavam assim por garantir todas as condições externas favoráveis á implantação do socialismo e do comunismo. Numa das sessões plenárias do PCUS em 1972, defendeu-se que essa política de construção socialista devia ser adaptada caso a caso, ou seja, os métodos usados num país teriam de ser diferentes dos aplicados noutros uma vez que as suas situações políticas, económicas e sociais eram distintas (Kuznetsov: 1975, 3-4).

Contudo, deviam ter sempre em conta a conciliação entre objetivos a curto e longo prazo, o estabelecimento da paz, liberdade, igualdade e progresso social. Era uma política de carácter internacionalista por dois motivos: primeiro, os construtores do socialismo possuíam um papel fundamental na consolidação do processo revolucionário mundial; em segundo, os trabalhadores soviéticos tinham de possuir os mesmos interesses que os trabalhadores dos restantes Estados socialistas (*ibidem*).

O governo soviético também tinha de lidar com os movimentos nacionalistas que começavam a ganhar força nas repúblicas. Tais movimentos tiveram a sua origem com as tentativas de Krushev em resolver o problema das deportações para a república russa de naturais das repúblicas no Cáucaso lideradas por Estaline. Nos anos 50, alguns desses povos pretendiam retornar às suas terras natais, o que aconteceu a partir de 1957. Porém, aquando desse retorno, sofreram uma má receção por parte dos russos que nelas residiam e que haviam ocupado as suas propriedades depois da sua deportação, o que levou a conflitos regionais no ano seguinte (Kenez: 2007, 302-303).

Estas etnias não detinham, no entanto, um objetivo de independência perante a União Soviética, mas sim um reforço da sua autonomia económica e a valorização das culturas e línguas nacionais. Moscovo tentava a todo o custo reprimir esses sentimentos,

ao enviar para campos sob a acusação de “agitação nacionalista” membros das elites ucranianas que contestavam o seu poder (*ibidem*, 305).

O poder central promovia uma valorização da língua russa sobre as línguas nacionais por achar que tal medida iria inibir o nacionalismo nas repúblicas, embora tal tenha surtido, como seria de esperar, o efeito contrário. A repressão contra as nacionalidades mais pequenas era mais fácil de se perfazer. O que mais preocupava os soviéticos eram os movimentos surgidos na Ucrânia, nas repúblicas bálticas e do Cáucaso, como o Azerbaijão, a Arménia e a Geórgia. O caso do Báltico era possivelmente o mais preocupante nesta onda nacionalista que afetava a URSS: embora a Letónia e a Estónia fossem maioritariamente protestantes, a Lituânia era uma república católica, onde a Igreja possuía um papel fundamental “na autodefinição da nação” (*ibidem*).

Embora estas repúblicas fossem as mais desenvolvidas economicamente da União Soviética tal não as satisfazia e chegavam a ir mais longe do que os ucranianos, exigindo a independência. Os bálticos consideravam-se mais próximos dos escandinavos no que toca a semelhanças culturais e de níveis de vida. Depois da anexação a que foram submetidos com o Pacto Molotov-Ribbentrop em 1949, a discrepância dos níveis de vida entre estes povos e os dos Estados da Escandinávia aumentou bastante, o que levou os primeiros a odiar os russos mais do que qualquer outra minoria residente nos seus territórios e a aumentar as suas vontades em se tornarem de novo países soberanos. A Ásia Central, embora não fosse o caso mais grave, também suscitava alguma preocupação. Enquanto a república russa estava a passar por um decréscimo populacional, a população asiática na União Soviética aumentava bastante. Deste modo, havia assim uma grande possibilidade de o Exército soviético passar a ser composto por jovens muçulmanos, o que incomodava o governo de Moscovo (*ibidem*, 306).

Além deste fator, é preciso ter em conta que as previsões levadas a cabo pelos socialistas de que a modernização e industrialização promovidas nessa região, bem como as deslocções em massa de russos e ucranianos iriam enfraquecer os movimentos nacionalistas tiveram um efeito adverso, fazendo com que a camada asiática da URSS visse estes povos como invasores. Ao observarem com uma frequência

cada vez maior as diferenças culturais e linguísticas que existiam entre si, mais se intensificavam os ideais de nacionalismo entre as populações fiéis ao Islamismo.

Embora não houvesse referências em particular á posição da política externa soviética perante Portugal na bibliografia analisada, foi, todavia, possível de encontrar as orientações do MNE russo face ao continente africano, de onde se inclui a questão das antigas colónias portuguesas, como Angola ou a Guiné-Bissau.

Os soviéticos recuavam aos tempos da Conferência de Berlim para explicar os primórdios da posição russa em África. De acordo com os mesmos, já desde o período em que as potências imperialistas da Europa se juntaram para repartir entre si o continente que os “círculos sociais democráticas russos” apoiavam a luta dos povos africanos pela independência. No pós 2ª Guerra Mundial, a influência do socialismo nos novos países asiáticos acabou por chegar às colónias africanas, que receberam todo o apoio soviético nesta luta pela autodeterminação, fazendo assim com que estes primeiros movimentos libertadores se tornassem numa luta anti-imperialista á escala continental (Kuznetsov: 1975, 129).

Os soviéticos tiveram desde sempre um grande interesse em estabelecer conexões diplomáticas com os novos Estados africanos. Um dos primeiros exemplos de tal foi a atitude tomada face à Etiópia, quando este Estado foi invadido pela Itália de Mussolini em 1936. Aquando deste ataque por parte das forças fascistas italianas, a União Soviética apelou a que não se poupasse em recursos para proteger a soberania etíope, propagando igualmente a ideia de que essa proteção necessitava de maior atenção por parte da comunidade internacional uma vez que se tratava duma agressão para com um país-membro da Sociedade das Nações. O estabelecimento de relações com a Etiópia em 1943 foi importante para que esta nação conseguisse obter o apoio dum aliado em reivindicar os direitos que lhe eram atribuídos pelo Tratado de Paz assinado com a Itália.

No que concerne às colónias portuguesas, a União Soviética reconhecia o papel fundamental que os movimentos anticolonialistas tiveram na sua luta contra o domínio colonial. Moscovo elogiava os guineenses por terem conseguido recuperar cerca de 2/3

do seu território, os angolanos em cerca de 1/4 e os moçambicanos na ocupação de duas províncias na zona Norte da região (*ibidem*, 134).

O XXIV Congresso do PCUS em 1971 demonstrou o apoio total dado por toda a organização do partido à causa independentista luso-africana, havendo uma congratulação geral para com os representantes de todos os movimentos de libertação presentes em Moscovo. Um deles foi Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAIGC assassinado dois anos depois, que num discurso feito no referido Congresso reconheceu e agradeceu todo o apoio da URSS, o qual considerava como sendo a maior fatia de todos os apoios externos à sua luta.

Em relação a Angola, os soviéticos emitiram uma declaração especial aquando do início da guerra nesta colónia, em 1961, onde incitavam todos os Estados a pressionar Portugal em acabar com a guerra e garantir a soberania do povo angolano, afirmando que não ficariam indiferentes à sua luta. A tomada de posição por parte da União Soviética levou a que a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovasse uma resolução a condenar o colonialismo português e a incentivar os países que pertenciam à Organização a aplicar sanções para com o regime de Salazar, tais como o corte de relações diplomáticas com Portugal, encerramento dos portos marítimos e aeroportos a aviões ou navios portugueses e o cessar de relações comerciais. A resolução também reconhecia a legitimidade dos movimentos independentistas e permitia a criação de ferramentas e bases jurídicas para os apoiar. Esta aprovação levou ao isolamento português face à comunidade internacional. Tendo em conta que este fechamento acabou por ser provocado pela ação soviética, não é muito difícil de chegar à conclusão que a tensão existente entre os dois Estados acabou por se agravar. O que se pretende abordar nos próximos capítulos foram os meios usados pelos dois países para criar e desenvolver as suas relações diplomáticas no novo contexto de política democrática em Portugal.

II. 1974: O início de uma nova amizade

As relações antes das relações oficiais

Apesar de não existirem relações diplomáticas oficiais entre Portugal e a União Soviética no Estado Novo, isso não significa que não existissem contatos mais indiretos entre as duas nações. Um conjunto de apontamentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros datados de 4 de Março de 1970 elucida que embora o Estado português não tivesse Acordos com países do Leste Europeu (de onde se inclui a URSS) durante o regime salazarista, isso não impedia Portugal de manter transações comerciais com esses países. No caso soviético, o regime de Moscovo acabou por cessar as importações de Portugal entre 1961/62, quando a Guerra Colonial despoletou³.

Nos últimos anos do Estado Novo, corriam por vezes boatos noutros países sobre outro tipo de ligações entre Portugal e a União Soviética, como demonstrava uma mensagem enviada pela Embaixada de Portugal em Islamabad, a 25 de Março de 1974⁴ com o recorte de um artigo do jornal chinês *Morning News*, datado de 20 de Março, sobre supostas “negociações secretas” entre Portugal e a União Soviética para a construção de uma base naval soviética em Timor-Leste. Não se encontrou nas pesquisas nenhum documento ou referência bibliográfica que confirmasse ou negasse as ditas conversações entre diplomatas portugueses e soviéticos. Parecem assim tratar-se simplesmente de rumores, até mesmo porque a data de produção dessa fonte é anterior ao início da documentação relativa aos contatos oficiais entre Portugal e a URSS, a partir de Junho de 1974.

A política externa portuguesa do pós 25 de Abril pretendia abrir relações diplomáticas com os países dos quais Portugal se encontrava isolado no Estado Novo, do qual os Estados do Leste Europeu faziam parte, tal como nos ajuda a entender o telegrama enviado pela Embaixada em Paris no dia 21 de Maio de 1974 onde se declara

³ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Processo 330, 04/03/1970, pág.2

⁴ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, PEA, Processo 333.80, nº53, 2.21 e 2.02, 25/03/1974

a apresentação de um noticiário dedicado a Portugal e se aborda a intenção do governo em estabelecer relações com os países socialistas, tais como a China, Jugoslávia e a URSS⁵ bem como o recorte do jornal colombiano *La Republica* enviado pela Embaixada em Bogotá a 3 de Junho de 1974, embora nesta notícia houvesse somente uma referência particular à Roménia no campo dos países da Europa do Leste⁶.

O artigo do *La Republica* explica que esta reconciliação com o Leste era vista de forma secundária no Ministério dos Negócios Estrangeiros, liderado por Mário Soares, uma vez que o objetivo primordial continuava a ser a construção de novas relações de amizade com os países africanos, principalmente com as antigas colónias portuguesas, o que se podia verificar, segundo o jornal, através das negociações decorridas em Londres com o PAIGC e os encontros em Paris com o Presidente Valéry d’Estaing. Nestas conversações, o Chefe de Estado francês apresentava uma vontade enorme em ser visto como um mediador nas conversas entre os governos das novas nações africanas e o governo de Lisboa.

Embora as relações diplomáticas entre Portugal e a União Soviética só tivessem sido oficializadas a 9 de Junho de 1974, os dois países já estavam envolvidos em contatos através dos seus diplomatas em outras nações. Um apontamento de 24 de Maio de 1974 da Embaixada de Portugal em Estocolmo narra uma conversa entre um funcionário da Embaixada soviética, Sergei Choubuiakov e Farinha Fernandes, da Embaixada portuguesa. Choubuiakov explicou o interesse do regime de Moscovo em conhecer a realidade política portuguesa com o fim de adotar a melhor postura na instituição de relações diplomáticas com o nosso país. Para o funcionário soviético, o seu governo já tinha efetuado o primeiro passo ao publicar num dos seus jornais, o *Izvestija*, um telegrama do PCUS, endereçado a Álvaro Cunhal e assinado pelas três maiores figuras do partido comunista soviético, a felicitar o PCP pela sua participação no MFA⁷.

⁵ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal em Paris, PEA-PAA, Processo 311, Nº 348, 21/05/1974, pág.1

⁶ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Portugal anuncia relaciones con los países socialistas”, *La Republica*, 03/06/1974

⁷ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Apontamento de Farinha Fernandes na Embaixada de Portugal em Estocolmo, 24/05/1974

Os dois países possuíam igualmente alguns contatos na diplomacia multilateral, relativamente à NATO (North Atlantic Treaty Organization), como apresenta uma notícia de 27 de Maio de 1974, do jornal *Die Welt*, com o título “Portugal obriga a NATO a tomar uma decisão rápida” e o subtítulo “Pretende o General Spínola ceder bases de apoio aos soviéticos se eles se mantiverem quietos em África?”, enviada pela Embaixada de Portugal em Bona na mesma data. Nessa notícia, explicava-se que já desde 1972, a Comissão Militar da NATO pretendia ampliar a sua zona operacional, não especificando até onde. Nesse contexto, Portugal pretendia ceder à Aliança as suas bases aéreas e portos a Sul do Trópico de Câncer, o que poderia resolver o dito problema⁸.

O aceitar dessa proposta pela Aliança Atlântica, segundo o jornal alemão, poderia reduzir a influência soviética no Atlântico Sul, como era desejado pelo Brasil e pela Argentina. Todavia, destacam igualmente um atraso na resposta da NATO, o que poderia vir a enfraquecer as relações entre a Aliança e Portugal, algo que aparentemente já estava a começar a acontecer, tendo em conta as diferenças entre a posição do Ministério dos Negócios Estrangeiros e as do Partido Socialista (PS). Se o Ministério declarava seguir uma política externa assente nos compromissos com a NATO, o PS defendia, segundo o artigo, uma “redução dos instrumentos de domínio das duas superpotências, especialmente da NATO e do Pacto de Varsóvia”⁹.

Também António Spínola, Presidente da República, parecia estar a passar pela mesma desilusão para com a Aliança Atlântica. O General era assumidamente anticomunista e temia a presença dos comunistas no Governo por acreditar que a mesma ia acabar por trazer consequências nefastas para o país a nível interno e externo, especialmente nas relações com os países membros da NATO (Rodrigues: 2010, 299).

Todavia, ainda de acordo com o mesmo artigo do *Die Welt*¹⁰, o antigo Governador da Guiné-Bissau já apresentava algum descontentamento com o

⁸ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Portugal obriga a NATO a tomar uma decisão rápida: Pretende o General Spínola ceder bases de apoio aos soviéticos se eles se mantiverem quietos em África?”, *Die Welt*, 27/05/1974, pág.1

⁹ *Ibidem*

¹⁰ *Ibidem*, pág.2

funcionamento da Aliança, começando a questionar a eficiência do apoio que esta podia conceder ao país no seu livro *Portugal e o Futuro*. Passara assim a apresentar-se favorável a uma proposta do Partido Comunista de ceder uma base de apoio aos soviéticos para as suas unidades navais perto de Cabo Verde, tal como acontecera com a concessão da Base das Lajes nos Açores aos Estados Unidos, se isso garantisse a abstenção da União Soviética em relação ao processo de descolonização em África.

As atitudes de António Spínola pareciam dar razão à teoria de Henry Kissinger, Secretário de Estado dos EUA, que via a possibilidade de Portugal se tornar num país comunista ou sob forte influência dessa ideologia (Maio: 1999, 108). De facto, o Departamento de Estado norte-americano por si liderado, já não via com bons olhos a presença de comunistas no Governo português, caso único num país da NATO. O Departamento de Estado considerava que essa presença pudesse criar um precedente perigoso na Europa do Sul, especialmente em Itália e na França, onde existiam grandes hipóteses de os comunistas formarem uma coligação governamental com os cristãos-democratas e os socialistas e também na Espanha e Grécia, que se encontravam a passar por processos de transição de regime (Sá: 2004, 83).

O *Institute for the study of Conflict* de Londres apresentava um cenário com a União Soviética a criar uma base nos Açores e os países da Aliança Atlântica a fazerem todos os possíveis para proteger o arquipélago da influência comunista de modo a proteger os seus “superiores interesses”. No entanto, esse mesmo instituto recebia nos primeiros tempos após a sua fundação, fundos de uma empresa controlada pela CIA, e mesmo depois de se ter tornado financeiramente independente, corriam suspeitas de que continuava a colaborar com os serviços de informação norte-americanos, dando assim a entender que Portugal era basicamente visto como uma peça no teatro militar Leste-Oeste (Eisfeld: 1985, 83).

Segundo Teodoro Maio, a mera hipótese de Portugal poder se vir a tornar num país comunista seria motivo de instabilidade na Aliança Atlântica. A participação de Portugal no Grupo de Planeamento Nuclear da NATO quando o país estava a passar por um conturbado período político preocupava os países membros da Aliança, uma vez que se temia a fuga de informação importante para Moscovo via Lisboa. O governo

português, entendendo a preocupação, tomou a iniciativa de se afastar do seu trabalho na Aliança (Maio: 2004, 108-109).

O “Die Welt” termina a explicar que os soviéticos não tinham conseguido alcançar o seu objetivo de estabelecer uma base perto da Geórgia do Sul e para colmatar essa falha, estavam interessados no porto natural de Nacala, em Moçambique. As suas águas profundas seriam o recurso ideal para as suas bases de submarinos perto da antiga Goa portuguesa. A sua posição dava à Marinha soviética uma vantagem que outras regiões próximas não possuíam, nomeadamente a manutenção dos seus submarinos sem as instalações correspondentes de terra¹¹. Todavia, um telegrama de 23 de Agosto de 1974, da Embaixada de Portugal na Cidade do Cabo demonstrava que os soviéticos acabaram por construir bases navais e áreas na República da Guiné, de onde partiam para estudar rotas no Atlântico Sul¹².

A oficialização das relações luso-soviéticas e o seu desenvolvimento

Um comunicado emitido à imprensa pelos Serviços de Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros¹³ informava que “O Governo Provisório da República Portuguesa e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas concordaram em estabelecer relações diplomáticas entre os dois países no dia 9 de Junho de 1974”. Os dois países concordaram em manter relações de coexistência pacífica “e na observância dos fins e princípios da carta das Nações Unidas”, comprometendo-se a contribuir “para a promoção da segurança e de uma paz duradoura, bem como para a cooperação na Europa e no mundo em geral”.

No entanto, nem sempre houve uma vontade constante em instituir tais relações. Aliás, em determinado momento ainda se tentou promover um adiamento das

¹¹ *Ibidem*, pág.3

¹² Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal na Cidade do Cabo, PAA c/PEA – PA – SII, Processo 311, Nº A-38, 23/08/1974, pág.2

¹³ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Abertura de Relações Diplomáticas com a U.R.S.S”, Serviços de Informação do MNE, PEA, Processo 333.80, pág.1

mesmas. Um telegrama de 20 de Junho de 1974 do Consulado Geral de Portugal em São Paulo¹⁴ apresenta alguns recortes de notícias da imprensa brasileira sobre a fundação dessas relações.

Num recorte cujo dia coincide com o do comunicado a oficializar as relações luso-soviéticas, o Estado de São Paulo¹⁵ descreve como o regime de Moscovo mudou a sua posição sobre o regime de Lisboa. Antes da Revolução de Abril, segundo o jornal paulista, os soviéticos criticavam António Spínola e as suas ideias patentes no livro *Portugal e o Futuro*, o seu envolvimento na situação colonial e as investidas militares que liderou contra os nacionalistas guineenses. Depois da queda do Estado Novo, Moscovo queria reatar as relações com Portugal, embora não pretendesse acelerar a sua concretização, de modo a não perturbar o processo de descolonização em Angola, em Moçambique e na Guiné-Bissau. Porém, o discurso soviético começou a alterar-se à medida que o tempo passava, começando a dar grande ênfase às declarações do PCP sobre o restabelecimento dos contatos entre os dois países e a conceder elogios à união entre comunistas e socialistas no governo português.

O resto da notícia esclarece que o Kremlin depositava grande confiança em Álvaro Cunhal e que esta mudança de vontade repentina por parte dos soviéticos em desenvolver as relações com Lisboa se devia principalmente aos progressos nas reuniões entre Mário Soares e os líderes nacionalistas africanos. Porém, os soviéticos não deixavam de realçar que o processo era longo e que o país ainda estava sob alta influência dos “grandes monopólios”¹⁶.

A formalização oficial destes contatos preocupou alguns países, como foi o caso do Reino Unido. Um telegrama de 6 de Julho de 1974 de Embaixada de Portugal em Londres expõe como o jornal *Daily Telegraph* via o estado político nacional com condições muito semelhantes aos dos antecedentes da Revolução de Outubro de 1917

¹⁴ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comunicado do Consulado Geral de Portugal em São Paulo, PEA, Processo 333.80, Nº267, 20/06/1974

¹⁵ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Moscou muda tática e passa a elogiar Lisboa”, *O Estado de São Paulo*, 09/06/1974, pág.1

¹⁶ *Ibidem*

na União Soviética. O jornal em questão acreditava no entanto que Portugal poderia não se tornar obrigatoriamente num país “confessadamente comunista ou pró-soviético” e que poderia somente constituir uma Frente Popular ou um “não alinhamento”, o que iria agradar à URSS tendo em conta que viria a ser instaurada em Portugal uma situação semelhante aquela que a União Soviética pretendia ver a nascer em Espanha durante a Guerra Civil, ou seja, um regime que mesmo não sendo unicamente comunista, agregava as forças da Esquerda e demarcava-se assim dos valores ocidentais e capitalistas¹⁷.

Apesar dessas preocupações duma parcela da comunidade internacional, isso não afetou a consolidação das relações luso-soviéticas. A 12 de Junho de 1974, foram publicados os estatutos da Associação Amizade Portugal-URSS. Nos mesmos, a Associação apresentava um texto introdutório com os objetivos que pretendia cumprir: o intercâmbio cultural entre os dois países; transmitir ao povo português a vida e cultura soviética; publicar um periódico que servisse como elo entre os seus associados; realizar exposições e conferências sobre a União Soviética; construir uma biblioteca com livros soviéticos ou que falassem do país; estabelecer condições para a realização de estágios culturais ou visitas de estudo por parte dos sócios portugueses à URSS¹⁸.

A União Soviética aproveitou o construir destas novas relações diplomáticas para solicitar apoio internacional a Portugal no contexto da Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia (CSCE). Esta Conferência teve a sua origem nas necessidades que os dois blocos da Guerra Fria tinham em manter a paz na Europa e no receio que havia na comunidade internacional do despoletar de uma guerra nuclear (Soares: 2007, 18).

Os trabalhos da CSCE começaram em 1973, divididos em três fases de trabalhos, denominadas pelos países participantes de *Corbeille*, estando assim designadas para debater assuntos específicos, como: questões relativas à segurança da Europa; cooperação nos domínios da economia, ciência, técnica e meio ambiente; cooperação no âmbito dos direitos humanos (CVCE:2016). As negociações que se seguiram entre os

¹⁷ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal em Londres, SII c/PEA – PAA, Processo 311, Nº347, 06/07/1974, pág.1

¹⁸ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comunicado da Comissão Organizadora da Associação Amizade Portugal-URSS, 12/06/1974

Estados Unidos e o Canadá com a União Soviética e a Finlândia, em matéria de desarmamento, levaram à aprovação, em 1975, da Ata Final de Helsínquia, assinada por 35 Estados-membros (de entre os quais Portugal), fundando assim a Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia. A CSCE passou a ser de carácter permanente, transformando-se na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) aquando da Cimeira de Budapeste, em 1994 (Soares: 2007, 20).

Todavia, o caminho ainda foi longo para se conseguir redigir e aprovar a Ata final de Helsínquia. Um telegrama da Delegação Portuguesa na Conferência em Genebra, datado de 17 de Maio de 1974, abordava a reunião entre Andrei Gromkoy, Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS e Henry Kissinger no Chipre. De acordo com a Delegação de Portugal, Gromkoy pretendia uma conclusão rápida dos trabalhos da segunda fase desta Conferência de modo que se pudesse chegar à terceira ainda antes do Verão de 1974. Todavia, Henry Kissinger expressara algum pessimismo na possibilidade de se conseguir terminar a segunda fase a tempo do Verão, uma vez que alguns Estados Ocidentais não estavam satisfeitos com os resultados até então obtidos, apesar de começarem a surgir alguns “gestos de boa vontade” por parte dos países de Leste¹⁹.

Numa reunião entre um funcionário diplomático português não identificado e Mendelevitsh, o líder da delegação soviética na Conferência (Stanciu: 2021, 219), foi pedida ajuda aos portugueses. O diplomata soviético perguntou ao seu homólogo português qual a data que ele via como mais propícia para os “países ocidentais e neutros” finalizarem os trabalhos da fase que se encontrava a decorrer à altura, ao que o representante português disse acreditar que se fosse estabelecido o dia 2 de Agosto, não haveria à partida uma oposição dos países participantes. Todavia, este também avisou Mendelevitsh que existiam grande probabilidades de não se conseguir vir a cumprir com tal prazo, uma vez que as delegações da CSCE não pareciam muito abertas

¹⁹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Delegação Portuguesa na Conferência de Genebra, PA c/PEA, Nº103

a trabalhar depois do dia 26 de Julho, tendo em conta que pretendiam fazer uma pausa de 2/3 meses nessa altura²⁰.

O enviado soviético revela então a intenção da delegação soviética em fazer algumas concessões ao Bloco Ocidental se estes conseguissem aprovar numa subcomissão um quarto parágrafo que, embora consistisse numa proposta finlandesa, a primeira parte seria redigida pela União Soviética, sendo somente a escrita da segunda parte da total responsabilidade da Finlândia. Esse parágrafo seria respeitante ao sexto princípio discutido na Conferência, nomeadamente a “não ingerência nos assuntos internos de outros Estados”. Mendelevitsh solicitava à delegação portuguesa que usasse da sua influência para garantir a aprovação desse parágrafo no documento que estava a ser redigido pela Subcomissão em questão, liderada pela Santa Sé. Tendo em conta as boas relações entre Portugal e o Vaticano, a URSS acreditava que a pretensão portuguesa seria acedida. No entanto, não existe oficialmente nenhuma referência direta na documentação analisada que explique quais as medidas apresentadas nesse parágrafo e se Portugal aceitou ou não apoiar os soviéticos²¹.

O interesse da URSS em Álvaro Cunhal e na situação colonial

Quando se estabeleceram as relações diplomáticas entre Portugal e a União Soviética, a 9 de Junho de 1974, os dois países assumiram construir uma ligação assente na amizade, cooperação mútua, no intercâmbio a vários patamares (económico, científico e cultural, por exemplo), nos princípios da Carta das Nações Unidas e no conceito da política externa soviética de coexistência pacífica com países que possuíam regimes sociais diferentes²².

²⁰ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Delegação Portuguesa na Conferência de Genebra, PA c/PEA – EEA, Processo 304, Nº 117 e 118, 18/06/1974, pág.1

²¹ *Ibidem*, pág.2

²² Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal em Moscovo, PEA, Processo 333.80, Nº23, 15/11/1974, pág.1

Apesar da concordância entre os dois Estados que as suas relações deveriam sustentar-se nesses valores, isso não impedia a URSS de querer rentabilizar alguns dos seus próprios interesses na conjuntura portuguesa, nomeadamente o papel do PCP na política interna e na descolonização dos países africanos.

É possível compreender isso com um telegrama enviado pela Embaixada de Portugal em La Paz, a 20 de Julho de 1975, relativo a um encontro entre o Embaixador português, Pinto Machado, com o Embaixador soviético, Alexei Scherbachevich, na Embaixada da URSS. Nessa reunião, Scherbachevich questionou Pinto Machado sobre o papel do PCP na política interna portuguesa e a situação do Ultramar. Em relação à primeira, o diplomata português explicou ao seu congénere soviético que o Partido Comunista tinha sido legalizado após o 25 de Abril e que o seu Secretário-Geral, Álvaro Cunhal, integrava o Governo da altura (o II Governo Provisório) como Ministro de Estado e Trabalho²³.

No que concerne ao Ultramar, Pinto Machado abordou a inclusão da descolonização dos territórios africanos no Programa do MFA. O Embaixador de Portugal também falou a Alexei Scherbachevich das negociações pelo poder político com os líderes das guerrilhas para colocar um fim ao conflito armado e dar início à construção de um novo futuro político para as colónias. Acrescentou igualmente uma novidade: a vontade do governo em realizar um referendo onde os portugueses seriam chamados a decidir sobre o futuro das colónias. Seriam apresentadas duas opções: a favor da sua independência ou a sua integração num Estado Federado, com o mesmo estatuto de Portugal Continental²⁴.

A opinião dos soviéticos sobre o referendo parecia dividir-se: o Embaixador Scherbachevich mostrou apoio ao referendo, mas na imprensa soviética a posição parecia diferir.

²³ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal em La Paz, PEA, Processo 333.80, N.º A-12, 20/07/1974, pág.2

²⁴ *Ibidem*

A Embaixada da URSS em Londres tinha publicado no seu boletim de imprensa um artigo de um correspondente político do jornal *Isvestia* relativamente aos problemas nos territórios ultramarinos²⁵. Nesse artigo, o autor (que não está identificado), acreditava que a ideia de um referendo por parte da administração portuguesa e dos colonizadores brancos nessas regiões não correspondia à vontade da maioria africana em proclamar a sua existência como povos autónomos e que os líderes dos movimentos de libertação encontravam-se dispostos ao recurso da via política para reparar as relações com Portugal, desde que o país estivesse disposto a garantir aos naturais de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau o seu direito à independência. Para o correspondente político, o novo governo português devia resolver o problema africano com a solução mais progressista possível.

A situação delicada da política portuguesa durante o processo revolucionário levava a que os outros países tivessem sempre uma atitude cautelosa perante os cenários que se vinham a desenvolver. Para a União Soviética, inicialmente, havia uma vontade de fazer uma intervenção limitada no caso português para não colocar em risco a *détente* que se estava a começar a viver na comunidade internacional. Porém, tal como acontecera nos primeiros momentos após a Revolução de Abril, a posição soviética sobre uma interferência em Portugal parece ter dado uma volta de 180 graus, tendo em conta os rumores que corriam, provavelmente nos corredores da política internacional, sobre uma vontade de Moscovo em promover uma aliança entre o PCP com os setores mais à esquerda do MFA para a instauração de um governo nacionalista e desenvolvimentista, tal como acontecia na Turquia de Kemal Ataturk, permitindo assim um acumular de forças que levasse à ascensão dos comunistas portugueses (De Freixo: 2010, 257-258).

Existe uma possibilidade dessas informações que andavam a circular serem de facto verdadeiras. Um bom exemplo disso é um telegrama, datado de 5 de Novembro de 1974, enviado pela Embaixada de Portugal em Washington DC que apresenta resumos de alguns artigos da imprensa norte-americana sobre uma visita duma

²⁵ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Lisbon and Africa”, *Soviet News*, 02/07/1974, pág.1

delegação portuguesa a Moscovo, entre os dias 29 de Outubro e 3 de Novembro de 1974, para discutir com uma delegação soviética o aprofundamento das relações entre os dois países em várias áreas, desde a economia e cultura até à ciência e indústria²⁶.

A delegação portuguesa era liderada pelo então Ministro sem pasta Álvaro Cunhal. Segundo o jornal *Sun*, a delegação chefiada pelo Secretário-Geral do PCP recebera de Nikolai Podgorny a garantia de auxílio económico a Portugal através do fornecimento de carne e trigo e uma previsão do triplicar do comércio entre os dois Estados. Posteriormente, de acordo com este órgão de imprensa norte-americano, fontes fidedignas do governo soviético ter-lhe-iam confirmado a atribuição de ajuda especial ao PCP e a outras forças da Esquerda portuguesa, uma vez que o Kremlin ainda acreditava na possibilidade do PCP formar o próximo governo²⁷.

O regime de Moscovo tentou sempre negar as acusações de procurar influenciar a situação política em Portugal através do PCP. A comprovar isso, temos as garantias dadas numa reunião na capital soviética por Andrei Gromkyo, Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, a Mário Soares de que as autoridades do seu país não estavam a fornecer qualquer apoio ao PCP, explicando ao Ministro português que as relações do Kremlin eram autónomas das relações do PCUS (Vieira: 2013, 344). Gromkyo também aclarou a Soares de que um apoio do regime soviético ao Partido Comunista Português seria incoerente, por colocar em causa a política de *détente* que Moscovo andava a tentar seguir rigorosamente (Soares: 2011, 235).

Ainda em relação aos processos de descolonização, parece que nestes primeiros meses do pós-Revolução, o interesse maior da União Soviética em relação ao desenvolvimento dos acontecimentos políticos em Lisboa residia no modo como o desenrolar dos mesmos podia afetar os seus interesses nessas regiões de África que estavam a passar por um processo histórico de independência (De Freixo: 2010, 258).

²⁶ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal em Washington, SII – P/C: PEA, Processo 333.80, 05/11/1974, pág.1

²⁷ *Ibidem*

Consegue-se compreender o porquê desse interesse dos soviéticos através de um discurso feito por Leonid Brejnev nas comemorações do 25º aniversário da fundação da República Democrática da Alemanha. Nesse discurso, o líder soviético elogiou os responsáveis pela queda do fascismo em Portugal, apelou á necessidade de consolidação democrática tendo em conta que ainda pairava a influência de movimentos reacionários e considerava que o processo de descolonização estava intrinsecamente ligado ao da democratização portuguesa, recordando o apoio dado pelos soviéticos aos movimentos de libertação nas colónias durante o regime fascista português²⁸.

A Primeira Embaixada em Moscovo e os Primeiros Acordos Luso-Soviéticos

Mário Neves foi o primeiro Embaixador de Portugal na URSS. No seu livro *Missão em Moscovo: Experiência da Primeira Embaixada Portuguesa no País dos Sovietes*, expõe a sua experiência como o primeiro alto-representante diplomático português na União Soviética após o 25 de Abril e o funcionamento da Missão Portuguesa durante o seu serviço diplomático.

Neves foi nomeado Embaixador por decreto, a 24 de Setembro de 1974, assinado por Mário Soares (Neves: 1986, 25-26). Já se tinham estabelecido na capital soviética dias antes da sua chegada a 24 de Outubro de 1974 (*ibidem*, 31), o Conselheiro Pedro Madeira Andrade e um Terceiro-Secretário para estabelecer as condições mínimas de formação da Missão Portuguesa na União Soviética aquando da chegada do Embaixador (*ibidem*, 30).

Para o diplomata, as posições antagónicas no campo ideológico dos dois regimes foi o que levou à inexistência de relações diplomáticas entre Portugal e a URSS antes de 1974. Tal ausência de contatos fez com que surgisse um desconhecimento mútuo da

²⁸ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal em Berlim, PEA P/conhecimento – PAA – SII, Processo 311, Nº 25, 06/10/1974, pág.1

vida política, social e cultural dos dois povos. Todos estes fatores foram responsáveis para que houvesse uma vontade comum em afastar os momentos desse passado mais sombrio e formar uma nova amizade diplomática (*ibidem*, 30-31).

No entanto, a Embaixada soviética em Portugal já tinha iniciado funções mais cedo do que a portuguesa em Moscovo. O Embaixador Arnold Kalinin apresentou as suas credenciais diplomáticas a António de Spínola a 8 de Agosto de 1974 (*ibidem*, 31). Em Outubro, os serviços consulares portugueses ainda não estavam em funcionamento, apesar da Embaixada já existir, o que obrigou o Embaixador português e a sua esposa a ficarem retidos por 24 horas em Paris à espera que lhes fossem concedidos visto de entrada na URSS (*ibidem*, 29).

A 28 de Outubro, Mário Neves entregou as suas credenciais como Embaixador ao Vice-Presidente do Soviete Supremo, Kirill Ilyashenko. As credenciais foram entregues a Ilyashenko e não a Nikolai Podgorny devido à agenda apertada que este já detinha em encontros com outras personalidades internacionais, como era o caso de Kissinger e Helmut Schmidt, Chanceler alemão (*ibidem*, 32-33).

No seu primeiro discurso, Neves reforçou a vontade do governo português em estabelecer as relações com a União Soviética, esperando que o aprofundamento destas relações permitisse indiretamente um desenvolvimento da jovem democracia e da presença portuguesa na comunidade internacional. De forma indireta, o Embaixador expunha como estas relações acabavam por ser algo novo para os dois países, devido ao afastamento oficial entre ambos que durou décadas e ao desconhecimento que tinham um do outro, passando uma mensagem de que como Embaixador iria fazer o que estivesse ao seu alcance para mudar essa situação: “afirmo a minha inabalável determinação de contribuir para que nos conheçamos melhor, mutuamente, e para que possamos conviver na mais perfeita atmosfera de trabalho útil e de paz frutuosa” (*ibidem*, 35).

Por sua vez, Kirill Ilyashenko agradeceu o discurso de Mário Neves às instituições soviéticas e felicitou Portugal pela queda do fascismo, o esforço nos processos de descolonização e a luta pela construção dum “Portugal livre e democrático”. Ilyashenko

expressou no seu discurso a vontade que havia por parte dos soviéticos em desenvolver os laços de amizade e cooperação com Portugal, especialmente no contexto de desanuviamento que a URSS pretendia continuar a promover de forma irreversível na comunidade internacional. O líder soviético declarou a necessidade em fortalecer as relações económicas, técnicas, comerciais e culturais entre os dois Estados e o apoio que as instituições da União Soviética iriam dar ao Embaixador português na sua missão de revigorar esses mesmos parâmetros dos contatos luso-soviéticos (*ibidem*, 36).

A instalação da Embaixada em Moscovo sofreu algumas dificuldades nos primeiros dias. Segundo um relatório de Mário Neves, datado de 19 de Novembro de 1974, a experiência de estar colocado nessa capital a representar Portugal era de uma honra enorme, por se tratar de uma cidade que constituía fonte riquíssima de informações e por oferecer a possibilidade de recolher dados objetivos que lhe permitissem fazer boas análises da política internacional. Todavia, o primeiro alto representante de Portugal em Moscovo queixava-se da qualidade das instalações onde se encontrava o pessoal da Embaixada e as condições em que tentavam recolher a informação necessária para enviar a Lisboa²⁹.

No que concerne às instalações, Neves abordou a hipótese de se fixarem num anexo que pertencia à Embaixada do Chile, vazio desde o corte de relações entre os dois países após o golpe de Pinochet, em 1973. Todavia, a sua estrutura era ainda mais decadente e não conseguia assegurar a dignidade das funções de representação diplomática. O Embaixador português previa que a solução para este problema ainda se avizinhava longínqua. Na recolha de informação, Mário Neves garantia que o pessoal da Embaixada portuguesa estava a tentar criar as condições mínimas necessárias para a sua coleta e criar assim os panoramas de política internacional a serem enviados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, solicitando igualmente à sua Secretaria de Estado

²⁹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Relatório de carácter “Secreto” da Embaixada de Portugal em Moscovo, PEA, Processo 333.80, Nº33, Procº 7.5/4.1, 19/11/1974, pág.1

um envio regular de material informativo e documental imprescindível às atividades diárias da Embaixada³⁰.

No entanto, as preocupações do Embaixador português acabaram por desaparecer quando, em Dezembro de 1974, as autoridades soviéticas apresentaram-lhe um edifício completamente novo, com espaço suficiente para instalar quer a sua residência quer a do Ministro-Conselheiro, apartamentos para pessoal doméstico, receções, chancelaria e serviços comerciais. Houve uma discussão entre o governo soviético e a representação diplomática portuguesa para acertar o valor do aluguer pago por Portugal à União Soviética. Havia a necessidade de adquirir novo material para a Embaixada e isso poderia suportar um encargo enorme para um país que se encontrava a passar por dificuldades de ordem financeira. Mário Neves tentou apelar à compreensão dos soviéticos, tendo estes sido recetivos para com a situação e fixado condições favoráveis para os portugueses se poderem instalar. A conclusão e assinatura do contrato de arrendamento terminou no início de 1975, com a visita de Mário Soares a Moscovo (Neves: 1986, 44).

Um “comunicado conjunto soviético-português” declarava que, entre 29 de Outubro e 3 de Novembro de 1974, uma delegação governamental portuguesa composta por Álvaro Cunhal (Ministro sem pasta), Mário Neves (Primeiro Embaixador português na URSS), Comandante Guilherme Conceição e Silva (Secretário de Estado da Comunicação Social), Magalhães Cruz (Diretor-geral dos Negócios Políticos do MNE), Alberto Regueira (Diretor-geral do Planeamento da Secretaria de Estado do Comércio Externo e Turismo) e Waldemar Quaresma (Secretário do Ministro de Estado) visitou Moscovo com o fim de trocar considerações sobre o desenvolvimento das relações luso-soviéticas³¹.

A delegação soviética por sua vez era composta pelo Embaixador soviético em Portugal Kalinin, pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Kozirev e

³⁰ *Ibidem*, págs.2-3

³¹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Comunicado conjunto soviético-português”, 1974, pág.1

maioritariamente por Ministros e altos funcionários com pastas ligadas ao comércio exterior, turismo e ciência. Nas conversas entre as duas delegações, chegou-se à conclusão da necessidade em reforçar as relações diplomáticas entre Portugal e a URSS através da cooperação económica, científica, técnica e cultural³².

A reunião priorizou o estabelecimento de relações económicas entre os dois Estados com a previsão de um acordo comercial ainda para Dezembro desse ano. A delegação portuguesa exprimiu um desejo de exportar para a União Soviética produtos tradicionais portugueses como amêndoas, vinho e cortiça, dando igualmente o seu compromisso em importar produtos soviéticos, ao que a delegação de Moscovo prontamente aceitou. As duas delegações combinaram entre si um acordo de visitas mútuas dos representantes de organismos estatais e empresariais às capitais dos dois países. Decretou-se a responsabilidade da organização dos acordos de cooperação científica e técnica às organizações competentes de cada Estado. Destacou-se igualmente o desenvolvimento do intercâmbio cultural entre as duas nações, para que cada uma obtivesse conhecimento da evolução nos campos da arte, literatura e educação da outra parte³³.

Um anexo a este comunicado esclarecia que após a visita da delegação governamental portuguesa a Moscovo, concordou-se na ida de três Missões especiais à URSS com o fim de se dar início aos acordos de cooperação bilateral em matérias importantes, como o comércio ou a cultura. Uma primeira Missão prevista para 16 de Dezembro de 1974 deveria incidir as suas conversações nas relações comerciais luso-soviéticas, dizendo respeito ao acordado na visita entre 29 de Outubro e 3 de Novembro de 1974. Todavia, essa Missão só se poderia concretizar depois de se terem realizado outras missões mais pequenas e especializadas, com a garantia de que iriam decorrer novas missões do género³⁴.

³² *Ibidem*, pág.2

³³ *Ibidem*, págs.2-3

³⁴ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Missões governamentais portuguesas à URSS”, pág.1

A segunda Missão destinava-se a promover a criação de indústrias aproveitadoras de pirites e sienitos nefelínicos. Uma terceira Missão foi enviada para estabelecer um Acordo Cultural que deveria ser antecedido pela elaboração de propostas concisas e por uma comunicação diplomática. Foram igualmente estabelecidos outros Acordos e Convénios de importância menor, como um Acordo de Navegação³⁵.

Ainda no que dizia respeito aos trabalhos de formação destes Acordos, destaca-se um “Aide-mémoire” sobre um encontro realizado entre as delegações portuguesa e soviética em Moscovo, a 31 de Outubro de 1974, no Comité Estatal Para a Ciência e Técnica do Conselho de Ministros da URSS, em Moscovo. Nessas reuniões debateram-se assuntos sobre Ciência e Técnica, Saúde Pública e Medicina, Educação e Cultura, Indústria e Construção Civil³⁶.

A delegação portuguesa expôs à soviética os problemas que o país enfrentava nesses parâmetros e via as conversações como uma maneira de realizar novas experiências que concedessem resultados positivos para o desenvolvimento desses setores em Portugal³⁷.

Os soviéticos demonstraram toda a preocupação com os problemas portugueses e afirmou que lhe daria todo o apoio necessário através das entidades competentes. No âmbito destes problemas, as partes concordaram num Acordo que servisse como uma cooperação mútua nos tópicos discutidos. Para a educação, estabeleceu-se a possibilidade em dar condições a professores e especialistas de estudarem os sistemas de ensinos dos dois Estados, fazendo assim uma troca mútua de pareceres, a promoção do ensino da língua portuguesa na URSS e da língua russa em Portugal, e à criação duma base de intercâmbio cultural entre estudantes, estagiários e pós-graduados³⁸.

³⁵ *Ibidem*, págs.2-4

³⁶ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Aide-mémoire”, pág.1

³⁷ *Ibidem*

³⁸ *Ibidem*, págs.1-2

No domínio da medicina, a União Soviética mostrou-se disponível para enviar uma delegação de médicos especialistas na área da oncologia e oftalmologia a Portugal para obter conhecimento do trabalho desenvolvido pelos organismos que se dedicavam ao seu estudo. Discutiu-se igualmente a cooperação no quadro das organizações internacionais dedicadas à proteção do meio ambiente, da oceanografia, construção civil, indústria, transportes e agricultura³⁹.

Por fim, no que concerne à Ciência e Técnica, o Comité Estatal soviético comprometeu-se a dar apoio a Portugal através do envio de uma delegação especializada na extração de nefelinas e pirites e na cooperação da metalurgia não-ferrosa; o envio duma nova delegação da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo para ajudar o governo português em matérias de urbanização, meio ambiente e construção sanitária; a deslocação de uma outra delegação de cientistas soviéticos a Portugal para se proceder à troca de conhecimentos nas áreas da Ciência e Investigação entre os dois Estados⁴⁰.

Com a representação portuguesa assegurada pelo Secretário de Estado do Comércio e Turismo, José Vera Jardim, e a representação soviética encabeçada pelo Ministro do Comércio Externo, Patolichev (Neves, 1986: 58), Portugal e a União Soviética também assinaram entre si um Acordo Comercial, a 19 de Dezembro de 1974, com o fim de garantir um desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países da forma mais célere e contínua possível, tendo igualmente em conta o aproveitamento das vantagens do progresso de ambas as economias. Estabeleceu-se que ambos os países deviam conceder um tratamento mútuo de nação favorita, nomeadamente na receção de produtos importados e exportados duma parte para a outra, a partir da isenção do pagamento de direitos aduaneiros, impostos e taxas internacionais, impostos internos, formalidades burocráticas em relação ao despacho aduaneiro e ao licenciamento das importações e exportações. Se acontecesse, por exemplo, Portugal vender à União Soviética produtos originários dum país terceiro sobre os quais tinha concedido

³⁹ *Ibidem*, pág.2

⁴⁰ *Ibidem*, pág.3

privilégios, caberia ao governo português atribuir os mesmos privilégios aos mesmos tipos de produtos provenientes da União Soviética e vice-versa⁴¹.

O Acordo concordava igualmente que nenhuma restrição poderia ser colocada sobre a circulação, transporte, distribuição e transferências relativas a importações e exportações sobre estes produtos, exceto nos casos em que se tratasse de produtos originários ou destinados a outra nação. Estas benesses não podiam, no entanto, vir a ser atribuídas em três cenários: se uma das partes tentasse usá-las para facilitar o tráfego comercial com os países fronteiriços; numa situação em que uma das nações tentasse aderir a uma Zona de Comércio Livre ou União Aduaneira; e se caso um dos Estados quisesse aplicá-las em trocas comerciais com um ou mais países em desenvolvimento, de modo a promover o fortalecimento das relações com esses mesmos países⁴².

Ainda sobre mercadorias terceiras, o acordo afirmou que a reexportação, ou seja, a possibilidade da União Soviética, por exemplo, exportar para outras nações produtos que importou de Portugal, só podia ser possível através de autorização do país que exportou (que neste caso seria Portugal). O Acordo expressava que as partes deveriam promover o mais fortemente possível um intercâmbio comercial, com o fim de se poder desenvolver um conhecimento mútuo de ambos os mercados⁴³.

Os ditos privilégios não eram somente concedidos às trocas comerciais entre os Estados, mas também seriam aplicados nas relações com as pessoas físicas e jurídicas de ambas as partes. Estas não podiam ter um tratamento menos favorável daquele que era concedido às pessoas físicas e jurídicas de outras nações no que diz respeito ao acesso a tribunais e autoridades administrativas, bem como no exercício dos seus direitos⁴⁴.

⁴¹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Acordo de Comércio entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas”, Processo 333.80, 1974, págs.1-2

⁴² *Ibidem*, págs.2-3

⁴³ *Ibidem*, págs.4-5

⁴⁴ *Ibidem*, pág.5

Neste Acordo, o governo da República Portuguesa dava autorização à URSS para instalar em Portugal uma Representação Comercial integrada com a Embaixada em Lisboa, cujas funções passavam por reforçar as relações comerciais entre os dois Estados e defender os interesses soviéticos em Portugal no que dissesse respeito ao comércio externo⁴⁵.

Do mesmo modo, também o governo da União Soviética dava a Portugal permissão para instalar uma Representação Comercial anexada à Embaixada em Moscovo. Essa Representação portuguesa viria a possuir as mesmas funções que a Representação soviética em Lisboa e gozariam ambas dos mesmos privilégios e imunidades concedidas a representações diplomáticas⁴⁶.

O Acordo fundava uma Comissão Mista composta por representantes de ambos os países e que se deveria reunir pelo menos uma vez ao ano, alternando entre Lisboa e Moscovo como locais de encontro. Esta Comissão teria como responsabilidades observar a boa execução do Acordo pelos dois países e o aconselhamento para como os seus governos das melhores atitudes a tomar para desenvolver o comércio entre si. O Acordo entraria em vigor a partir da sua data de assinatura e teria uma validade mínima de cinco anos, com renovações sucessivas de um ano caso não fosse denunciado até três meses antes da sua caducidade. Caso uma das partes o denunciasse, mantinha-se a validade dos contratos assinados por privados durante a sua existência⁴⁷.

A sua tradução literal para o russo apresentava igualmente algumas alterações propostas pela delegação portuguesa, embora estas nunca tenham chegado a integrar o Acordo original, nomeadamente ao princípio do tratamento de nação favorita em matérias de isenção de direitos aduaneiros, taxas, impostos e licenciamentos atribuídas às pessoas físicas e jurídicas de ambos os países envolvidas nestas relações comerciais. Esses privilégios não seriam atribuídos a territórios que estavam ou tinham estado sob

⁴⁵ *Ibidem*, pág.6

⁴⁶ *Ibidem*, págs.7-8

⁴⁷ *Ibidem*, pág.9

administração portuguesa⁴⁸. A autorização da reexportação pelo país exportador foi outra das mudanças pedidas, isentando dessa mesma permissão os artigos que, tendo sido inicialmente exportados por Portugal, fossem reexportados pelos soviéticos para os mesmos territórios que se encontravam naquele momento ou tinham estado sob a administração do governo português⁴⁹.

Ainda antes da redação e aprovação deste Acordo, assinaram-se três, de menor escala, a 11 de Dezembro de 1974, de acordo com um apontamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, datado de 21 de Dezembro desse ano. O primeiro Acordo ratificado nesse dia era respeitante aos Transportes Aéreos e segundo o mesmo, cada uma das partes concedia à empresa transportadora designada pela outra parte o direito a explorar um serviço de transportes de passageiros, carga e correio numa rota entre Lisboa e Moscovo com alguns pontos intermédios. O segundo, era um acordo comercial de menor importância assinado aquando da visita de José Vera Jardim que reforçava o princípio da nação favorecida, e o terceiro era um acordo de navegação marítima⁵⁰.

⁴⁸ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Acordo Comercial entre o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o Governo da República de Portugal – Tradução literal do texto em russo proposto pelo Governo Soviético e com emendas propostas pela delegação governamental portuguesa”, pág.3

⁴⁹ *Ibidem*, pág.4

⁵⁰ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Apontamento de Jorge Preto intitulado “Cooperação com a URSS”, 21/12/1974, págs.1-2

III. 1975: O Primeiro Aniversário

A primeira visita a Moscovo

Nos dias 2 e 3 de Janeiro de 1975, Mário Soares visita Moscovo, um momento histórico nas relações diplomáticas entre os dois países tendo em conta que se tratava da sua primeira visita como Ministro dos Negócios Estrangeiros à União Soviética. Quando soube, em Novembro de 1974, da visita que Mário Soares ia fazer a Nova Deli durante o final desse ano para reestabelecer as relações diplomáticas com a União Indiana, que estavam suspensas desde a ocupação de Goa, em 1961, o Embaixador de Portugal na URSS Mário Neves pensou logo em organizar a ida do Ministro português a este país. Em 28 de Novembro de 1974 enviou uma carta ao Chefe dos Negócios Estrangeiros português, convidando-o a visitar o território soviético, quando terminasse a sua visita em Nova Deli, reforçando a importância dessa visita como algo passível de conceder “a oportunidade de verificar certas realidades que seriam úteis para o desenvolvimento” das relações bilaterais luso-soviéticas que se encontravam numa fase inicial, no impacto que teria em outros centros de atividade internacional e nas reações que poderia provocar nos observadores de outras nações residentes em Moscovo. Mário Neves recebeu, a 11 de Dezembro de 1974, a resposta da Secretaria de Estado daquele Ministério a confirmar a vontade de Mário Soares em visitar a capital soviética depois de ir visitar a Índia (Neves: 1986, 69-70).

Existia da parte de Mário Soares interesse em realizar a visita, entre 1 e 3 de Janeiro de 1975, sendo o primeiro dia reservado para descanso e os restantes para assuntos oficiais. Todavia, os soviéticos insistiram para que esta se fizesse entre os dias 2 e 4 de Janeiro de 1975 e solicitaram uma resposta o mais rápido possível de modo a poderem emitir, a 28 de Dezembro de 1975, um comunicado conjunto nos dois países a informar dessa visita. Tendo em conta que Mário Soares já se encontrava na União Indiana aquando deste pedido das autoridades soviéticas, só depois de algumas tentativas fracassadas é que o Embaixador português na URSS conseguiu estabelecer contato com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o seu Chefe de Gabinete. Acordou-

se então que a visita começaria no dia 2 de Janeiro de 1975 e terminaria no dia seguinte com a partida de Mário Soares e a sua comitiva para Bucareste. Embora estivesse previsto aterrar em Moscovo da parte da manhã o avião que transportava a delegação portuguesa, um temporal acabou por atrasar a ligação que só veio a ocorrer durante a noite. (*ibidem*, 71-73).

Um comunicado conjunto enviado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, a 3 de Janeiro de 1975, expôs perante a imprensa os detalhes dessa visita. Mário Soares e Andrei Gromkyo aprofundaram nas suas conversas os problemas que ainda limitavam o desenvolvimento das relações luso-soviéticas nos vários domínios e destacou-se que um deles já se encontrava resolvido, nomeadamente o derrube do regime fascista português há menos de um ano. Os dois Ministros recordaram os Acordos já estabelecidos entre os dois países, como era o caso da navegação marítima, aérea e comércio e a vontade em acelerar a cooperação mútua ao nível cultural e científico. Ambas as partes se congratularam pelo processo de desanuviamento que estava a decorrer pela Europa e no resto do Mundo, afirmando que tudo fariam para dar um carácter duradouro às medidas que fossem tomadas no sentido de fortalecer esse caminho. Apoiaram igualmente os resultados promovidos na CSCE e a rapidez da sua segunda fase, a Conferência de Genebra, concordando num apelo a que esta terminasse o mais rapidamente possível, com o intuito de se chegar à terceira fase e à assinatura dos seus documentos finais⁵¹.

A União Soviética apoiou o caminho aplicado por Portugal na descolonização em África e ambos os países apresentaram a sua preocupação com a situação no Médio Oriente, chegando à conclusão de que a paz nessa região só seria concretizável com a retirada das tropas israelitas dos países que invadiram em 1967, com a promoção dos “legítimos direitos naturais do povo árabe da Palestina” e a garantia da independência de todas as nações daquela região⁵².

⁵¹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comunicação á Imprensa dos Serviços de Informação do Ministério, Processo 330/URS, 03/01/1975, págs.1-2

⁵² *Ibidem*, pág.2

Os dois chefes da diplomacia portuguesa e soviética demonstraram um apoio comum relativamente às negociações levadas a cabo entre a União Soviética e os Estados Unidos em relação à limitação do uso de armas estratégicas, à prevenção do escalar de uma guerra nuclear e à importância da assinatura do Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares, bem como a aprovação de uma resolução pela Assembleia Geral das Nações Unidas que renunciava ao emprego da força e proibia permanentemente o uso de armas nucleares. Concordaram também com a realização de uma convenção internacional que restringisse a influência em setores como o meio ambiente e o clima cuja intervenção mais negativa pudesse colocar em causa a segurança internacional e o bem-estar e a saúde dos povos. Demonstraram-se igualmente favoráveis à organização de uma Conferência Mundial para o Desarmamento que contasse com a participação de todas as potências nucleares⁵³.

Por fim, pronunciaram-se publicamente a favor da Carta das Nações Unidas e do seu papel em garantir a segurança e a paz entre todos os povos. Fizeram igualmente referência aos bons resultados que a visita de Mário Soares tinha provocado, demonstrando-se “a favor da realização regular de consultas luso-soviéticas, aos diversos níveis, tendo em conta que estas consultas deverão corresponder aos interesses de ambos os povos e do fortalecimento da paz e segurança na Europa e em todo o mundo”. Foi feito também um convite a Andrei Gromkyo para visitar Portugal, que o Ministro soviético aceitou e cuja data viria a ser fixada em ocasião posterior⁵⁴.

O facto do voo de Mário Soares e da sua comitiva ter chegado bastante atrasado à capital soviética provocou algumas alterações sérias no programa definido para a sua estadia. Por exemplo, as visitas planeadas para o primeiro dia, a determinados pontos de referência histórica e cultural, como era o caso da visita ao mausoléu de Lenine, ao Túmulo do Soldado Desconhecido e ao Museu de Belas Artes Puchkine, este último por Maria Barroso, esposa de Mário Soares, tiveram de ser canceladas, passando-se automaticamente, aquando da sua chegada a Moscovo, para a devida instalação nos

⁵³ *Ibidem*, pág.3

⁵⁴ *Ibidem*

apostos dos Montes de Lenine, destinados a visitantes de alta importância político-diplomática. De seguida, a delegação foi levada para o palácio contíguo a essa residência de modo que se efetuasse o banquete oficial em honra da comitiva portuguesa. Tais mudanças promoveram alguns comentários de teor especulativo, quer na imprensa quer nos meios diplomáticos, ganhando principal destaque a hipótese desse encontro luso-soviético ter corrido mal em variados aspetos. O facto da audiência no Kremlin entre Leonid Brejnev e Mário Soares, marcada para o primeiro dia, ter sido cancelada tornou-se o fator que intensificou ainda mais esses rumores (Neves: 1986, 78-79).

As fontes do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros comprovam esses boatos que corriam pelos corredores do jornalismo e da diplomacia da capital da União Soviética. Um relatório redigido a 15 de Janeiro de 1975, pela Embaixada de Portugal em Moscovo, expôs perante o Ministério dos Negócios Estrangeiros, artigos da imprensa sobre a visita de Mário Soares a essa cidade. Embora o Embaixador Mário Neves considerasse que a maior parte destas notícias reforçavam o “especial significado” que a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros teve, o certo é que algumas acabavam por destacar intensamente a ausência das três principais figuras de Estado soviéticas (Brejnev, Podgorny e Kossygin), tendo decorrido somente encontros oficiais entre Mário Soares e Andrei Gromkyo⁵⁵.

Os principais boatos que se ouviam nos corredores da diplomacia em Moscovo sobre essa ausência residiam na possibilidade de os líderes da União Soviética não quererem influenciar de algum modo a política portuguesa. Todavia, Mário Neves esclarece que tais declarações não possuíam sentido nenhum, uma vez que estavam programados encontros entre o Ministro português e estas figuras de Estado que só não foram possíveis de se realizar tendo em conta o atraso do avião que transportava Mário Soares. Teria sido esse atraso, aliado a motivos de agenda das personalidades políticas soviéticas acima referidas, que impossibilitou um encontro⁵⁶.

⁵⁵ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Relatório “Muito Secreto” da Embaixada de Portugal em Moscovo, PEA, Processo 2.213, Nº25, 15/01/1975, págs.1-2

⁵⁶ *Ibidem*, pág.3

O diplomata português tentava assim afastar os rumores de uma tensão entre as respetivas dignidades políticas da URSS e Mário Soares, afirmando que deram um grande apreço à visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Mário Neves explicava igualmente, no final desse relatório, como as conjunturas que levaram à ausência destas três figuras nas conversações dava curiosamente razão aos que defendiam a teoria da não ingerência soviética na política interna e externa de Portugal. O Embaixador terminava o relatório a realçar como esta visita teve um carácter de importância no quadro da política externa de Portugal e no desenvolver das relações luso-soviéticas⁵⁷.

A inexistência de um encontro entre Leonid Brejnev e Mário Soares também deu início a algumas teorias sobre o estado de saúde do líder soviético, como demonstra um relatório de 22 de Janeiro de 1975, da Embaixada de Portugal em Moscovo. De acordo com Mário Neves, esses analistas de entre os quais se encontravam alguns Embaixadores acreditados na capital soviética, já especulavam há algum tempo sobre a saúde de Brejnev, uma vez que este não aparecia em público há um mês. Os observadores acreditavam que o contexto do recém-estabelecimento das relações diplomáticas luso-soviéticas, a promoção do desanuviamento na realidade internacional e o facto de se tratar da primeira visita de Mário Soares ao país iriam levar o Secretário-Geral do PCUS a encontrar-se com o Ministro português. Tentando colocar de lado mais uma vez quaisquer possibilidades de tal visita não ter acontecido por causa da conjuntura partidária portuguesa, os ditos analisadores acreditavam que o encontro entre estas duas individualidades políticas só não chegou a acontecer por uma impossibilidade física do líder soviético. Porém, o Embaixador português desvalorizou essas declarações e depositou o atraso de Mário Soares a aterrar em Moscovo como o principal motivo da não ocorrência de uma reunião⁵⁸.

Não seria esta a única vez em que a imprensa provocaria a proliferação de alguns alvoroços nas relações luso-soviéticas. Um relatório de 5 de Fevereiro de 1975 da Embaixada de Portugal em Moscovo narra a ida de Mário Neves ao Ministério dos

⁵⁷ *Ibidem*, págs.3-5

⁵⁸ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Relatório da Embaixada de Portugal em Moscovo, PEA, Processo 2.213, Nº31, 22/01/1975, págs.1-5

Negócios Estrangeiros da URSS para prestar declarações perante Medvedovsky, Chefe-Adjunto do Primeiro Departamento da Europa e Lapanov, responsável no dito Departamento pelos assuntos de Portugal e que serviu como intérprete. Tendo esta reunião sido marcada inicialmente por Medvedovsky com o fim de obter junto de Neves informações sobre as instalações do edifício onde a Embaixada se encontrava a funcionar e a evolução da sua atividade desde a última vez que se encontraram aquando da visita de Mário Soares ao país, o Embaixador acabou por tocar mais uma vez naquilo que a imprensa sediada em Moscovo proclamava sobre a ida do Ministro português à capital soviética. O diplomata português abordara algumas notícias onde se descrevia uma certa frieza na receção a Mário Soares, dando como principal exemplo o facto de somente Andrei Gromkyo ter recebido o Ministro sem o acompanhamento de mais alguma alta figura de Estado⁵⁹.

Medvedovsky tentara explicar a Mário Neves, segundo o relatório, que foram as circunstâncias daquele momento em particular as principais responsáveis em alimentar dentro da imprensa a ideia de uma receção mais brusca, nomeadamente a agenda apertada dos líderes soviéticos naquela altura do ano e uma demora na comunicação de hábitos (possivelmente protocolos, não está bem esclarecido). O Embaixador português demonstrara compreensão com a conjectura em que esses acontecimentos decorreram e concordou com Medvedovsky quando este considerou que essas acusações de prejuízo propositado nas relações bilaterais eram “do mais lamentável sentido especulativo”⁶⁰.

Mário Neves também falou dos exercícios navais da NATO na costa portuguesa, motivo de preocupação para a União Soviética. O diplomata português esclareceu o funcionário soviético que a realização desses exercícios se baseava num acordo assinado entre o governo de Lisboa e a Aliança Atlântica há dois anos e que Portugal pretendia manter no contexto da sua nova política externa democrática as relações com todos os

⁵⁹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Relatório “Muito Secreto” da Embaixada de Portugal em Moscovo, PEA, Processo 2.213/4.27/9.3, Nº73, 05/02/1975, págs.1-2

⁶⁰ *Ibidem*, pág.3

países do Mundo e a aplicação dos seus compromissos multilaterais, entre os quais a participação na NATO, ao que Medvedovsky entendeu⁶¹.

O terceiro e último tópico a ser falado nesta reunião teve a sua origem numa notícia sensacionalista, de acordo com as palavras do Embaixador de Portugal (o jornal onde esta apareceu não se encontra identificado), sobre um pedido de ajuda por parte da União Soviética a Portugal para a cedência de portos portugueses com o fim de instalar neles frotas pesqueiras soviéticas. Neves esclareceu que tal assunto se tratava de uma mera desinformação. O diplomata confessou, no entanto, uma conversa com o Ministro das Pescas soviético sobre uma hipotética colaboração entre os dois países nesse setor, mas que não ficara nada acordado e que muito menos houvera um pedido oficial por parte desse Ministério. Medvedovsky clarificou Neves que já tinha visto no *Pravda* a notícia sobre o comunicado emitido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português a desmentir esse pedido, ao que o Embaixador revelou ter na sua posse uma cópia⁶².

Embora estas notícias que andassem a circular por Moscovo sobre uma tensão na visita de Mário Soares não passassem aparentemente de especulações, o certo é que não se podia dizer o mesmo da política interna da URSS. E esses mesmos problemas no poder político soviético poderiam acabar por afetar as relações com Portugal. De acordo com Mário Neves, num relatório produzido a 19 de Fevereiro de 1975, na Embaixada em Moscovo, existiam divergências no meio do Comité Central do PCUS sobre a política de desanuviamento levada a cabo por Leonid Brejnev e que só se agravam com a sua ausência do espaço público. Havia deste modo um receio por parte do diplomata português que a ideia antes formulada de uma não pretensão da União Soviética em intervir nos assuntos internos portugueses fosse substituída pelo seu exato oposto e se acabasse assim por tornar Portugal num foco de agravamento das relações entre as potências “envolvidas nesse laborioso processo de pacificação”⁶³.

⁶¹ *Ibidem*, pág.4

⁶² *Ibidem*, págs.4-6

⁶³ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Relatório “Confidencial” da Embaixada de Portugal em Moscovo, Nº106, 19/02/1975, págs.1-2

Todavia, Mário Neves acabava mais tarde por tranquilizar essas suas preocupações com a ocorrência de três acontecimentos: o aparecimento público de Brejnev, a 13 de Fevereiro de 1975, aquando da visita do Primeiro-Ministro britânico Harold Wilson; as declarações de um porta-voz do Governo soviético que categoricamente afirmavam um estado de doença para justificar a ausência do Secretário-Geral do PCUS; e o discurso feito pelo próprio Leonid Brejnev a reforçar a continuidade da política de *détente*⁶⁴.

O Embaixador português considerou que todas essas acusações de intervenção da URSS em assuntos internos de outros Estados não passavam de meras especulações, o que também conseguira confirmar através das conversas tidas com individualidades soviéticas que lhe garantiram não ser interesse do seu país se sobrepor à soberania portuguesa⁶⁵.

Por tudo isto, parecia que a União Soviética não tinha qualquer tipo de tensão para com Portugal. Uma prova disso foi o discurso proferido pelo Vice-Ministro do Comércio Externo da URSS, A.N. Manjoulo, aquando da ida a Moscovo de uma delegação da Associação Industrial Portuense. O Vice-Ministro iniciara a sua intervenção com a enumeração dos feitos da economia soviética, expondo os números que demonstravam o seu crescimento e hegemonia, explicando como as suas capacidades económico-comerciais e técnico-científicas serviriam de base para o desenvolvimento de todas as nações que pretendessem estabelecer relações económicas com a União Soviética. De seguida, Manjoulo descrevera a criação de contatos político-diplomáticos com Portugal em Junho de 1974 como o fator que deu início à evolução das relações luso-soviéticas nos mais variados domínios⁶⁶.

O Vice do Ministério do Comércio Externo da URSS apresentara de seguida os dados das relações comerciais com Portugal em 1974: a União Soviética tinha exportado

⁶⁴ *Ibidem*, pág.2

⁶⁵ *Ibidem*, pág.4

⁶⁶ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Documento sem data e catalogação, com o título “Discurso proferido pelo Vice-Ministro do Comércio Externo da URSS Sr. A. N. Manjoulo, na recepção que efectuou à delegação da Associação Industrial Portuense”, págs.1-2

para Portugal produtos como petróleo, peixe congelado, curtumes e algodão. Por sua vez, Portugal exportou para a nação soviética cortiça, amêndoas, resina e dormentes. O volume de negócios luso-soviéticos atingira cerca de 10 milhões de dólares em 1974 e para 1975 Portugal pretendia investir na importação de peixe congelado e petróleo soviético. Já a URSS tinha intenções de comprar em grande escala resinas e madeiras portuguesas. Dias antes deste discurso decidira-se, segundo o Vice-Ministro, a importação de vários produtos portugueses, nomeadamente cinco mil toneladas de tomate concentrado no valor de 4 milhões de dólares, bem como vinho e amêndoas através da Junta das Frutas. A.N. Manjoulo destacou ainda que as entidades soviéticas se encontravam à espera de uma resposta das empresas portuguesas para dar um começo à venda de carvão natural a Portugal e à posterior compra de calçado português pela URSS. De um modo geral, para o Vice-Ministro do Comércio Externo, as relações luso-soviéticas estavam a ser construídas com calma e tendo por base os princípios da política externa leninista e uma reciprocidade de benefícios, nomeadamente a promoção da paz e segurança, respeito pela soberania e não ingerência nos assuntos internos⁶⁷.

No entanto, tudo isto não pareceu ter sido suficiente para Mário Neves ter a garantia de que a União Soviética via de boa maneira as relações com Portugal. Tentou assim confirmar junto do 1º Departamento da Europa do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS a reação soviética aos acontecimentos políticos do 11 de Março de 1975. Os oficiais responsáveis garantiram-lhe o reforço “da maior simpatia, não só da parte das autoridades oficiais, como do próprio povo, de acordo com os princípios que têm sido anunciados (...) a coexistência pacífica; o respeito mútuo, numa cooperação em pé de igualdade; o desenvolvimento das relações económicas; a troca de impressões sobre os problemas da política internacional; e conversações sobre todos os assuntos de interesse comum” (Neves: 1986, 79-80).

⁶⁷ *Ibidem*, págs.2-3

Cooperação bilateral e multilateral e as eleições da Assembleia Constituinte de 1975

Findados os desassossegos em relação às impressões sobre a visita de Mário Soares a Moscovo, os dois países continuaram a reforçar os seus contatos quer no contexto bilateral quer na multilateralidade internacional.

Ao nível bilateral, podemos destacar uma visita feita à URSS por uma delegação liderada pelo Ministro do Trabalho, Major Costa Martins, em Abril de 1975. A ida dessa comitiva portuguesa já estava a ser preparada pelo Comité de Estado do Trabalho e Salários soviético um mês antes, tal como o demonstra um telegrama de 14 de Março de 1975, da Embaixada de Portugal em Moscovo. De acordo com o telegrama em questão, as preocupações do Comité residiam principalmente nas datas em que essa visita se viria a efetuar, bem como a sua composição e os aspetos que interessariam mais ao Ministro português em debater a nível profissional e pessoal. O Comité pensou que durante a duração dessa visita poderiam ser marcadas reuniões que dessem esclarecimentos aos convidados portugueses sobre os progressos feitos pela União Soviética nos setores dos salários e trabalho, contando com uma possível participação de peritos do Centro Científico Metodológico ou dos responsáveis por problemáticas como a organização do trabalho e a formação da gerência em indústria⁶⁸.

Também propuseram encontros respeitantes à legislação trabalhista na União Soviética e que deveriam possuir a presença de peritos do Instituto de Investigação Científica do Trabalho, onde se viria a discutir tópicos como a formação profissional dos trabalhadores, o recrutamento e redistribuição da mão de obra e a participação do país na Organização Internacional do Trabalho (OIT). Apresentaram igualmente a ideia de uma visita da comitiva portuguesa ao Conselho Central dos Sindicatos da URSS, a uma Empresa de dimensão média e a uma Escola de Treino Profissional, possivelmente localizada em Leninegrado. O Comité pretendia obter comentários do lado português

⁶⁸ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal em Moscovo, PEA-EEA-SP, Processo 330/URS, Nº58, 14/03/1975, pág.1

sobre este Plano e também uma impressão daquilo que estava previsto fazer no campo cultural, nomeadamente uma visita ao Teatro Bolchoi ou à Galeria Tretiakov⁶⁹.

A Embaixada também esperava que a delegação de Portugal fizesse as visitas habituais de homenagem ao Mausoléu de Lenine e ao Túmulo do Soldado Desconhecido e relembrava a necessidade de oferecer às autoridades soviéticas lembranças como agradecimento pela sua receção, cartões de convite com o nome do Ministro do Trabalho e a comum verba de representação para viagens ao estrangeiro⁷⁰.

Costa Martins pretendia com essa visita entrar em contato com as realidades laborais da União Soviética e obter o apoio dos seus principais responsáveis na concessão de produtos que suprimissem as carências da indústria portuguesa. A ida da sua comitiva decorreu poucos dias após os acontecimentos do 11 de Março e embora não fosse sugerido diretamente, parece que esse episódio provocou um aumento na proteção do Ministro do Trabalho português e da sua delegação durante a sua permanência em Moscovo. Os serviços de segurança soviéticos reforçaram de tal modo a vigilância para com Costa Martins que, para além de impedirem a sua circulação em certos bairros da cidade, fretaram um comboio especial para o seu transporte aquando de um convite que lhe fora feito para visitar Leninegrado. Na mesma carruagem que o político português, iam os elementos da sua equipa de segurança, colocando os restantes elementos da comitiva em carruagens separadas (Neves: 1986, 88-89).

As autoridades soviéticas facilitaram a Costa Martins o acesso a todos os serviços de organização laboral e a recolha de documentação que o Ministro considerasse como fundamental para as responsabilidades inerentes ao exercício das suas funções. O Ministro português chegou a encontrar-se com o Chefe de Governo Kossygin e expôs-lhe a necessidade de encomendar alguns produtos que servissem para satisfazer as necessidades da indústria nacional, tal como tecidos para a confeção de fardas. O Primeiro-Ministro soviético demonstrou-se favorável a tal pedido e solicitou a Costa Martins um envio, aquando do seu retorno a Lisboa, de uma lista dos produtos

⁶⁹ *Ibidem*

⁷⁰ *Ibidem*, pág.2

portugueses que o Ministro considerava em condições de serem enviados para a União Soviética (*ibidem*, 89).

Embora Costa Martins se tenha comprometido com isso, o referido envio nunca chegou a ocorrer. Apesar dessa falta do Ministro, a estima com que este ficara na União Soviética após a sua receção ficara bastante visível. De facto, quando saiu do Governo por ocasião dos episódios decorridos no 25 de Novembro de 1975, começaram a correr boatos na URSS de que se tinha refugiado aí. No entanto, acabaram por serem desmentidos quando se confirmou o seu exílio em Angola. (*ibidem*, 90).

O próprio Costa Martins demonstrou reconhecer a simpatia que havia dos soviéticos para com Portugal, tal como expõe um relatório da Embaixada portuguesa em Moscovo, de 21 de Abril de 1975⁷¹. Numa entrevista que lhe fora feita pela revista *Temps Nouveaux*, o Ministro do Trabalho português falou do seu percurso como oposicionista ao regime do Estado Novo, do seu papel na Revolução de Abril, dos problemas económicos e políticos que Portugal atravessava à época e, muito resumidamente, do primeiro aniversário das relações diplomáticas luso-soviéticas. O jornalista que o entrevistou realçara que apesar da sua ainda pequena existência, esses contatos já se tinham intensificado bastante, com a criação de acordos na área do comércio, comunicações aéreas e marítimas e intercâmbio de delegações entre os dois países⁷².

Questionado sobre a impressão do povo português no que dizia respeito a essas relações, o Major Costa Martins respondeu que de um modo geral era a favor, embora existissem indivíduos anticomunistas que não concordavam com o restabelecimento destas relações. Costa Martins afirmava que os contatos com a URSS eram de extrema importância para Portugal, tendo em conta a sua enorme experiência de “construção económica acumulada”. Havia, de acordo com o Major, um interesse “em particular, nas condições de vida e de trabalho dos soviéticos, nos problemas da formação profissional,

⁷¹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Relatório da Embaixada de Portugal em Moscovo, Processo 2.213, Nº313, 21/04/1975, págs.1 (Comunicação ao Ministério), 2-3 (Exemplar da entrevista)

⁷² *Ibidem*, pág.2

no sistema de pensões, na segurança social, na saúde pública, na assistência médica”. Costa Martins elogiava a atenção de Moscovo para com Portugal, lembrando a sua compreensão perante os seus acontecimentos políticos, as dificuldades atravessadas e a expressão de ampla cooperação com a nação portuguesa⁷³.

Existia igualmente um interesse por parte dos soviéticos em reforçar o intercâmbio económico com Portugal, como é elucidativo um relatório de 17 de Abril de 1975, da Embaixada em Moscovo, que descreve um encontro de Mário Neves com Medvedovsky e Lapanov. Vários assuntos foram discutidos nessa reunião, mas o Chefe Adjunto do 1º Departamento da Europa do Ministério dos Negócios Estrangeiros soviético reforçou a necessidade se colocar em prática o fortalecimento das relações económicas entre os dois países, com a realização de um balanço das iniciativas que já haviam sido tomadas nesse sentido. De acordo com Medvedovsky, embora já se tivessem firmado Acordos, realizado reuniões e lançado as bases para a criação de negócios, era preciso fazer um plano que estabelecesse qual a melhor forma de se cumprir com os objetivos propostos e que desse para aproveitar toda a ajuda concedida pela URSS. Mário Neves comprometeu-se a enviar a esse Ministério os dados que a Embaixada andava a recolher e a estruturar. No final do relatório, o Embaixador apelava ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português a rapidez na planificação das relações económicas e na indicação dos setores onde Portugal detinha mais carências⁷⁴.

Segundo o diplomata, a União Soviética encontrava-se a receber imensos pedidos de desenvolvimento de relações comerciais por parte de países em desenvolvimento e embora fosse desejo dos soviéticos ajudar todas essas nações, esse apoio teria de seguir uma lista ordenada, onde a avaliação da prioridade dada a cada Estado iria assentar num conjunto de fatores. Deste modo, é possível entender que a concessão do apoio da URSS só seria possível caso os soviéticos tivessem nas suas mãos

⁷³ *Ibidem*

⁷⁴ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Relatório “Confidencial” da Embaixada de Portugal em Moscovo, PEA, Processo 2.21, Nº282, 17/04/1975, págs.2-4

os dados das relações económicas com Portugal, daí o pedido de urgência para com o Palácio das Necessidades⁷⁵.

Como já fora referido anteriormente, os dois países eram favoráveis ao ritmo que os trabalhos na Conferência de Segurança e Cooperação Europeia estavam a se desenvolver na sua segunda fase, apelando a uma rapidez tanto na entrada para a terceira fase como numa posterior assinatura dos documentos finais.

Todavia, isso não significava que as duas nações estivessem sempre de acordo com o rumo dos trabalhos. Um apontamento de 29 de Abril de 1975 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, relata o seguimento (*follow up*) da Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia e o início da 3ª Fase. Os países participantes da Conferência debatiam entre si a possibilidade de terminado o respetivo *follow up*, passá-lo por uma fase de análise da execução das medidas aprovadas e pela apresentação de propostas que pudessem incrementar a segurança e cooperação europeia. Os soviéticos, inspirados numa proposta da Checoslováquia apresentada na 1ª Fase, em 1973, defendiam a criação de um Comité consultivo permanente composto por Estados que embora possuíssem um mandato vago teriam como função controlar a aplicação de alguns princípios (não especificados) da Conferência nas relações entre os seus países-membros. Esse Comité deveria possuir igualmente a responsabilidade de organizar Conferências Pan-Europeias, proceder á troca de informações sobre questões relacionadas com a segurança e cooperação na Europa e organizar reuniões de peritos⁷⁶.

Já os países neutros (ou Não-Alinhados) defendiam a criação de um Fórum Leste-Oeste de carácter permanente que seguisse os princípios do consenso entre todas as partes, permitindo-lhes assim fazer o seu próprio jogo. Segundo o autor deste apontamento, alguns destes países neutros apelavam a este tipo de propostas para combater as tentativas de pressão da União Soviética⁷⁷.

⁷⁵ *Ibidem*, pág.4

⁷⁶ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Apontamento de Sacadura Cabral, nº304, com o título “A questão do seguimento da Conferência sobre a Segurança e Cooperação Europeia”, 29/04/1975, produzido em Lisboa, págs.1-4

⁷⁷ *Ibidem*, págs.4-5

Por sua vez, os países ocidentais não eram muito favoráveis à institucionalização imediata do *follow up*. Baseando-se numa proposta dinamarquesa, apresentaram uma proposta de um período probatório por quatro anos, após o término da Conferência, onde a responsabilidade da execução das medidas aprovadas cabia somente aos países (de forma bilateral ou multilateral) e às organizações internacionais envolvidas. Só depois de terminado esse período é que se procederia à realização de reuniões das nações participantes onde deveriam discutir tanto os efeitos que a aplicação dessas medidas teve nas relações entre os Estados-membros, como a adoção de novas propostas que conseguissem dar uma continuidade ao que foi aprovado no final da CSCE⁷⁸.

Os portugueses não pareciam estar em grande concordância com a proposta soviética. Em Março de 1974, um mês antes da Revolução dos Cravos, o Representante da Delegação Portuguesa nos trabalhos da 2ª fase em Genebra rejeitou aquilo que considerava ser “as duas posições extremas”, as quais ao que tudo indica seriam as dos países do Bloco de Leste e a dos “Não-Alinhados”, uma vez que o redator deste Apontamento explicava que nesse período ainda não tinham surgido as propostas dinamarquesa e britânica. Podia-se pensar que esta tomada de posição de Portugal em relação à proposta soviética se justificava com as enormes divergências ideológicas dos dois regimes antes do 25 de Abril. No entanto, mesmo com a queda do Estado Novo, a delegação portuguesa continuou a estar mais inclinada para o apoio da posição intermédia, defendendo um período probatório como a Dinamarca apoiava, embora com algumas diferenças: os dinamarqueses apoiavam um limite mínimo de três anos para esse período probatório, ao que os portugueses preferiam somente um ano. A delegação portuguesa também estava em concordância com a proposta britânica de se fazerem reuniões entre *Seniors Officials* ou Embaixadores após o término desse período probatório⁷⁹.

⁷⁸ *Ibidem*, págs.5-6

⁷⁹ *Ibidem*, págs.8-10

As relações diplomáticas entre Portugal e a União Soviética acabavam também por envolver uma certa preocupação dos soviéticos pelo desenrolar da situação política portuguesa, especialmente durante as primeiras eleições para a Assembleia Constituinte em 1975. A exemplificar isso temos o caso de um artigo do jornal *Trud*, de 8 de Abril de 1975, sobre a preparação de Portugal para essas mesmas eleições. Depois de uma pequena contextualização da evolução política do país desde a Revolução de Abril, o jornal destacava a participação do Partido Comunista Português e do seu Programa Político que centrava os seus principais objetivos na construção de um Portugal democrático, na retirada do poder aos latifundiários e monopolistas, na crítica à herança colonial, na libertação do domínio imperialista e na realização das transformações necessárias dentro da sociedade portuguesa, tendo sempre em conta o interesse do povo e a independência nacional. Este órgão da imprensa soviética criticava a imprensa ocidental que via como “burguesa”, responsável por ataque ferozes às “modificações democráticas efetuadas em Portugal”, enquanto “atemoriza o povo português com a ‘ameaça comunista’”, declarando, no entanto, que nem esta era capaz de esconder o crescimento dos comunistas no país. Realçaram igualmente o Acordo feito entre o MFA e os Partidos Políticos para a criação de uma “Plataforma Política Comum”, cujo objetivo fulcral passaria pela organização do poder executivo em Portugal no período de transição que se seguia e que devia ser consagrado na nova Constituição portuguesa. O jornal soviético elogiava a criação desta Plataforma, pois via-a como “uma frente única das forças democráticas de Portugal”⁸⁰.

Os soviéticos criticavam comumente na sua imprensa aquilo que viam como a “tentativa dos meios reacionários do Ocidente”. Uma notícia do jornal *Pravda* com o título “Campanha antiportuguesa”, de 20 de Abril de 1975, e enviada como anexo de um relatório da Embaixada em Moscovo a 21 de Abril de 1975, relata um descontentamento daquilo que viam como sendo a tentativa ativa dos grupos ocidentais e da Aliança Atlântica em perturbar a campanha eleitoral, exercendo influência sobre os

⁸⁰ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, PEA – EA, Nº3, artigo do jornal *Trud* com o título “Portugal prepara-se para as eleições”, de 08/04/1975, págs.1-2

eleitores portugueses para depositarem o seu voto em certos partidos. O *Pravda* destacava os esforços dos partidos sociais-democratas de países do Mercado Comum em diminuir a força do Partido Comunista, através de ações como o envio de uma carta ao Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves a descrever os comunistas como aqueles que “constituem um perigo sério para a causa do socialismo” ou os apoios financeiros de países como a Suécia, Holanda e República Federal da Alemanha ao Partido Socialista que, nas palavras do jornal, era exatamente o partido que a “máquina propagandista capitalista” expunha como sendo o único “garante” do desenvolvimento português⁸¹.

Foram feitas igualmente críticas aos relatos da imprensa ocidental sobre os acontecimentos políticos portugueses, dando como exemplos o *New York Times* que descrevia a viragem à Esquerda como algo propício a afetar os interesses norte-americanos e da NATO ou o *L' Express* que via Portugal a caminhar “para uma nova sociedade totalitária”. Para o *Pravda*, esta “campanha antiportuguesa” promovida pelo Ocidente residia simplesmente no facto do povo português, os partidos democráticos e o MFA terem optado pelo caminho progressista em prol dos direitos dos trabalhadores, do desenvolvimento da democracia e da consolidação da independência nacional⁸².

O artigo terminava a reforçar o apoio dos soviéticos para com os portugueses e a linha política da democracia e do progresso em que se encontravam, apelando continuamente à ideia de não intervenção nos assuntos internos e externos de Portugal e nos desafios que o país estava a tentar ultrapassar, como era o caso da “inimizade não dissimulada de determinados círculos da NATO, a sabotagem económica por parte dos monopólios internacionais e a maliciosa campanha propagandística na imprensa ocidental”, assegurando no entanto que os portugueses se encontravam a seguir o caminho mais seguro⁸³.

⁸¹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Notícia do *Pravda* com o título “Campanha antiportuguesa” de 20/4/1975, pág.1, anexada ao Relatório “Confidencial” da Embaixada de Portugal em Moscovo, Processo 2.21, Nº318, 21/04/1975

⁸² *Ibidem*, págs.1-2

⁸³ *Ibidem*, págs.2-3

Já no respeitante à análise dos resultados oficiais, temos a existência de uma série de artigos da imprensa soviética enviados pela Embaixada de Portugal em Moscovo, a 7 de Maio de 1975⁸⁴. A agência TASS divulgou, segundo o comunicado da Embaixada, telegramas com comentários do *Izvestia*, do seu próprio correspondente em Lisboa, uma mensagem do PCUS ao povo português, declarações de Vasco Gonçalves, dos Ministros Mário Soares e Álvaro Cunhal e do Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho sobre o resultado das eleições e a sua influência no futuro político da nação. Dos documentos disponíveis, destaca-se a notícia da TASS, publicada a 26 de Abril de 1975, um dia a seguir às eleições. Os soviéticos apresentaram o Partido Socialista como o vencedor das mesmas, com 38% dos votos, seguindo-se o Partido Popular Democrático com 25%, o Partido Comunista Português com 13% e o Movimento Democrático Português (MDP) com 4%. A agência elogiava esses resultados como uma vitória das forças democráticas que conseguiram assim destruir por completo as pretensões dos reacionários quer em Portugal, quer no estrangeiro, destacando o facto de nenhuma força extremista à Esquerda ou à Direita ter conseguido obter um lugar na Assembleia.⁸⁵

O primeiro ano das relações luso-soviéticas e as suspeitas de interferências internas

O mês de Junho de 1975 ficou marcado pelo momento em que as relações diplomáticas Portugal – União Soviética celebraram um ano de existência. Um telegrama de 10 de Junho de 1975, da Embaixada de Portugal em Moscovo, relatava as comemorações por parte dos meios de comunicação soviéticos (imprensa, rádio e noticiários) relativamente a esse primeiro aniversário. Destacava a passagem na Rádio Moscovo para Portugal e outros países amigos do discurso proferido por Mário Neves nessa data. Mário Neves comunicava nesse telegrama a receção através do

⁸⁴ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comunicado da Embaixada de Portugal em Moscovo, Processo 8/2.1, Nº 360, 07/05/1975

⁸⁵ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, PEA – CS, Notícia da TASS com o título “Êxito das forças democráticas e progressistas”, 26/04/1975, produzida em Lisboa e anexada ao comunicado de 07/05/1975

Departamento da Europa do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS dos cumprimentos pelo primeiro ano dos contatos luso-soviéticos. O Embaixador visitou, por iniciativa própria, a sede do Ministério, onde foi recebido pelo Vice-Ministro, Simeon P. Kozirev, a quem agradeceu toda a compreensão que o seu país estava a ter pelos problemas internos de Portugal e pelo seu papel no reforço das relações bilaterais, afirmando que já se estavam a começar a criar nesse momento em concreto as bases para acordos comerciais, esperando que em breve se desse início às conversações para avanços nos domínios técnico, cultural e piscatório⁸⁶.

A comemoração desse aniversário também decorria no contexto de cooperação entre as cidades de Lisboa e Moscovo. Uma carta enviada, a 14 de Junho de 1975, por V. Promislov, Presidente do Comité Executivo do Soviete de Moscovo, ao então Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa Caldeira Rodrigues, convidava o autarca lisboeta a visitar Moscovo com uma comitiva composta por 5 pessoas, durante 7 dias, em Julho de 1975, com o fim de estreitar os laços entre as duas capitais e trocar experiências de trabalho para incrementar as relações luso-soviéticas⁸⁷.

A visita acabou por ficar planeada para decorrer entre os dias 21 e 28 de Julho de 1975, segundo um documento redigido pelo Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara lisboeta de 9 de Julho de 1975, com uma comitiva formada por peritos na área do Planeamento Urbano, Construção de Habitações, Construções e Conservação de Arruamentos e Infraestruturas e Saneamento do Espaço Urbano Público⁸⁸.

Destacam-se igualmente um conjunto de telegramas enviados pela Embaixada de Portugal em Moscovo, de 19 de Junho de 1975⁸⁹, onde são apresentados excertos de uma entrevista dada pelo Presidente da República, Francisco Costa Gomes, sobre o

⁸⁶ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, PEA, Processo 330/URS, 10/06/1975

⁸⁷ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Tradução não oficial da carta de V. Promislov, Presidente do Comité Executivo do Soviete de Moscovo ao então Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa Caldeira Rodrigues, 14/06/1975

⁸⁸ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ofício nº 589/P/75 do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, PEA, Processo 330/URS, 09/07/1975

⁸⁹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal em Moscovo, PEA, Processo 8, Nº 541, 19/06/1975

primeiro aniversário das relações luso-soviéticas ao correspondente da TASS em Lisboa, Edoard Kovaliev, o comentário desse correspondente e de Lev Kamenin, correspondente do *Izvestia*. O Presidente Costa Gomes expressou⁹⁰ que saudava os contatos entre os povos português e soviético e o fortalecimento das relações entre os dois países ao longo daquele ano. Edoard Kovaliev congratulava a consolidação das relações entre os dois países, destacando a intensificação do comércio mútuo, com a União Soviética a exportar para Portugal produtos petrolíferos e equipamento industrial e com Portugal a exportar para a URSS tomates, sapatos, artigos têxteis e amêndoas⁹¹.

O jornal também fazia referência ao tráfego aéreo entre Lisboa e Moscovo que decorria cerca de duas vezes por semana, a entrada de navios soviéticos nos portos portugueses, os contatos regulares entre delegações dos dois lados nas áreas da Cultura, Desporto, Ciência, Tecnologia e Trabalho, bem como as visitas de governantes portugueses à URSS, como era o caso de Álvaro Cunhal e Costa Martins⁹².

O correspondente do *Izvestia* acreditava que os portugueses consideravam o estabelecimento das relações luso-soviéticas uma conquista do 25 de Abril. Segundo Lev Kamenin, durante o período do Estado Novo, Oliveira Salazar fazia os possíveis para impedir quaisquer tipo de contatos com a União Soviética. Após a queda do regime, Portugal passava assim a ter uma política externa independente e progressista, tendo sido com essas “novas condições que nasceram as relações de amizade e cooperação que (...) se desenvolvem entre a União Soviética e Portugal”⁹³. Destacava ainda o repórter a vontade existente em reforçar a cooperação científica, técnica e cultural. Acabava igualmente por criticar a visão propagada destes contatos pela imprensa ocidental que na visão do autor, só servia para promover retrocessos em Portugal a

⁹⁰ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Serviço de Informação da TASS, 8/6 tass 20-1 = “interview du presidente du Portugal”

⁹¹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Serviço de Informação da TASS, 9/6 tass 2-36 = “base stabele de l’ amitie”

⁹² Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Serviço de Informação da TASS, 9/6 tass 2-36 = “base stabele 2 (deux)”

⁹³ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Serviço de Informação da TASS, 9/6 tass 6-22 = “annee de bonnes relations”

mando dos monopólios e da NATO⁹⁴. Por fim, elucidava-se que a União Soviética aplica o princípio de não ingerência nos assuntos internos portugueses, o que já teria sido entendido pelo seu povo. A URSS tentava assim, nas palavras do jornalista, demonstrar vontade em apoiar Portugal na resolução dos seus problemas de maneira desinteressada, afirmando que havia um desejo constante pelos soviéticos em dar todo o suporte necessário a alianças entre o MFA e os “patriotas portugueses” naquilo que era a “construção de um novo Portugal democrático”⁹⁵.

Apesar da União Soviética declarar publicamente o seguimento do princípio de não ingerência nos assuntos internos portugueses, o certo é que se verificou a ocorrência de alguns episódios nestas relações passíveis de insinuar o oposto. Um relatório elaborado a 17 de Junho de 1975 pela Embaixada de Portugal em Moscovo demonstrava uma grande preocupação por parte do Embaixador Mário Neves relativamente a um artigo publicado no dia 11 de Junho de 1975, no Seminário *Literaturnaya Gazetta*, sobre o Partido Socialista. O artigo em questão possuía um teor bastante crítico do PS, o que preocupava Mário Neves na medida em que tal atitude parecia ir contra a política de não ingerência. O Embaixador de Portugal na URSS procedeu a diligências para com as entidades soviéticas sobre o significado dessas declarações e se isso implicava uma mudança na orientação política dos soviéticos relativamente aos assuntos portugueses. Os círculos políticos e da comunicação social naquele país esclareciam que não existia a necessidade de preocupação, uma vez que o “tom do texto e o seu próprio conteúdo não podem ser considerados de inspiração oficial, nem sequer traduzindo qualquer disposição de entidades responsáveis em relação ao futuro”⁹⁶.

Mário Neves acabou por confrontar esses círculos de poder soviético com um artigo de seu nome “400 dias de liberdade em Portugal”, escrito pelo *Izvestia*, jornal que

⁹⁴ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Serviço de Informação da TASS, 9/6 tass 6-22 = “relations 2 /deux /”

⁹⁵ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Serviço de Informação da TASS, 9/6 tass 6-22 = “relations 3 /troix /”

⁹⁶ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Relatório “Muito Secreto” da Embaixada de Portugal em Moscovo, PEA, Processo 8/2.21, Nº533, 17/06/1975, págs.1/3-4

já se encontrava mais perto da cúpula do regime soviético, onde se fazia uma depreciação igualmente desagradável de Mário Soares, ao que as entidades desvalorizavam e explicavam que o conteúdo dos dois artigos era bastante diferente um do outro, embora alguns observadores discordassem de tal⁹⁷.

Quando o diplomata português insistiu para que lhe fosse dada uma resposta do porquê de se escrever um artigo com aquele tipo de conteúdo, uma vez que havia a necessidade de informar Lisboa, e tendo em conta que não era simplesmente possível declarar tratar-se de uma “atitude partidária” isolada, as entidades acabaram então por prestar ao Embaixador mais esclarecimentos. Segundo as autoridades soviéticas, havia um certo ressentimento nos círculos políticos e de informação no concertante a declarações feitas por Mário Soares numa entrevista ao jornal francês *Le Monde* sobre a União Soviética e aquilo que o Ministro dos Negócios Estrangeiros achava ser a posição desse país nas relações com Portugal. E foi essa mesma mágoa que levou à redação desses artigos. Todavia, as entidades explicaram que a intenção do poder oficial não era a de agravar o Secretário-Geral do Partido Socialista e que as declarações proferidas nos meios de comunicação soviéticas não pretendiam “ao nível dos responsáveis, contribuir de nenhuma forma para o agravamento de desinteligências entre as forças progressistas portuguesas, de que só poderia resultar consequências funestas para o processo de democratização em curso no país”. Mário Neves disse não possuir qualquer conhecimento sobre declarações desse género, explicando, no entanto, que não lhe cabia fazer esse tipo de defesa, uma vez que se tratava de algo que estava fora das suas funções e também por não conhecer em concreto o que fora dito pelo Ministro, embora reconhecesse alguma preocupação com a possibilidade desses depoimentos afetarem a orientação do governo soviético em relação ao nosso país. As entidades em questão responderam que não viam por que motivo tal pudesse vir a ocorrer e que tinham esperança num clima de paz e harmonia que garantisse a nível interno “o

⁹⁷ *Ibidem*, págs.4-5

desenvolvimento dos esforços do povo português no sentido da democratização”, apesar de uma maior simpatia que a União Soviética pudesse nutrir pelo PCP⁹⁸.

Quando a União Soviética se refere à maior simpatia que podia deter em relação ao PCP, parece que se está a referir somente ao campo ideológico. Contudo, a imprensa dá a entender que esse apreço ia mais além. Um relatório da Embaixada de Portugal em Haia, de 28 de Abril de 1975, apresentava uma notícia do jornal holandês *Telegraaf* sobre supostos envios de remessas monetárias do regime soviético para o PCP. A reportagem em questão indicava que nos últimos meses Moscovo teria enviado para a sede do partido cerca de 23 milhões de florins por mês, transferidos por intermédio de uma conta na Suíça para o banco português Pancada e Moraes. Em relação a apoios para com outras organizações portuguesas, existia igualmente um financiamento atribuído à Intersindical Portuguesa que já tinha ultrapassado os 70 mil florins, no caso da URSS (já tinham recebido igualmente 116 mil florins da Alemanha Oriental). Tendo em consideração que a República Democrática da Alemanha já tinha assegurado uma boa fatia do apoio financeiro à Intersindical, a União Soviética estava a planear em cessar esse apoio em detrimento dos sindicatos de países comunistas do Leste europeu⁹⁹.

Também a 19 de Abril de 1975, a Embaixada de Portugal em Haia enviava para o Ministério dos Negócios Estrangeiros um recorte da imprensa holandesa com a notícia da revista *Elseviers* sobre o pagamento a mais de 2500 funcionários do PCP com dinheiro soviético¹⁰⁰.

Embora o PCP não fosse coagido a estar permanentemente em comunhão com a linha política do PCUS, a verdade é que durante a liderança de Álvaro Cunhal acabava por fazê-lo praticamente sempre. Nos episódios considerados mais polémicos, como por exemplo, a invasão da Checoslováquia em 1968, ou do Afeganistão em 1979, os comunistas portugueses mantiveram-se sempre alinhados com o PCUS, justificando os

⁹⁸ *Ibidem*, págs.5-7

⁹⁹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Relatório da Embaixada de Portugal em Haia, PEA, Processo 3.10, Nº 179, 28/04/1975, pág.1

¹⁰⁰ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Recorte de Imprensa da Embaixada de Portugal em Haia, *Elseviers Magazine*, 19/04/1975

seus atos com base nos princípios do “internacionalismo proletário” e da “solidariedade” (Milhazes: 2013, 14).

De acordo com José Milhazes, o mesmo não parecia ocorrer no sentido inverso. O partido comunista soviético não demonstrava publicamente apoio às propostas mais radicais dos comunistas portugueses, ao contrário do que acontecia na Internacional Socialista onde se declarava publicamente apoio a Mário Soares. Anatoli Tcherniaev, Vice-Chefe da Seção Internacional do Comité Central do PCUS, explicava que a concessão pública desse apoio ao PCP não era possível, visto que caso se tentasse fazer uma conferência de partidos comunistas europeus sobre o caso português, tal como acontecera no caso dos partidos socialistas, os movimentos comunistas europeus tentariam fugir dessa responsabilidade em todo o sentido. A União Soviética também não parecia ser favorável a um cenário de revolução comunista em Portugal, uma vez que as condições internas e externas portuguesas eram bastante diferentes daquelas presentes no cenário russo em 1917. O “campo burguês” de Portugal não se encontrava dividido como o da Rússia no ano da Revolução de Outubro, e, por isso mesmo, dirigentes políticos como Mário Soares, Francisco Sá Carneiro e Diogo Freitas do Amaral desviavam com antecedência quaisquer intenções do partido dirigido por Álvaro Cunhal para tomar o poder. Isso não impedia, no entanto, os soviéticos de aconselhar os comunistas portugueses sobre as melhores maneiras de fazer avançar a Revolução, tal como acontecera num encontro entre Boris Ponomarev, responsável pela Seção Internacional do Comité Central do PCUS, e Álvaro Cunhal. Nessa reunião, Ponomarev explicou a Cunhal os melhores métodos para “salvar e fazer a revolução avançar: saber o que se passa nas forças armadas, ter a sua espionagem (junto do CC do partido), como organizar a segurança dos dirigentes (...), bem como seguir a CIA” (Milhazes: 2013, 56-57).

Toda a conjuntura parecia indicar que de facto, apesar da fidelidade que o PCP pudesse ter perante o PCUS, o partido português detinha autonomia em relação ao soviético. O anúncio de uma possível aliança entre o Partido Popular Democrático (PPD) e o PCP para o pós-eleições de Abril de 1975 (Mesquita: 2014, 77) mostra essa independência dos comunistas portugueses em relação ao PCUS, uma vez que podiam

fazer alianças com partidos à direita do PS (*ibidem*, 85) embora tal se possa explicar pelo facto dos soviéticos considerarem mais depressa os socialistas portugueses como inimigos políticos dos portugueses do que o PPD (Milhazes: 2013, 58).

Existia no contexto da *détente* promovida com os Estados Unidos, um interesse da União Soviética em colocar Portugal na esfera do Bloco Ocidental (Luís: 2017, 24), evitando quaisquer tipo de pretensões insurreccionistas dos comunistas portugueses, como ficara convencido Mário Soares aquando dos episódios decorridos a 25 de Novembro de 1975. O então Secretário-Geral do PS acreditava que a pressão dos governos europeus ou dos sociais-democratas sobre Leonid Brejnev fez com que este não apoiasse qualquer tentativa de tomada do poder pelo PCP, embora isso fosse mais uma convicção pessoal do político socialista do que um facto adquirido. No entanto, Soares confirmara que os sociais-democratas tinham falado com o líder soviético e que tanto Leonid Brejnev como Andrei Gromkyo viam os episódios de Novembro de 1975 como algo capaz de pôr em causa o desanuviamento. O líder socialista só não tinha a confirmação de que a alta cúpula do poder soviético tivesse dado ordens a Álvaro Cunhal para se manter parado, embora acreditasse fortemente nisso (Vieira: 2013, 387).

É possível assim entender que apesar dos apoios financeiros dados ao PCP e de alguns artigos de opinião na imprensa soviética que pudessem criar suspeitas da possível ingerência nos assuntos internos portugueses, a União Soviética não tinha interesse nenhum em intervir nos mesmos, promovendo antes uma autonomia nas ações dos comunistas em Portugal, tentando assim não interferir com a fragilidade do cenário político português.

A visita de Costa Gomes à União Soviética e a questão angolana

Os dias 1 e 4 Outubro de 1975 ficaram marcados para a história das relações luso-soviéticas com a visita de Francisco Costa Gomes, Presidente da República Portuguesa, à União Soviética tratando-se assim da primeira visita de um Chefe de Estado português àquele país. A ida de Costa Gomes à URSS já tinha sido combinada entre a Presidência da República e a Embaixada Soviética em Lisboa, durante Junho de

1975, o que por sua vez foi feito sem o conhecimento quer do Ministério dos Negócios Estrangeiros, quer da Embaixada portuguesa em Moscovo. Esta visita presidencial, sendo realizada numa altura em que Portugal vivia um contexto político bastante conturbado, era concebida como uma atitude que servia “para pôr em relevo a posição de Portugal no xadrez político europeu e aos dirigentes soviéticos esse facto não passava despercebido (..), evitando contribuir por todos os meios para criar especulações perigosas” (Neves: 1986, 91-92).

Um relatório de carácter “urgentíssimo” enviado pela Embaixada de Portugal em Moscovo ao MNE, a 19 de Setembro de 1975, apresentava uma descrição detalhada dos pormenores a resolver para uma organização correta da visita. De acordo com o Embaixador Mário Neves, o Ministério dos Negócios Estrangeiros soviético esclareceu que deveriam ser assinados pelo menos quatro documentos durante a estadia de Francisco Costa Gomes, nomeadamente uma Declaração Comum, um Comunicado Final, um Acordo Cultural e um Acordo de Cooperação Científica e Técnica. Havia também a hipótese de se discutir um Acordo Consular, embora os soviéticos compreendessem que tal pudesse não vir a ocorrer, uma vez que Portugal não tinha pretensão de assinar acordos consulares com outros países. Antes da discussão dos pormenores que envolviam os Acordos acima referidos, houve por parte de Dubine, Chefe do 1º Departamento da Europa do Ministério Soviético, a vontade em discutir a tradução do projeto que estruturava esses Acordos para o português, esclarecendo perante Mário Neves, que o diplomata podia fazer todas as alterações que considerasse necessárias para lhe dar um melhor sentido linguístico e promovendo ao mesmo tempo um reforço dos ideais de respeito mútuo e de não ingerência nos assuntos de outros países¹⁰¹.

No respeitante à Declaração Comum, Mário Neves enviou o documento ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português para que fossem feitas adições e correções. Em relação ao Comunicado Final, o diplomata português acreditava existir

¹⁰¹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Relatório “Urgentíssimo” da Embaixada de Portugal em Moscovo, Processo 2.213, Nº766, 19/09/1975, págs.1-3

igualmente a necessidade de se fazerem algumas alterações, uma vez que os soviéticos pretendiam baseá-lo no Comunicado Luso-Soviético, assinado a 3 de Janeiro de 1975, aquando da visita de Mário Soares á capital. Mário Neves via como obsoleta a inclusão das cláusulas referentes ao processo de descolonização em África, uma vez que tal situação, em Setembro de 1975, já se encontrava num ponto de forte evolução. Porém, Neves remetia na mesma o texto para Lisboa e pedia o envio com todas as adições que o Palácio das Necessidades e o próprio Costa Gomes quisessem ver inscritas. O Acordo Cultural aparentava estar numa fase de avanço da sua elaboração. As maiores complicações surgiram com a elaboração do Acordo de Cooperação Científica e Técnica. Havendo uma insistência por parte dos soviéticos na vinda de Lisboa de alguém especializado nas áreas a que dizia respeito o Acordo, Mário Neves tentou desviar-se do assunto o máximo que lhe foi possível, uma vez que à data não possuía ainda informações da Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros português sobre essa suposta viagem. O Departamento do Ministério soviético compreendeu a posição de Neves e informou-o que as negociações já se encontravam a decorrer da melhor forma com o Comité da Ciência e da Técnica¹⁰².

O Embaixador explicou que recebera mais tarde o contato de Mendes Correia, representante especial enviado pelo Presidente da República para as conversações com esse Comité. Mário Neves disse estranhar o não ter sido notificado dessa chegada do enviado português a Moscovo, uma vez que se tratava de um Acordo feito com o objetivo de ser assinado aquando da visita de Costa Gomes à União Soviética, demonstrando aqui uma falta de comunicação entre a Secretaria de Estado do Ministério português, o Embaixador e Mendes Correia. O enviado do Presidente da República Portuguesa entregou a Mário Neves um projeto do texto que deveria ser discutido na reunião com o Comité da Ciência e da Técnica e pediu ao Embaixador a sua presença na mesma, ao que este afirmou que em princípio não iria acontecer, tendo em conta o modo como a Secretaria de Estado tratou daquele caso, pondo assim em causa,

¹⁰²*Ibidem*, págs.3-4

segundo o diplomata, uma tradição de relações entre a Embaixada e esse Comité que permitia o aceso direto a informações essenciais¹⁰³.

O relatório termina com Mário Neves a reforçar perante Mendes Correia a necessidade de este permanecer em Moscovo aquando da chegada de Costa Gomes, com o intuito de colocá-lo a par da evolução das negociações desse Acordo, ao que o enviado não deu a certeza de tal poder vir a se tornar numa realidade. O Embaixador indicou igualmente ao Ministério, em Lisboa, que os discursos feitos pelo Presidente português e pelo Presidente do Presidium do Soviete Supremo, Nikolai Podgorny, só deviam ocorrer nos banquetes oferecidos pelas autoridades da União Soviética. As referidas autoridades haviam prometido a Mário Neves que lhe iriam conceder até à semana seguinte as linhas gerais do discurso de Podgorny¹⁰⁴.

A visita de Costa Gomes acabou por decorrer entre os dias 1 e 4 de Outubro de 1975, cumprindo-se com o programa tal como previsto (Neves: 1986, 94).

Um comunicado luso-soviético descreveu detalhadamente essa visita. O Presidente da República Portuguesa fora recebido por Leonid Brejnev, que durante a sua estadia, incorreu em conversas frutuosas com o seu homólogo português. Os dois Chefes de Estado encontraram-se sempre acompanhados por Andrei Gromkyo e Nikolay Podgorny. Também se realizaram algumas conversações entre as comitivas portuguesas e soviéticas, compostas em ambos os lados por políticos e altos funcionários públicos de cada país. Costa Gomes e a sua comitiva visitaram Moscovo e Leninegrado, tendo o Presidente português aproveitado para colocar uma coroa de flores no Monumento ao Soldado Desconhecido. Durante essa visita, a comitiva portuguesa teve a oportunidade de observar a evolução do país nas áreas da economia, ciência e cultura, contando com uma receção amistosa, demonstrante da simpatia e amizade que a URSS tinha para com o povo português. Ambas as partes concordaram que a queda do regime fascista a 25 de Abril de 1974 “e o avanço do país no caminho da democracia e do progresso abriram amplas possibilidades para a colaboração, nos mais diversos domínios, entre a República

¹⁰³ *Ibidem*, págs.4-6

¹⁰⁴ *Ibidem*, pág.6

Portuguesa e a União Soviética”, permitindo assim a criação das bases para a consolidação das relações luso-soviéticas nos setores técnico-científico, político e económico-comercial, principalmente neste último a partir da aprovação de Acordos nas áreas do comércio, navegação marítima e aérea¹⁰⁵.

Deu-se uma grande importância à Comissão Mista criada no âmbito do Acordo Comercial de 1974, comprometendo-se as partes a conceder-lhe toda a assistência devida. Assinara-se durante esta visita uma Declaração Luso-Soviética onde se expressava a convicção de que o seu cumprimento correspondia a um desenvolvimento das relações bilaterais entre os dois Estados. Os dois líderes ratificaram igualmente no contexto bilateral um Convénio de cooperação cultural e científica, bem como um Acordo de cooperação económica, científica e técnica a longo prazo¹⁰⁶.

Afirmaram de maneira satisfatória o facto de a visita da comitiva portuguesa ter decorrido num contexto de paz internacional, provocado pelo sucesso da CSCE e das resoluções decididas na Conferência de Helsínquia. Asseveraram a necessidade de se progredir com o desanuviamento militar, apoiando mutuamente a redução da presença das Forças Armadas e do armamento na Europa Central, evitando claramente que se chegasse ao ponto de colocar a segurança desses Estados em risco. Apoiaram do mesmo modo a realização de uma Conferência Mundial para o Desarmamento, em que todos os Estados do Mundo pudessem dar o seu contributo num princípio de igualdade soberana de direitos, bem como a conclusão de uma Convenção Internacional relativamente à proibição do uso de recursos militares ou quaisquer outros com prejuízo para o meio ambiente¹⁰⁷.

A parte portuguesa expressou perante a soviética os esforços que o Governo andava a realizar no âmbito da descolonização em África, o que foi reconhecido e congratulado por Moscovo. Os dois países também demonstraram preocupação com o futuro do Médio Oriente, apoiando uma solução política que tivesse em conta as

¹⁰⁵ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Comunicado Luso-Soviético sobre a visita oficial à URSS do Presidente da República Portuguesa General Costa Gomes”, págs.1-2

¹⁰⁶ *Ibidem*, pág.3

¹⁰⁷ *Ibidem*, págs.3-4

resoluções aprovadas no Conselho de Segurança e na Assembleia Geral das Nações Unidas. O comunicado terminava com Portugal e a União Soviética a concordarem que as relações luso-soviéticas deveriam ser aprofundadas continuamente, desenvolvendo os contatos e trocas de opiniões que beneficiassem as duas nações a cumprir com os seus objetivos no contexto do processo de desanuviamento internacional, concertando entre si que a visita do Presidente Costa Gomes permitiu fortalecer esse mesmo processo e as relações bilaterais entre os dois Estados¹⁰⁸.

Como fora acima referido, assinou-se durante esta visita um Convénio de cooperação científica e cultural. Convénio esse que teria o objetivo de reforçar dentro das relações luso-soviéticas o respeito mútuo pela soberania, pela independência, igualdade de direitos e a não ingerência nos assuntos internos. Acordou-se que para promover o desenvolvimento dos contatos destas nações nas áreas da ciência e da cultura, os dois países deveriam promover um intercâmbio de cientistas e incentivar a realização de conferências comuns sobre os temas investigados e também a uma troca de publicações científicas¹⁰⁹.

Com o fim de se promover o desenvolvimento recíproco dos conhecimentos de literatura, artes plásticas, teatro e música os dois países aprovaram: o intercâmbio entre especialistas nessas áreas, tais como jornalistas, escritores, arquitetos, pintores, escultores, compositores, entre muitos outros; a organização de exposições nas áreas da ciência, arte e impressão de livros; a realização de tournées de conjuntos artísticos ou executantes individuais; a tradução por um dos países de obras literárias ou científicas provenientes do outro; o desenvolvimento de contatos entre as organizações sociais dos dois Estados que conseguissem promover esse intercâmbio cultural, mas também entre editoras, bibliotecas, museus e outras instituições, bem como a criação de condições favoráveis para o estudo mútuo dos dois idiomas¹¹⁰.

¹⁰⁸ *Ibidem*, págs.5-6

¹⁰⁹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Convénio de Cooperação Cultural e Científica entre a República Portuguesa e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas”, assinado em Outubro de 1975 por Francisco Costa Gomes, Presidente da República Portuguesa e Nikolai Viktorovich Podgorny, Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, pág.2

¹¹⁰ *Ibidem*, pág.3

Acordou-se igualmente na promoção de trocas entre as partes nas áreas da cinematografia, televisão e radiodifusão através do envio comum de filmes artísticos ou documentais, gravações de som, programas de televisão ou a partir da realização de festivais, cabendo às estações de rádio e televisão desses países o intercâmbio desse tipo de conteúdo. Também se promoveu uma certa troca de laços desportivos, através de duas medidas: o envio de delegações desportivas, atletas individuais, treinadores ou especialistas na área da educação física; e a realização de encontros amistosos¹¹¹.

O Convénio seria possível de se executar a partir do Programa de Intercâmbios, que teria a duração de dois anos e estaria fixo em Moscovo e Lisboa. Não havia, no entanto, o impedir da criação e execução de outros Acordos nestas áreas que mesmo não estando prescritos no dito Convénio, acabassem por ir ao encontro dos objetivos principais. O Convénio entraria em vigor desde a sua assinatura e teria uma duração ilimitada, exceto em caso de renúncia por uma das partes. Nessa situação, estaria em vigor por mais seis meses a partir do momento em que houvesse uma rescisão¹¹².

Foi também assinado, a 3 de Outubro de 1975, o Acordo de Cooperação Económica, Técnica e Científica que estabelecia o desejo mútuo de desenvolvimento dos dois países nesses domínios a longo prazo. Pretendia-se conciliar as suas cláusulas com os princípios da Ata Final, aprovada na Conferência de Helsínquia, e tirar proveito das suas potencialidades económicas a partir dos progressos técnicos que tinham sido feitos até então. Neste Acordo, as partes comprometeram-se a apoiar a conclusão de todos os projetos, contratos e acordos estabelecidos nessas áreas entre as entidades e organismos portugueses e soviéticos responsáveis. Para que tal se tornasse possível, concordou-se em promover um intercâmbio de especialistas e a formação dos quadros, troca de documentação e informação especializada, a criação de contatos entre entidades e organismos responsáveis no estudo destes domínios, a promoção de seminários sobre problemas comuns, o apoio a projetos de investigação e ao

¹¹¹ *Ibidem*, pág.4

¹¹² *Ibidem*, págs.6-7

desenvolvimento e troca de patentes e licenças, entre outras medidas nesse âmbito que pudessem ser pensadas posteriormente á aprovação do Acordo¹¹³.

As partes decidiriam entre si quais os campos onde poderiam investir nesse tipo de cooperação, dando-se alguma atenção à agricultura, indústria extratora e transformadora com especial foco na têxtil, construção e reparação naval, construção civil, de equipamentos mecânicos e eletrônicos e dos transportes. Consagrou-se também a concessão de condições que facilitassem a participação dos organismos e empresas de um dos países em feiras internacionais que o outro pudesse realizar e a possibilidade, no caso português, de serem pessoas físicas e jurídicas a celebrar os contratos no âmbito desta cooperação. Do lado soviético, deu-se apenas essa hipótese às pessoas jurídicas. Também se incluiu um artigo no qual era atribuída a capacidade de as empresas portuguesas e soviéticas acordarem em conjunto uma cooperação com empresas de outros países¹¹⁴.

O pagamento das operações comerciais efetuadas neste contexto era realizado em divisas convertíveis e conforme a regulamentação em vigor de cada país. As partes comprometiam-se igualmente a fornecer as melhores condições para a atribuição de créditos e financiamentos às empresas envolvidas, seguindo as leis respeitantes das duas nações¹¹⁵.

Para garantir o bom funcionamento desse Acordo, concordou-se com a criação de uma Comissão Mista, composta por membros designados pelas partes de forma autónoma e que se devia reunir alternadamente entre Lisboa e Moscovo pelo menos uma vez por ano. Nessas reuniões, a Comissão Mista devia discutir os progressos feitos, bem como apresentar e ratificar propostas que levassem ao seu fortalecimento. Todos os assuntos que no âmbito desta coadjuvação surgissem nas reuniões da Comissão, mas não estivessem incluídos inicialmente no seu programa, seriam discutidos à parte pelas

¹¹³ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica a longo prazo entre a República Portuguesa e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas”, assinado a 03/10/1975 por Francisco Costa Gomes, Presidente da República Portuguesa e Nikolai Viktorovich Podgorny, Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, págs.1-2

¹¹⁴ *Ibidem*, págs.2-3

¹¹⁵ *Ibidem*, pág.4

entidades e organismos soviéticos e portugueses competentes nas respetivas matérias¹¹⁶.

O Acordo entrava em vigor a partir da data da sua assinatura e teria uma duração de cinco anos, podendo ser renovado por mais um ano, caso nenhuma das partes o decidisse revogar até cerca de três meses antes do fim do prazo inicialmente estabelecido. Caso o Acordo expirasse, todas as disposições aprovadas nos contratos e projetos estabelecidos no seu âmbito manter-se-iam válidas¹¹⁷.

A visita foi noticiada quer na imprensa soviética como na ocidental. Do lado ocidental, a exposição tendia a ser mais negativa, como demonstra um telegrama da Embaixada de Portugal em Washington, de 4 de Outubro de 1975, que descreve a existência de um artigo do jornal *Washington Post* sobre a visita de Costa Gomes e a sua comitiva a Moscovo, apresentando um cenário mais negativo em comparação ao que fora descrito no comunicado conjunto oficial. De acordo com este noticiário, o encontro luso-soviético terminou com frieza, não existindo por ambas as partes um interesse na sua realização, não atribuindo importância nenhuma aos acordos assinados, sendo que os delegados portugueses nem sequer tinham recebido uma cópia dos mesmos¹¹⁸.

Por sua vez, a imprensa soviética pintava um cenário mais agradável, tal como é percebível através de uma notícia conjunta do *Pravda* e do *Izvestia*, de 1 de Outubro de 1975. Os dois jornais recordaram os acontecimentos que marcaram a cooperação económica luso-soviética durante 1975, como foi o caso da visita a Lisboa, em Agosto de 1975, de uma delegação da URSS composta por representantes de associações do Ministério do Comércio Externo do país, pelo próprio Ministro do Comércio Externo e pelo Ministro da Indústria Leve. A mencionada delegação acabou por ter conversações com agências públicas e empresas privadas portuguesas, com a intenção de pensar no alargamento das relações económico-comerciais bilaterais. Em Junho de 1975, contou-se igualmente com a participação de dezanove associações soviéticas de comércio

¹¹⁶ *Ibidem*

¹¹⁷ *Ibidem*, pág.5

¹¹⁸ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal em Washington, PEA, Processo 330/URS, Nº 833, 04/10/1975, pág.1

internacional numa feira internacional organizada na capital portuguesa, o que era visto como uma forma de potenciar os contatos comerciais luso-soviéticos¹¹⁹.

Apesar de as relações entre os dois países se encontrarem numa situação de estabilidade e até mesmo de crescimento, com a assinatura de novos acordos culturais, científicos e económicos, existia ainda um certo receio em relação à intervenção soviética em Angola, especialmente durante o período em que a descolonização estava quase a ser concluída. Mário Neves não acreditava que os apoios da União Soviética aos movimentos de guerrilheiros tivessem cessado após a queda do Estado Novo. E uma vez que o ambiente entre os colonos em Angola estava a ficar cada vez mais grave, o Embaixador tentou pedir junto do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros soviético Kozirev, apoio à evacuação imediata dos portugueses que estavam em Angola para Portugal, tal como Mário Ruivo, Ministro dos Negócios Estrangeiros à época, solicitara junto das Nações Unidas. Kozirev disse compreender a posição portuguesa e prometeu dar conhecimento da situação ao seu governo, afirmando que a política externa da URSS continuava a centrar-se na não ingerência em assuntos internos de outros países. O governo soviético acabou por ajudar no retorno dos portugueses residentes em Angola a Portugal, ao ceder por quarenta e cinco dias dois aviões *Iliashine 62* que serviram para fazer uma ponte aérea entre Lisboa e Luanda, e um conjunto de barcos que efetuava cerca de dois a três trajetos entre as duas cidades. Destacara-se igualmente o fornecimento de cem toneladas de farinha, cem mil latas de leite, cento e cinquenta mil latas de conserva de peixe e um subsídio em nome dos sindicatos no valor de vinte e cinco mil rublos (Neves: 1986, 135-137).

Neste assunto, destaca-se um relatório da Embaixada de Portugal em Moscovo, datado de 13 de Novembro de 1975, que exprime o diálogo nos círculos políticos e diplomáticos da capital soviética sobre os acontecimentos que viriam a preceder a independência de Angola, decorrida dois dias antes a 11 de Novembro de 1975. A Embaixada portuguesa encontrava-se a recolher informação sobre os interesses

¹¹⁹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Notícia conjunta do *Pravda* e do *Izvestia* com o título “The visit of General F. Da Costa Gomes, President of the Portuguese Republic, to the Soviet Union”, 01/10/1975, págs.1-2

soviéticos em Angola através da imprensa local e da troca de impressões com colegas da diplomacia, especialmente representantes de nações africanas¹²⁰.

Mário Neves disse que tendo em conta a falta de informação por parte da Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e por acreditar que grande parte da circulação dessa informação relativa às intenções soviéticas em Angola estava a decorrer por uma via não oficial, decidiu não proceder a qualquer tipo de aproximação nos meios oficiais para não afetar qualquer ação levada a cabo por Lisboa. O Embaixador esclarecera também no relatório de 13 de Novembro de 1975 que teve uma conversa, no Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS, com V. Andréevitch Likhatchev, Chefe do 2º Departamento de África, e Lepanov, responsável pelos assuntos portugueses no 1º Departamento da Europa. Neves esclareceu a Likhatchev e a Lepanov que Portugal já não possuía nenhuma colónia em África, no âmbito da política de descolonização executada por Lisboa. Likhatchev congratulou a nova posição portuguesa e reconheceu as complexidades do caso angolano¹²¹.

Todavia, o Chefe do 2º Departamento de África, afirmava que apesar do regime de Moscovo ser favorável a uma solução que fosse ideal para todos, a União Soviética acreditava que tal resolução estava longe de ser encontrada, e, como tal, decidiram apoiar o Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA) como líder dos destinos de Angola. Em seguida, perguntou a Mário Neves qual a opção escolhida por Portugal. O diplomata respondeu que o seu país defendia o reconhecimento do “povo angolano, considerando que daqui para o futuro lhe compete a ele a escolha quanto ao seu próprio destino”¹²².

Andréevitch Likhatchev abordou a intensificação dos contatos entre o seu Ministério e a Embaixada soviética em Lisboa nos últimos tempos, aludindo igualmente à elucidação da posição do seu país sobre o reconhecimento do MPLA como o legítimo representante do povo de Angola. O Chefe do 2º Departamento de África no MNE da

¹²⁰ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Relatório “Confidencial” da Embaixada de Portugal em Moscovo, PEA, Processo 3.4/4.268, Nº892, 13/11/1975, pág.1

¹²¹ *Ibidem*, págs.2-3

¹²² *Ibidem*, pág.3

União Soviética continuava a insistir na crença de que somente o MPLA possuía as condições necessárias para governar a nova nação africana, tendo em conta a sua luta pela independência e solicitara a Mário Neves que Portugal fizesse o mesmo. O Embaixador português explicou ao seu congénere soviético que, embora reconhecesse pessoalmente a influência que o MPLA teve nesse processo, não se podia “ignorar a existência dos outros grupos que haviam lutado durante anos no território e que se chegaram a juntar, num compromisso formal assinado com o governo português” (os Acordos de Alvor¹²³).

Likhatchev acabou por insistir uma segunda e última vez no reconhecimento português do MPLA como o único representante legítimo do povo angolano e fez uma final referência à região de Cabinda, região vista pela URSS como parte integrante do território de Angola e das perturbações possíveis de ocorrer nessa área por parte do Zaire, podendo afetar o equilíbrio na região¹²⁴.

As conversações entre o Embaixador português e os políticos soviéticos demonstram como a política externa da URSS se centrava em África. De facto, após as Conferências de Ialta e Potsdam, os dois blocos antagónicos da Guerra Fria (Occidental representado pelos EUA e Leste representado pela União Soviética), disputaram entre si o exercer de influências nas regiões do globo onde ainda nenhum dos dois tinha chegado, como era o caso da América Latina, África e Ásia. No entanto, concordaram entre si que certos países já estavam sob a alçada definitiva de um dos blocos. Era esse o caso de Portugal, com a URSS a aceitar que este pertencia ao domínio do bloco Occidental, respeitando esse mesmo *status quo* (Varela: 2011, 80-81). Deste modo, não era do interesse soviético interferir em Portugal e, conseqüentemente, perturbar uma estabilidade predominante na Europa Occidental.

¹²³ *Ibidem*, págs.3-4

¹²⁴ *Ibidem*, pág.5

IV. 1976: Depois da agitação

As preocupações dos soviéticos e a cooperação cultural bilateral

É possível considerar 1976 como o ano mais calmo nos contatos luso-soviéticos, uma vez que todos os mecanismos vistos como necessários a serem criados de base e sujeitos a posteriores desenvolvimentos nas relações diplomáticas entre as duas nações, tais como Acordos Comerciais, de Cooperação Económica, Científica e Técnica, Comunicação Aérea e Marítima e Convénios Culturais já tinham sido estabelecidos. O evento que mais se destacou neste contexto durante esse ano foi a visita de Ernesto Melo Antunes, Ministro dos Negócios Estrangeiros a Moscovo, em Junho de 1976, da qual resultou a emissão de um comunicado conjunto.

Todavia, a preocupação da União Soviética com o desenrolar dos acontecimentos portugueses continuava a existir. Um telegrama da Embaixada de Portugal em Viena, de 29 de Janeiro de 1976, expõe a preocupação do Embaixador da União Soviética na Áustria, Efremov, com a situação interna de Portugal, em relação à evolução do nível de vida da população, ao estado da indústria, à taxa de analfabetismo e à população ativa na agricultura. O Embaixador português, Eduardo Condé, deu todos os esclarecimentos possíveis ao seu homólogo soviético, dando-lhe a conhecer que no respeitante ao nível de vida dos portugueses, a introdução do salário mínimo tinha permitido a sua melhoria, embora o aumento da inflação e a falta de alguns produtos alimentares tivessem contribuído para um aumento das dificuldades. Na indústria, explicou o diplomata português, que embora esse setor já se encontrasse em recuperação, tinha passado anteriormente por complicações provocadas por fatores como a indisciplina e uma fuga de capitais e técnicos especializados. O analfabetismo já era algo residual, verificando-se maioritariamente nas populações mais idosas e a

agricultura empregava, segundo uma estimativa do Embaixador de Portugal, cerca de 20% da população ativa¹²⁵.

Efremov respondera que a falta de capitais e técnicos foi um dos maiores problemas que o seu país atravessou aquando da Revolução de 1917. No final do telegrama, Eduardo Condé descreveu como o Embaixador da URSS reforçava uma imprescindibilidade em se combater a ingerência de nações estrangeiras nos assuntos internos de Portugal, enquanto celebrava os êxitos da Revolução¹²⁶.

Para além do estado da economia, a União Soviética também apresentava algum desassossego com a situação política portuguesa, como demonstra um telegrama da Embaixada de Portugal em Paris, de 30 de Janeiro de 1976, onde se apresentava a insistência do Embaixador soviético acreditado na França perante António Coimbra Martins, Embaixador de Portugal, para obter informações que esclarecessem as dúvidas do diplomata soviético sobre a evolução dos acontecimentos em Angola. O Embaixador da URSS explicou ao seu congénere português que, no concertante ao território angolano, pretendia somente saber se as ocorrências desenroladas no novo país poderiam afetar o equilíbrio político em Portugal e se uma vitória do MPLA era passível de ser aproveitada “pela reação” como meio de propaganda. Coimbra Martins dá a entender que os soviéticos não pareciam muito contentes com a evolução dos eventos em Angola, apesar de nas palavras do próprio, o MPLA se encontrar num estado de “progressão triunfal”. O diplomata português acreditava que a União Soviética começava a estar recetiva à possibilidade de apoiar um compromisso entre os vários movimentos independentistas¹²⁷.

Como já foi referido anteriormente, as bases dos principais Acordos entre Portugal e a URSS já tinham sido formadas. O que se encontrava em falta era a sua derradeira execução. No concertante ao Convénio Cultural, assinado em 1975, os

¹²⁵ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal em Viena, Chefe PEA, Processo 33/URS/1, Nº geral 3326, 29/01/1976, pág.1

¹²⁶ *Ibidem*, págs.1-2

¹²⁷ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal em Paris, PEA – PAA Gabinete de Angola, Processo 33/URS/1, Nº 126, 30/01/1976, págs. 1-2

primeiros sinais da sua aplicação começaram a surgir em Fevereiro de 1976. Um bom exemplo disso reside num telegrama da Embaixada de Portugal em Moscovo, de 19 de Fevereiro de 1976, em que o Embaixador Mário Neves descreve um almoço com o Secretário-Geral da Casa da Associação Amizade URSS-Portugal Ivanov, e o Conselheiro Cultural da Embaixada soviética em Lisboa Mamontov, que se realizou num contexto de discussão do aprimoramento das relações culturais no âmbito bilateral. Mário Neves fez referência ao imenso material existente sobre Portugal em Universidades e outras instituições da União Soviética que poderiam ser alvo de estudo e posterior divulgação, o que mereceu a concordância das duas figuras soviéticas presentes nesse almoço. Ivanov sugeriu a criação de um grupo de trabalho dentro da Associação Amizade URSS-Portugal responsável pelo exercício dessas funções e por sua vez, o Conselheiro Cultural declarou que iria entrar em contato com a Embaixada da URSS em Lisboa, de modo a analisar um apoio dessa representação diplomática à referida iniciativa¹²⁸.

Ainda dentro deste diálogo, destaca-se um aditamento¹²⁹ ao telegrama anterior onde é exposta a possibilidade de acesso a informação histórica portuguesa por investigadores da União Soviética. O Conselheiro Cultural da Embaixada da URSS em Lisboa falou a Mário Neves sobre uma conversa que tivera com o historiador Oliveira Marques relativamente à possibilidade de um investigador soviético deslocar-se a Portugal com o fim de estudar o espólio de Jaime Batalha Reis. No aditamento, Mário Neves disse que expôs perante o Conselheiro Cultural que era necessário ter em conta algumas considerações, nomeadamente o facto do espólio de Batalha Reis estar dividido em duas seções - uma dedicada ao seu trabalho no Ministério da Educação e a outra aos serviços prestados para com o Ministério dos Negócios Estrangeiros. O Embaixador também falou na necessidade em ponderar a conveniência de aceder a certos documentos, uma vez que ao conhecer alguma da correspondência do antigo Ministro Plenipotenciário, conseguia afirmar como a publicação de alguns dos seus elementos,

¹²⁸ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal em Moscovo, CLT - PEA, Processo 33/URS/10, Nº 61, 19/02/1976, pág.1

¹²⁹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal em Moscovo, CLT - PEA, Processo 33/URS/10, Nº 60, 19/02/1976, pág.1

por ser praticamente análise de acontecimentos políticos da época, possivelmente não fazia parte dos interesses da União Soviética, sendo assim nas suas palavras lamentável “truncar tal material”. No entanto, Mário Neves falou do interesse existente em explorar a documentação da última Legação de Portugal na Rússia czarista, cujas intenções já tinham sido comunicadas ao Embaixador da URSS em Lisboa, Kalinin.

A visita de Melo Antunes a Moscovo

Entre os dias 2 e 6 Junho de 1976, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Ernesto Melo Antunes, fez uma visita à União Soviética, cujo itinerário passou por conversações e visitas a diversos pontos emblemáticos de Moscovo e Leninegrado, onde terminou a estadia do chefe da diplomacia portuguesa. Já tinha sido programado anteriormente que o Ministro acompanhasse o Presidente Costa Gomes na visita que este fez, em Outubro de 1975. Todavia, uma nota publicada dias antes anunciava o cancelamento da sua ida, por se entender que a sua presença era imperiosa em Portugal tendo em conta o estado sensível da política interna à época (Neves:1986, 119-122).

Desde Março de 1976, que os responsáveis diplomáticos andavam a discutir a preparação desta visita, tal como nos demonstra um apontamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 22 de Março de 1976, onde um dos funcionários, Alves Machado, abordava a deslocação do Conselheiro da Embaixada soviética em Lisboa ao Palácio das Necessidades, com o objetivo de organizar a ida do Ministro Melo Antunes a Moscovo, prevista para Maio de 1976. O Conselheiro soviético listou os temas que o Ministro português poderia ter interesse em discutir com Andrei Gromkyo, nomeadamente: a segurança europeia; o mediterrâneo; o desarmamento e o Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares e a proibição do uso de armas bacteriológicas e químicas. Por sua vez, o Ministro soviético pretendia esclarecimentos atualizados

sobre os processos de descolonização e as novas relações diplomáticas entre Portugal e as ex-colónias¹³⁰.

Alves Machado concordou com os assuntos apresentados pelo Conselheiro soviético para discussão, e esclareceu que seria de igual interesse o debate das relações que a URSS possuía com a China e com os EUA, no âmbito das negociações relativamente às Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas (SALT no acrónimo em inglês). O Conselheiro acrescentou que a visita de Melo Antunes seria uma oportunidade perfeita para a assinatura de um Acordo Cultural e a ratificação portuguesa do Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares, uma vez que, no continente europeu, Portugal e Espanha eram os únicos países que ainda não tinham assinado o referido tratado¹³¹.

Naquilo que parece ser uma nota pessoal, Alves Machado explicava que a adesão ao Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares poderia trazer vantagens para Portugal, principalmente com a utilização pacífica de energia atómica. O funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros português perguntou ao diplomata soviético se a União Soviética insistia mesmo na assinatura de Portugal. Esta questão assentava no crescimento do número de países não participantes do Tratado que se preparavam para atingir uma “fase dos armamentos nucleares”, levando assim o funcionário português a perguntar “Que garantia teríamos quanto a não sofrermos um ataque por parte destes?”. O Conselheiro soviético garantiu que a URSS, os EUA e o Reino Unido subscreveram entre si um Acordo, onde se comprometiam a proteger todos os Estados que aderissem ao Tratado de Não Proliferação. Alves Machado questionou se essa proteção seria garantida com o recurso ao armamento nuclear, tendo o Conselheiro da Embaixada soviética optado por não responder. O Conselheiro terminou a expor aquilo que, na sua opinião, era a necessidade de ativar as Comissões Mistas luso-soviéticas, criadas no âmbito dos Acordos assinados entre as duas nações em 1975. O funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros português concordou, destacando igualmente

¹³⁰ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Apontamento de Alves Machado, Processo 33/URS/9, 22/03/1976, pág.1

¹³¹ *Ibidem*

o interesse político existente em diversificar as relações económicas e culturais bilaterais¹³².

O comunicado conjunto luso-soviético, assinado a 4 de Junho de 1976, detalha os pormenores das conversações entre Ernesto Melo Antunes e o seu homólogo soviético, Andrei Gromkyo. De acordo com o dito comunicado, Melo Antunes e a sua delegação visitaram Moscovo e Leninegrado, obtendo contato com os demais aspetos da realidade soviética. O Ministro português foi recebido por Leonid Brejnev e reuniu-se com mais duas personalidades políticas soviéticas para além do Secretário-Geral do PCUS: Andrei Gromkyo e o Ministro do Comércio, N. S. Patolitchev. Durante as conversações, ambas as partes trocaram impressões sobre o desenrolar dos acontecimentos políticos internacionais vigentes nesse período e das relações luso-soviéticas. Verificaram igualmente como a Revolução de Abril e o restaurar oficial dos contatos diplomáticos, em Junho de 1974, permitiram fortalecer os laços bilaterais no âmbito político, cultural e económico-comercial. Tanto a parte soviética como a portuguesa concordaram no desenvolvimento das relações já existentes entre os dois países, assentes nos princípios da paz, amizade, igualdade de vantagens e respeito mútuo, bem como na promoção da paz e segurança europeia e mundial. Atribuíram grande importância à Declaração luso-soviética, assinada a 3 de Outubro de 1975, aquando da visita de Costa Gomes a Moscovo, considerando-a como o documento assinado ao mais alto nível no contexto das relações bilaterais e que reforçava o princípio de não ingerência nos assuntos de outros Estados, apoiando que cada país deveria ser soberano na tomada das suas decisões políticas internas¹³³.

O governo soviético sublinhou que a URSS, desde o XX Congresso do PCUS, lutava pela defesa dos valores da liberdade, paz e cooperação internacional. Salientaram a importância do processo de *détente* e como este era o único capaz de garantir uma igualdade na cooperação entre nações que possuíam regimes sociais diferentes. Ambas as partes concordaram que estavam implicadas na manutenção da segurança europeia

¹³² *Ibidem*, pág.2

¹³³ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Comunicado luso-soviético”, assinado em Moscovo a 04/06/1976 por Ernesto Melo Antunes e Andrei Gromkyo, págs.1-2

e mundial, através da assinatura do Ato Final em Helsínquia. Para reforçar o desanuviamento, os dois países mostraram-se favoráveis à diminuição do confronto militar, a partir de medidas assentes na redução do efetivo militar e do armamento na Europa Central, desde que tal não colocasse em causa a segurança de nenhum Estado¹³⁴.

A parte portuguesa apoiou a ideia soviética de criar um tratado mundial que proibisse o uso da força nas relações internacionais, tendo ambas concordado que só a partir da restrição, tanto das armas nucleares e químicas, como de novos sistemas especializados no extermínio em massa ou de técnicas usadas para fins militares prejudiciais ao meio ambiente, se poderia incorrer na eficácia do processo de desarmamento. Nesse contexto, patrocinaram mutuamente a ideia de se formar uma conferência mundial para o desarmamento e afirmaram a ideia de uma paz duradoura no Médio Oriente, com a retirada das tropas israelitas nos territórios ocupados desde 1967, garantindo o direito à independência e à existência como Estado quer do povo árabe da Palestina quer das restantes nações da região. Apelaram à renovação da Conferência da Paz de Genebra para o Médio Oriente, desde que a mesma promovesse a participação em pé de igualdade de todos os países interessados e da Organização de Libertação da Palestina¹³⁵.

As duas partes mostraram-se favoráveis à eliminação de quaisquer barreiras artificiais no comércio internacional, tais como manifestações de desigualdade, imposições e exploração nas relações económicas internacionais, defendendo uma reestruturação das mesmas. Demonstraram também o seu apoio aos processos de descolonização e ao apagar de quaisquer vestígios de opressão colonial, violação dos direitos humanos e racismo. Reforçaram a necessidade em desenvolver as relações bilaterais nas esferas do comércio, cultura, economia e ciência, destacando o forte papel que os Acordos de Comércio e Cooperação Económica, Técnica e Científica, anteriormente ratificados, tinham na sua evolução. Com o fim de criar resultados nesses âmbitos, decidiram proceder à convocação, no mais curto prazo, em Lisboa, de uma das

¹³⁴ *Ibidem*, págs.2-3

¹³⁵ *Ibidem*, págs.3-4

Comissões Mistas criadas com o intuito de elaborar um plano bienal luso-soviético em matéria de intercâmbio cultural e científico. Ainda dentro dessas Comissões, congratularam-se pelos resultados do Acordo Comercial de 1974 e esperavam que o mesmo acontecesse no concertante aos Acordos de Cooperação Económica, Técnica e Científica e de Navegação Mercante. Ambas as partes também concordaram com a necessidade em estabelecer uma Convenção Consular o mais rápido possível e de como a visita de Melo Antunes permitiu um intensificar das relações luso-soviéticas. O Ministro português reforçou o convite a Andrei Gromkyo para fazer uma visita a Portugal, tendo o seu homólogo soviético agradecido o convite, combinando um ajustar posterior das datas referentes a essa visita¹³⁶.

A imprensa soviética fez uma análise positiva à visita de Melo Antunes ao país, como o demonstra uma tradução do Ministério dos Negócios Estrangeiros português de um artigo do *Izvestia*, de 8 de Junho de 1976, com o título “Negociações frutuosas: as relações soviético-portuguesas fortalecem-se”. Nessa notícia, o jornal soviético aborda a ida do Ministro a Moscovo, a receção de Leonid Brejnev e Andrei Gromkyo, bem como o contributo que a respetiva ida de Melo Antunes teve na consolidação das relações Portugal-URSS. O jornal destaca como os Acordos assinados em 1975 permitiram um crescimento do comércio entre os dois países, em cerca de dez vezes, nesse ano, em comparação com o ano transato de 1974, quando se estabeleceram as relações diplomáticas e de como os dois chefes da diplomacia portuguesa e soviética concordaram entre si na necessidade de se reforçar a cooperação bilateral na economia, cultura, comércio, ciência e técnica. Nas palavras do *Izvestia*, os dois Ministros apoiaram igualmente os esforços feito no âmbito do desenvolvimento da *détente* e da consolidação da paz¹³⁷.

Dentro dos círculos diplomáticos de Moscovo, a estadia do Ministro português também arrecadou boas impressões, como demonstra um comunicado da Embaixada

¹³⁶ *Ibidem*, págs.4-6

¹³⁷ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “*Izvestia* – 8 de Junho, Tradução, Negociações frutuosas: as relações soviético-portuguesas fortalecem-se por L. Kamynin”, PEA, Processo 33/URS/9 Visita Melo Antunes, 16/07/1976, págs.1-2

de Portugal em Moscovo, redigido a 10 de Junho de 1976. Segundo o Embaixador Mário Neves, uma parte considerável dos diplomatas estrangeiros acreditados em Moscovo tinha visto com bons olhos essa visita. Alguns desses membros dos corpos diplomáticos representados na União Soviética quiseram ir mais ao detalhe e saber quais as posições concretas dos dois países em relação a determinados assuntos, nomeadamente a segurança europeia, o desarmamento e a economia mundial. Outros pretenderam obter informações relativas à situação africana, sendo exemplo disso o Ministro Conselheiro da Embaixada da Bélgica que fez referência a uma conversa tida no Departamento Africano do Ministério dos Negócios Estrangeiros soviético sobre a vontade da URSS em pressionar a saída das tropas cubanas de Angola. Mário Neves destacou igualmente a cobertura que a visita de Melo Antunes teve na imprensa soviética, em comparação com a visita de outros Ministros dos Negócios Estrangeiros, tendo o *Izvestia* dedicado uma edição a esta visita, incluindo a biografia de Ernesto Melo Antunes, a publicação do comunicado conjunto luso-soviético tanto no *Izvestia* como no *Pravda* e a atenção dada pela televisão e rádio aos encontros entre o Ministro português e Leonid Brejnev, chegando o segundo canal de televisão da URSS a interromper a emissão para transmitir em direto a receção do Secretário-Geral do PCUS a Melo Antunes¹³⁸.

Este encontro entre os dois Ministros foi igualmente alvo de relatos na imprensa internacional. Um artigo da *EFE* enviado pela Embaixada de Portugal em Madrid, a 15 de Junho de 1976, abordava as conversações em Moscovo, assentes no objetivo declarado pelo Ministro português de encontrar vias de cooperação entre os dois países. Segundo a agência noticiosa espanhola, o chefe da diplomacia portuguesa tinha afirmado, antes da sua partida para Moscovo, que iria tocar na questão angolana durante as reuniões com Andrei Gromkyo. De acordo com a *EFE*, as relações entre Portugal e Angola estavam num estado bastante sério de deterioração, chegando ao ponto de os líderes angolanos ordenarem o encerramento da representação diplomática portuguesa em Luanda. Acreditava assim, este serviço internacional de

¹³⁸ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Relatório do Embaixador de Portugal em Moscovo, Processo 2.213, Nº296, 10/06/1975, págs.2-4

notícias, que “A esse respeito, a União Soviética, que mantinha relações privilegiadas com Angola, podia servir de mediadora”¹³⁹.

Portugal no meio das tensões sino-soviéticas

As relações entre a URSS e a China começaram a agravar-se, em 1956, quando no XX Congresso do PCUS, Nikita Khrushchev denunciou os crimes cometidos durante o estalinismo, tais como as *purgas* e o culto à personalidade de Estaline, e defendeu a coexistência pacífica entre os dois blocos políticos antagónicos e a transição para o socialismo por vias não revolucionárias, o que provocou uma reação bastante crítica no Partido Comunista chinês (Jubran:2017,74). Foi só a partir de 1977 que o Kremlin, findada a Revolução Cultural Chinesa e a reabilitação de alguns opositores de Mao Zedong, começou a implementar medidas que visaram a normalização dos contatos com a China, embora essas expectativas já tivessem surgido com a morte de Mao em 1976 (*ibidem*, 120).

É seguro afirmar que, em 1976, as relações sino-soviéticas ainda estavam envoltas em tensões. De acordo com a documentação analisada, existe a possibilidade de os chineses terem usado Portugal como um bode expiatório para os seus ataques contra a União Soviética. Um telegrama da Missão Permanente de Portugal na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, datado de 27 de Julho de 1976, apresenta um resumo de uma notícia divulgada pela imprensa chinesa sobre supostas interferências soviéticas nos assuntos internos de Portugal. O comentário do *People's Daily* acusava o jornal do regime da União Soviética, o *Pravda*, de querer provocar antagonismo nas forças políticas portuguesas e incluir elementos pró-soviéticos no I Governo Constitucional. O jornal chinês afirmava que tais ocorrências faziam parte da política soviética de intromissão nos assuntos de outros países e que a URSS sempre teve interesse numa intervenção em Portugal pela sua localização estratégica. Todavia, o *People's Daily*

¹³⁹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cópia de Comunicado da Embaixada de Portugal em Madrid, Processo 33/URS/9, Nº 595, 4.14, 15/06/1976, notícia em anexo com o título “Conversaciones Melo Antunes-Gromiko”

explicava que o resultado das eleições legislativas de 1976 acabou por derrotar os planos de interferência soviética. Para os chineses, quando o Secretário-Geral do PCUS afirmou que a situação política portuguesa era de grande significância para a Europa e o resto do Mundo, isso por si só significava que já nem escondiam a intenção de intervir nos assuntos internos de Portugal¹⁴⁰.

O certo é que a atitude verdadeiramente tomada pela URSS aquando das eleições para a Assembleia Constituinte de 1976 poderia servir como justificação para as acusações feitas pela China de despoletar antagonismo nas forças políticas portuguesas, independentemente de serem ou não essas as verdadeiras intenções dos soviéticos. Um telegrama de 4 de Maio de 1976, da Embaixada de Portugal em Moscovo, apresentava as perspetivas da imprensa soviética sobre os resultados das eleições legislativas de 1976. Mário Neves explicava que os órgãos de comunicação social insistiam indiretamente na necessidade de se formar um governo à esquerda, criticando o PS por querer governar sozinho. Um exemplo disso é a notícia do *Pravda* com o título “A luta continua”, que relatava as manifestações populares do 1º de Maio de 1976 como a prova de que os portugueses queriam salvaguardar a democracia e as demais conquistas da Revolução de Abril. O *Pravda* falava igualmente na necessidade de os socialistas formarem uma coligação com os comunistas para garantir o cumprimento integral da Constituição de 1976, lamentando, no entanto, que o PS pretendesse continuar a avançar com um governo minoritário, mesmo tendo somente 35% dos votos. O Embaixador destacava também o resumo da *TASS* sobre a entrevista concedida por Álvaro Cunhal ao seminário *Literaturnaya Gazeta*, onde o Secretário-Geral do PCP demonstrava a disponibilidade do seu partido em fazer uma aliança com os socialistas e advertia Mário Soares para não formar blocos partidários com a Direita¹⁴¹.

¹⁴⁰ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Missão ONU de Portugal em Nova Iorque, POI c/PEA, Processo 33/URS/1, Nº 435, 27/07/1976, pág.1., Notícia anexada com o título “Futile Soviet Attempt” do *People’s Daily*, 23/07/1976

¹⁴¹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal em Moscovo, SII - PEA, Processo 32.4/URS, Nº 155 e 156, 04/05/1976, págs.1-2

Preocupações ou Intromissões?

Apesar de as declarações da imprensa chinesa parecerem somente propaganda antissoviética, o certo é que a URSS começava a ter alguns comportamentos em relação a Portugal possíveis de entrar em choque com o princípio de não ingerência nos assuntos internos de outros países. Num relatório da Embaixada de Portugal em Moscovo, produzido a 27 de Agosto de 1976, que descreve uma reunião entre Mário Neves e o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros soviético A. G. Kovalev sobre a situação política portuguesa e as relações luso-soviéticas, o Embaixador português expõe perante o Vice-Ministro as suas preocupações relativamente à forma como alguma imprensa soviética andava a relatar os acontecimentos políticos portugueses. Kovalev esclareceu que a narração pelos órgãos de comunicação do país sobre a política externa portuguesa era sempre feita zelando pela imparcialidade e, como tal, seguiriam sempre a evolução da política de Portugal com atenção, mas sem inferir nos seus assuntos internos. Por seu lado, Mário Neves exibiu o receio de haver influência de alguns setores partidários na escrita dessas notícias. O Vice-Ministro disse esperar que do lado português houvesse a mesma preocupação com possíveis influências partidárias no modo como a sua imprensa descrevia os acontecimentos na URSS¹⁴².

Parecia haver do lado soviético um interesse na política externa portuguesa. Um telegrama de 19 de Outubro de 1976, da Embaixada de Portugal em Copenhaga, relatava a insistência no questionamento, por parte da Embaixada da URSS acreditada na Dinamarca, sobre a entrada de Portugal no Mercado Comum. O Embaixador português, António Vaz Pereira, explicava que se encontrara com o seu homólogo grego e perguntara-lhe se a sua Embaixada também se encontrava a sentir um crescente interesse dos soviéticos em relação à adesão da Grécia ao Mercado Comum. O Embaixador Pezmazoglu respondeu que não e expôs ainda alguma surpresa com a atitude dos diplomatas da União Soviética. Vaz Pereira terminou o telegrama a pedir ao Ministério dos Negócios Estrangeiros indicações relativas a uma possibilidade da URSS

¹⁴² Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Relatório da Embaixada de Portugal em Moscovo, Repartição da Europa e América, Processo 2.211, Nº432, 27/08/1976, págs.2-3

estar a proceder ao mesmo tipo de questionamento nas Embaixadas portuguesas acreditadas em outras nações, o que não foi possível de observar nas fontes analisadas se realmente chegou a acontecer ¹⁴³.

Embora pudesse haver motivos válidos para uma preocupação portuguesa em relação a uma hipotética intervenção dos soviéticos nos seus assuntos internos, o certo é que tudo não passava de especulações e a União Soviética continuava a aplicar o princípio de não ingerência, sendo estes casos isolados atitudes de agentes exteriores ao poder central.

A visita da delegação da Assembleia da República à União Soviética

O ano de 1976 terminou com a visita de uma delegação da Assembleia da República (AR) à URSS em Novembro. Um relatório da Embaixada de Portugal em Moscovo, datado de 11 de Novembro de 1976, descreve detalhadamente a visita, decorrida entre os dias 3 e 10 de Novembro de 1976, e que foi liderada pelo Conselheiro da Embaixada portuguesa, António Lopes da Fonseca. A delegação era composta por nove deputados¹⁴⁴. O convite foi feito pelo Soviete Supremo da URSS¹⁴⁵, cujo Presidente foi quem recebeu os deputados portugueses no Aeroporto de Moscovo. Logo no primeiro dia, visitaram o Kremlin e em seguida partiram para a República Socialista da Geórgia, onde ficaram dois dias. Durante essa estadia, visitaram um *sovknos* (exploração agrícola) e um complexo siderúrgico, assistiram a um concerto e participaram num banquete, oferecido pelo governo daquela República, com a imprensa local a retratar, nas suas primeiras páginas, os pormenores dessa visita¹⁴⁶.

¹⁴³ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Telegrama da Embaixada de Portugal em Copenhaga, EOI c/PEA, Processo 33/URS/1, Nº256, 19/10/1976, Pág.1

¹⁴⁴ António Duarte Arnaud (PS), Vítor Sá Machado (CDS), Manuel Francisco Costa (PS), Adelino Teixeira de Carvalho (PS), António Fernandes da Fonseca (PS), Manuel da Costa Andrade (PSD), José António Nunes Furtado (PSD), Lino Carvalho de Lima (PCP), Luís Esteves Ramires (CDS)

¹⁴⁵ A mais alta instância do poder legislativo na União Soviética entre 1936 e 1988, *in Wikipédia* [Consultado a 19 de Julho de 2024]

¹⁴⁶ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Relatório sobre a visita da delegação da Assembleia da República à URSS, de 3 a 10 de Novembro de 1976”, Confidencial, 11/11/1976, págs.1-2

No regresso a Moscovo, marcaram presença num desfile militar e numa manifestação de trabalhadores na Praça Vermelha, realizada para o 59º Aniversário da Revolução de Outubro. No final desse dia, assistiram a uma sessão artística no Teatro Bolshoi, tendo-lhes sido reservado o camarote presidencial. No dia seguinte, partiram para Leninegrado onde visitaram o cruzador *Aurora*, o Gabinete de Trabalho de Lenine, o Museu Hermitage e o cemitério onde se encontravam sepultadas as vítimas do cerco à cidade durante a 2ª Guerra Mundial, depositando aí uma coroa de flores. Ao final do dia, participaram num banquete oferecido pelo Comité Executivo do Soviete de Leninegrado. Já no dia 9 de Novembro, a delegação portuguesa retornou a Moscovo e visitou o Túmulo de Lenine e do Soldado Desconhecido. Visitaram também o gabinete e apartamento de Lenine que não estava aberto ao público e contaram com uma receção do Presidente e Vereadores da Municipalidade de Moscovo. Ao final do dia, foram recebidos na Embaixada de Portugal. No último dia, reuniram-se durante três horas com os Presidentes das duas Câmaras do Soviete Supremo e com Presidentes e Membros das suas Comissões Permanentes. No regresso a Lisboa, o Presidente do Conselho das Nacionalidades despediu-se da comitiva portuguesa, no aeroporto de Moscovo¹⁴⁷.

Para António Lopes da Fonseca, a característica que mais se destacou na receção à delegação portuguesa “foi a simpatia expressa por parte dos anfitriões”, presente não só no seu alto nível protocolar, mas também na amabilidade dos próprios políticos da URSS. Embora não se tenham abordado assuntos de natureza política, económica ou cultural, o Conselheiro da Embaixada portuguesa acreditava que a visita desta comitiva podia de facto melhorar o diálogo bilateral sobre essas temáticas. António Lopes da Fonseca considerava que a simpatia demonstrada pelas entidades governamentais soviéticas também se devia à importância da posição geográfica de Portugal no extremo ocidental da Europa; ao rumo da Revolução (que não era do desagrado de Moscovo); a importância dada a Portugal num contexto de possível intermediário em África, especialmente na África Portuguesa; a hipótese da URSS não estar em condições de apoiar uma revolução socialista em Portugal; e à preocupação soviética em manter a

¹⁴⁷ *Ibidem*, págs.2-3

paz, podendo até encontrar nos portugueses uma voz que pudesse acalmar os ânimos em sessões da NATO, cujas decisões precisavam de aprovação por unanimidade. António Lopes da Fonseca chegava assim a duas conclusões: que a simpatia dos soviéticos não se iria esbater tão facilmente e que Portugal devia aproveitá-la ao máximo para conseguir obter todas as vantagens possíveis ao nível económico, técnico e financeiro, até mesmo porque, nas palavras do Conselheiro, não existiam grandes dificuldades por parte dos portugueses em manter a reciprocidade na amizade bilateral, devendo, no entanto, manter-se o cuidado para evitar o surgimento de sentimentos anti soviéticos na oposição política formada no contexto da democracia portuguesa¹⁴⁸.

António Lopes da Fonseca defendia uma continuidade das visitas interparlamentares como meio de reforço das relações luso-soviéticas e acreditava que as boas comunicações com a URSS podiam dar a Portugal a hipótese de servir como mediador perante o Ocidente. Todos os deputados que participaram nesta visita concordaram com as ideias do Conselheiro da Embaixada portuguesa, independentemente se as suas orientações políticas eram ou não próximas do socialismo soviético¹⁴⁹.

O Conselheiro negou a existência de uma pretensão do regime de Moscovo em usar a situação política portuguesa para proveito político, havendo dentro do regime soviético a concordância de que cabia a Portugal escolher o seu caminho. António Lopes da Fonseca destacou igualmente como todos os deputados foram bastante imparciais nos seus comportamentos, assumindo-se como figuras representativas da Assembleia da República Portuguesa e não dos seus próprios partidos; que não foi dado tratamento especial ao deputado do PCP presente na delegação e também como não houve qualquer tipo de discriminação ou referências impróprias¹⁵⁰.

¹⁴⁸ *Ibidem*, págs.3-5

¹⁴⁹ *Ibidem*, págs.5-6

¹⁵⁰ *Ibidem*, págs.6-7

Deste modo, a visita dos deputados portugueses contribuiu para o aumento da simpatia da União Soviética para com Portugal e para o fortalecer das relações entre os dois países.

O ano de 1976 foi de consolidação das relações entre Portugal e a União Soviética, apesar de uma pequena tentativa de interferência da China nas relações entre Portugal e a URSS, mas que não teve qualquer efeito.

Conclusão

O contexto político interno e externo de Portugal pós-25 de Abril de 1974 proporcionou as condições favoráveis para o estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS. Ao nível interno, temos as alterações na economia que a aproximaram ao socialismo e a rutura com as antigas estruturas de poder presentes no Estado Novo. Dentro das relações internacionais, a nova política promovida pelos governos provisórios em estabelecer relações diplomáticas com todos os países do Mundo e de acelerar o processo de descolonização também favoreceu o reatar dos contatos com a União Soviética.

No que concerne à URSS, a sua política externa assentava oficialmente na igualdade entre todos os povos e a promoção da autodeterminação das novas nações africanas, o que forneceu a base para iniciar os contatos diplomáticos com Portugal. As dificuldades da sua política interna levaram à existência de alguns momentos ambíguos, como foi o caso da ausência de Leonid Brejnev nos acontecimentos públicos e privados decorrentes da visita de Mário Soares a Moscovo, em Janeiro de 1975, embora este episódio não tenha afetado de todo o relacionamento entre os dois países, tratando-se de um caso isolado em nada relacionado com os boatos que corriam na imprensa internacional e círculos diplomáticos de uma hipotética posição de discriminação do líder soviético perante Portugal ou o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Verificou-se também um adiamento inicial no instituir dos contatos entre os dois países devido a questões díspares: no caso português, o Palácio das Necessidades queria conceder alguma prioridade ao processo de descolonização e só mais tarde dar uma maior atenção aos contatos com outros países. Por sua vez, os soviéticos pretendiam esperar pela estabilização desse processo antes de insistirem na formalização das relações diplomáticas com Portugal. Entende-se assim que pela fragilidade da política interna e externa portuguesa, o regime de Moscovo tentava sempre agir com a maior precaução relativamente ao regime de Lisboa, demonstrando desde o início um desinteresse em influenciar de qualquer modo os assuntos internos portugueses. É aliás possível de reforçar ainda mais essa ideia da não ingerência soviética em Portugal

quando a delegação da União Soviética na Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia tentou ver aprovada, durante a sua segunda fase em 1974, a proposta de um parágrafo respeitante ao princípio de não ingerência na política interna e externa dos outros países.

Sendo que a subcomissão responsável pela sua discussão e posterior votação era liderada pela Santa Sé, os soviéticos solicitaram à delegação portuguesa apoio para a aprovação dessa proposta, demonstrando deste modo que já no seu início a cooperação luso-soviética estendia-se para o nível multilateral. Conclui-se também que apesar da preocupação com o decorrer do processo de descolonização em África, os soviéticos não desejavam intervir no mesmo, caso este acabasse por seguir uma direção oposta aquela que pretendiam. Apenas queriam compreender como deviam de adaptar os seus interesses em África a uma possível mudança de rumo.

O interesse pelo reatar das relações bilaterais levou Moscovo a conceder à representação diplomática portuguesa na capital soviética as melhores infraestruturas na cidade para albergar as suas instalações. A instalação da Embaixada de Portugal em Moscovo foi seguida praticamente de imediato pela viagem de uma delegação portuguesa, liderada por Álvaro Cunhal, Ministro sem pasta, que estabeleceu as conversações necessárias para a criação das bases dos Acordos nas áreas do comércio, ciência, técnica e cultura, que seriam instituídos posteriormente. Se a Embaixada ainda não estivesse estabelecida em Moscovo aquando dessa visita, seria muito difícil compreender como essas conversações teriam decorrido, pelo que a sua fixação pouco antes da ida desta delegação teve um papel crucial no entendimento de como se desenvolveram as bases desses acordos bilaterais.

Dentro destes, o mais importante foi o Acordo Comercial, assinado a 19 de Dezembro de 1974, entre Patolichev e José Vera Jardim, permitindo criar as fundações necessárias para o reatar das relações comerciais bilaterais, dando mais atenção aos contatos entre os Estados neste setor do que os privados, não os menosprezando de todo.

Concluiu-se que o ano de 1975 foi sem sombra de dúvida aquele onde mais se intensificaram as relações luso-soviéticas, com as visitas das altas figuras políticas portuguesas a Moscovo, nomeadamente Mário Soares (MNE), em Janeiro, e Francisco Costa Gomes (PR), em Outubro; e à redação e consequente aprovação do Convénio Cultural e do Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica a Longo Prazo.

A aprovação dos Acordos Comerciais levava a um crescimento exponencial do comércio luso-soviético logo no primeiro ano da abertura das relações diplomáticas. É igualmente notório o modo como o 11 de Março de 1975 foi visto com apreensão pelos soviéticos, tendo em conta as precauções de segurança tomadas pelo regime de Moscovo aquando da ida ao país, pouco tempo depois desses acontecimentos, de Costa Martins, Ministro do Trabalho. Compreende-se assim que as tensões políticas em Portugal nesse período eram motivo de preocupação para a União Soviética.

Apesar das boas relações no âmbito bilateral, os dois países acabavam por apresentar entre si alguma discórdia no contexto multilateral, tal como o expõe a terceira fase da CSCE onde os portugueses não ficaram do lado soviético e decidiram antes apoiar as propostas dos países Ocidentais, embora isso fosse um pormenor mínimo que de modo algum prejudicava o relacionamento dos dois Estados.

Percebe-se igualmente um uso do PCP por parte da imprensa soviética como meio de propaganda, explicando como, na visão de Moscovo, os ataques contra os comunistas portugueses por parte dos “setores reacionários” do Ocidente eram um ataque às “conquistas da Revolução”, “à democracia e ao progresso”. No entanto, esses comentários parecem encaixar mais numa ótica de trabalho partidário (do PCUS) em vez de uma posição oficial do Governo da URSS.

É possível de verificar que apesar das relações estáveis com Portugal na altura em que Mário Soares era Ministro dos Negócios Estrangeiros, Moscovo via o PS como social-democrata e desse modo, os seus “inimigos políticos”. Porém, conseguiram sempre diferenciar a política externa do governo português da ação dos partidos.

A visita de Mário Soares serviu mais como um ponto de confirmação daquilo que era o prosseguimento da política bilateral. Já a de Costa Gomes permitiu o reforço das

mesmas, com as assinaturas do Convénio Cultural e do Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica a Longo Prazo.

O ano de 1976 acabou por ser um ano de continuidade nos contatos luso-soviéticos, onde já não foram assinados mais acordos e os episódios de maior notoriedade foram as visitas de Ernesto Melo Antunes, em Junho desse ano, e de uma delegação da Assembleia da República, em Novembro. Na ida de Melo Antunes, Brejnev já esteve presente publicamente, fazendo assim com que caísse por terra a teoria de uma tensão nas relações luso-soviéticas tal como se andava a propagar aquando da ida de Mário Soares em Janeiro de 1975, sendo o estado de saúde do político soviético à época a justificação mais plausível para a sua ausência.

Assiste-se a um padrão nas declarações emitidas aquando das visitas de Mário Soares, Francisco Costa Gomes e Ernesto Melo Antunes a Moscovo, assente na repetição de alguns princípios, em particular o apelo a uma conferência para o desarmamento e para a proibição de armamento nuclear; o encontrar de uma solução no Médio Oriente; e a redução do armamento e efetivo militar na Europa Central. A inclusão constante dos mesmos ideais nessas declarações pode assim apresentar a estabilidade nas relações luso-soviéticas assentes nesses princípios.

Não parece que a política interna portuguesa tenha sido afetada com as relações Portugal-União Soviética. Apesar da existência de algum anti soviétismo, os partidos portugueses não pareciam muito preocupados com Moscovo e a visita da delegação parlamentar à URSS em Novembro de 1976 parece confirmar tal facto, uma vez que não decorreu durante a mesma qualquer tipo de desordem ou discriminações, tendo todos os representantes partidários concordado com a eficácia que essa ida ao país tinha provocado nas relações bilaterais, tal como demonstrou o relatório emitido pelo Conselheiro da Embaixada em Moscovo aquando da visita da delegação parlamentar portuguesa em Novembro.

Constata-se que a União Soviética tinha, obviamente, a sua opinião sobre qual o melhor partido a formar governo em Portugal (nomeadamente o PCP). Mas não aparentava possuir qualquer tipo de animosidade contra o CDS e o PSD, pois, na sua

opinião política, o maior problema estava nos comportamentos do PS, especialmente na sua atitude de querer formar um governo minoritário, sem apoio dos restantes partidos da Esquerda, aquando das eleições legislativas de 1976. Todavia, essas opiniões não passavam disso mesmo e ao que tudo indica, em nenhum momento a URSS tentou influenciar a constituição de qualquer governo em Portugal.

Em suma, pode-se assim entender que, apesar de algumas opiniões externas, existiu sempre uma ideia de amizade, cooperação, estabilidade e segurança nas relações diplomáticas Portugal-URSS, desde o seu início até 1976, ano em que a situação política portuguesa já se estava a estabilizar depois de um período mais conturbado. Essas relações também tiveram os seus percalços, mas nada que as prejudicasse em larga escala. Da mesma maneira que Portugal conseguiu chegar à normalidade política, também o mesmo se verificou no relacionamento entre estas duas nações.

Por fim, salienta-se que este trabalho coloca várias questões que poderão dar origem a várias teses de mestrado e doutoramento, uma vez que esta dissertação foi apenas uma primeira tentativa de analisar o encetar de relações diplomáticas entre Portugal e a URSS. Seria interessante aprofundar esta temática, recorrendo a outras fontes que conseguissem fazer essa análise. Assim, é igualmente importante estudar os debates parlamentares para perceber a posição de cada partido relativamente ao reatar destas relações, realizar entrevistas a políticos e diplomatas da época e perceber como a imprensa via este tema.

Por outro lado, seria interessante alargar o período cronológico e verificar como se consolidaram estas relações bilaterais no contexto democrático e durante o processo da adesão de Portugal à CEE, se ocorreram ou não mudanças após a queda da União Soviética, procurando analisar como Portugal reorientou ou não a sua política externa para os países do Bloco de Leste com o fim da URSS. Não se pode deixar de referir que falta também aprofundar o estudo das relações de Portugal com os outros países do Bloco de Leste durante o processo revolucionário.

Bibliografia e Fontes

Bibliografia

Antunes, J. F. (1991). *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*. Círculo de Leitores.

Caetano, M. (1970). *Coordenadas da Política Externa Portuguesa: Excertos De Discursos Proferidos Pelo Presidente do Conselho de Ministros Prof. Doutor Marcello Caetano*. Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

Cruz, M. F. (2019) *A questão colonial, a política externa e o 25 de Abril*. Comunicação apresentada em colóquio da Associação 25 de Abril em Janeiro de 2019.
<https://a25abril.pt/wp-content/uploads/2019/01/ManuelBragaCruz.pdf>

Eisfeld, R. (1985). Influências externas sobre a revolução portuguesa: o papel da Europa Ocidental. Em E. S. Ferreira e W. C. Opello (Org.), *Conflitos e Mudanças em Portugal 1974-1984* (pp. 61 – 78). Editorial Teorema.

Ferreira, J. M. (1990). *Ensaio histórico sobre a revolução do 25 de Abril: o período pré-constitucional*. Publicações Alfa, S. A.

Ferreira, J. M. (2004). O 25 de Abril no contexto internacional, *Relações Internacionais*, 02, 143–158.

https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r2/RI02_JMF.pdf

Ferreira, R. (2022). *As relações diplomáticas entre Portugal e a República Democrática Alemã (1974 – 1979)* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto].

<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/145222>

Fragoso, J. M. (1970). *Imagem Exterior e Realidade Nacional: Aspectos de um Problema Actual da Política Externa Portuguesa*. Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

Freixo, A. de. (2018). Repercussões da Revolução dos Cravos. *Tensões Mundiais*, 5(8), 247–264.

<https://doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v5i8.jan/jun.697>

George, P. (1975). *A Economia da U.R.S.S. e dos E.U.A.* (2.ª ed.). Publicações Dom Quixote

Godinho, P. (2024). Mais abafadas do que esquecidas. Em M. Loff e M. Cardina (Org.), *25 de Abril. Revolução e mudança em 50 anos de memória* (pp. 153 – 181). Edições Tinta na China.

Jubran, B. M. (2017). *A Política Externa da URSS para os Três Mundos: EUA, China e Índia (1953 – 1985): Uma Proposta de Análise Multinível* [Tese de Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/178158/001063690.pdf?sequence=1>

Kenez, P. (2007). *História da União Soviética*. Edições 70, Lda.

La Política Exterior de la URSS. (1975). Editorial Progreso.

Lewin, M. (2004). *O Século Soviético* (1.ª ed.). Campo da Comunicação.

Lopes, C. M. V. (2018). *Relações económicas entre Portugal e a Rússia* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora].

<http://hdl.handle.net/10174/23067>

Luís, F. (2017). *Presidentes que Mudaram Portugal* (1.ª ed.). Edições Desassossego.

Maio, T. (1999). Portugal and NATO: 1976/89-91 e 1991/99. Em *Portugal and the 50 years of the Atlantic Alliance: 1949 – 1999* (pp. 107 – 111). Ministério da Defesa Nacional

Macqueen, N. (2004). As Guerras Coloniais. Em F. Rosas e P.A. Oliveira (Coord.), *A transição falhada O Marcelismo e o fim do Estado Novo* (pp. 263 – 300). Editorial Notícias.

Mesquita, M. (2014). *Mário Soares na Construção da Democracia. Seis entrevistas históricas (1972 – 1993) e um epílogo (2014)* (1.ª ed.). Edições Tinta na China.

Milhazes, J. (2013). *Cunhal, Brejnev e o 25 de Abril: Como a União Soviética não quis a Revolução Socialista em Portugal*. Publicações Dom Quixote.

Monteiro, M., & Pavia, J. F. (2013). *A Política Externa Portuguesa nos Programas de Governo do Portugal Democrático (1974 – 2013)*. Universidade Lusíada Editora.

Noronha, R. (2022). Economia e Socialismo: o Antiplano de Mário Murteira. Em F. Rosas (Coord.), *Revolução Portuguesa 1974 – 1975* (pp. 185 – 227). Edições Tinta na China.

Neves, M. (1986). *Missão em Moscovo: Experiência da Primeira Embaixada Portuguesa no País dos Sovietes*. Editorial Inquérito.

Oliveira, P. A. (2022). A Esfera do Possível: Política Externa e Diplomacia na Transição para a Democracia (1974 – 1976). Em F. Rosas (Coord.), *Revolução Portuguesa 1974 – 1975* (pp. 313 – 344). Edições Tinta na China.

Pinto, A. C. (1998). Saneamentos políticos e movimentos radicais de direita na transição para a democracia, 1974 – 1976. Em Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (Org.), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974 – 1976): I Curso Livre de História Contemporânea Lisboa, 23 a 28 de Novembro de 1998*. Edições Colibri.

Pinto, A. C. (2004). O legado do autoritarismo e a transição portuguesa para a democracia, 1974 - 2004. Em M. Loff e M. C. M. Pereira (Coord.), *Portugal: 30 anos de Democracia (1974-2004)* (pp. 37– 72). Editora da Universidade do Porto.

Rezola, M. I. (2007). *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. (1.ª ed.). A Esfera dos Livros.

Rodrigues, L. N. (2010). *Spínola: Biografia*. (1.ª ed.). A Esfera dos Livros.

Rosas, F. (2022). Do Golpe Militar à Revolução. Em F. Rosas (Coord.), *Revolução Portuguesa 1974 – 1975* (pp. 11 – 43). Edições Tinta na China.

Sá, T. M. (2004). *Os Americanos na revolução portuguesa: (1974-1976)*. (1.ª ed.). Editorial Notícias.

Stanciu, C. (2021). Romania, the CSCE and the legacy of World War II. *Historia y Política*, 45, 205-234.

<https://doi.org/10.18042/hp.45.08>

Soares, J. (2007). *OSCE*. Edições Nova Ática.

Soares, M. (2011). *Mário Soares: um político assume-se. Ensaio Autobiográfico Político e Ideológico*. (1.ª ed.). Círculo de Leitores e Temas e Debates.

Soares, M. (1974). *Nova Política Externa Portuguesa*. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Teixeira, N. S. (2004). O 25 de Abril e a política externa portuguesa, *Relações Internacionais*, 01, 5–12.

https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r1/RI01_Artg02_NST.pdf

U.R.S.S. perguntas e respostas. (1977). Edições da Agência de Imprensa Nóvosti.

Varela, R. (2011). *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Bertrand Editora.

Vieira, J. (2013). *Mário Soares: Uma vida*. (1.ª ed.). A Esfera dos Livros.

Fontes:

CVCE. European NAVigator. Raquel Valls. (02/08/2016). *Les trois corbeilles de la CSCE* [Infográfico].

https://www.cvce.eu/obj/les_trois_corbeilles_de_la_csce-fr-365305df-047d-43e6-b320-43ee8eafadc7.html

Arquivo Histórico – Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros